



**Avaliação Ex-ante e Avaliação Ambiental Estratégica do
Programa Operacional Regional do Centro para o período de
programação 2021-2027**

RELATÓRIO FINAL DA AVALIAÇÃO EX-ANTE

16 de DEZEMBRO de 2022

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO	10
2.1. Objeto	10
2.2. Objetivos	10
3. QUADRO METODOLÓGICO.....	12
3.1. O quadro lógico subjacente à intervenção do PR Centro 2021-2027	12
3.1.1. Contextualização do quadro lógico	12
3.1.2. A complexidade do quadro lógico e os pressupostos da sua representação diagramática.....	13
3.1.3. Quadro lógico do OP1 - Portugal mais Competitivo e mais Inteligente	15
3.1.4. Quadro lógico do OP2 - Portugal mais Verde	19
3.1.7. Quadro lógico do OP4 - Portugal mais Social e Inclusivo FEDER.....	26
3.1.8. Quadro lógico do OP5 - Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos	28
3.1.9. Quadro lógico do FTJ – Fundo para a Transição Justa (4,1% da dotação FEEI do PR)	31
3.2.1. A interpretação dinâmica.....	35
4.1. Estratégia e objetivos do PR.....	36
4.1.1. Diagnóstico de necessidades e desafios	36
4.1.2. Consistência do PR Centro face ao diagnóstico de necessidades e desafios.....	37
4.1.3. Alinhamento do PR Centro com os objetivos estratégicos regionais, nacionais e comunitários	41
4.2. Coerência interna e externa do PR	46
4.2.1. Coerência interna	46
4.2.2. Coerência externa	49
4.3. Teoria da Programação	59
4.3.1. As questões de avaliação	59
4.3.2. Sobre a lógica de intervenção do PR.....	59
4.3.3. Sobre as transformações visadas pelo PR.....	61
4.4. Alocação dos recursos financeiros, humanos e organizacionais do PR.....	61
4.4.1. Alocação e concentração de recursos.....	61
4.4.2. Modalidades de apoio.....	73
4.5. Monitorização e avaliação do PR.....	73
4.5.1. A estrutura de indicadores do PR Centro 2030.....	74
4.5.2. Análise crítica da relevância e adequação dos indicadores do PR Centro 2030	79

4.5.3. Análise crítica da relevância e adequação das metas do PR Centro 2030	82
4.5.4. Indicadores: qualidade de definição e metodologia de apuramento	91
4.5.4. A monitorização dos resultados.....	92
5. AAE e AEA: algumas considerações	93
5.1. Síntese dos elementos centrais da AAE	93
5.2. Implicações para a AEA	97
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	103
6.1. Conclusões	103
7.2. Recomendações.....	110
7. BIBLIOGRAFIA	117
8. ANEXOS	118
8.1. Leitura da Estratégia Regional Centro 2030	118
8.2. Formulação dinâmica da Teoria da Programação (TdP).....	129
8.3. Desenvolvimentos analíticos sobre a consistência do diagnóstico	147
8.4. Comparação com o PO Centro 2014-2020	151

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1– QUADRO LÓGICO DO OP1 (29% DA DOTAÇÃO FEEI DO PR)	16
DIAGRAMA 2 – QUADRO LÓGICO DO OP1 E DAS PRIORIDADES 1A E 1B COM INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO (29% DE DOTAÇÃO FEEI DO PR)	18
DIAGRAMA 3 – INDICADORES DE IMPACTO PARA O OP1 DO PR CENTRO	19
DIAGRAMA 4 – QUADRO LÓGICO OP2 E PRIORIDADES P3 E P5 COM OS INDICADORES DO PR (29,4% DA DOTAÇÃO FEEI DO PR).....	20
DIAGRAMA 5 – INDICADORES DE IMPACTO OP2	21
DIAGRAMA 6 – QUADRO LÓGICO OP3 COM OS INDICADORES DO PR (4,8% DA DOTAÇÃO FEEI DO PR)	22
DIAGRAMA 7 – INDICADORES DE IMPACTO OP3	23
DIAGRAMA 8 – QUADRO LÓGICO OP4 FSE COM INDICADORES PR (11,0% DA DOTAÇÃO FEEI DO PR).....	25
DIAGRAMA 9 – INDICADORES DE IMPACTO OP 4 (FSE)	26
DIAGRAMA 10 – QUADRO LÓGICO OP4 FEDER (3,2% DA DOTAÇÃO FEEI DO PR)	27
DIAGRAMA 11 – INDICADORES DE IMPACTO OP4 (FEDER)	28
DIAGRAMA 12 – QUADRO LÓGICO OP5 FEDER (18,4% DA DOTAÇÃO FEEI DO PR)	30
DIAGRAMA 13 – INDICADORES DE IMPACTO OP5 (FEDER)	31
DIAGRAMA 14 – QUADRO LÓGICO FTJ	33
DIAGRAMA 15 – INDICADORES DE IMPACTO FTJ	34

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – ALINHAMENTO DO PR CENTRO COM OS DESAFIOS ESTRATÉGICOS IDENTIFICADOS NA ESTRATÉGIA REGIONAL.....	38
TABELA 2 – CONTRIBUTO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PR PARA AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS REGIONAIS.....	41
TABELA 3 – ALINHAMENTO DOS OE DO PR COM ACORDO DE PARCERIA PT 2030 E RECOMENDAÇÕES DO SEMESTRE EUROPEU.....	43
TABELA 4 – MATRIZ DE ARTICULAÇÃO ENTRE OP DO PR CENTRO (COERÊNCIA INTERNA)	47
TABELA 5 – MATRIZ DE ARTICULAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PR CENTRO.....	48
TABELA 6 – ANÁLISE DE COERÊNCIA EXTERNA DO PR CENTRO POR OE	51
TABELA 7 – QUADRO FINANCEIRO DO PR CENTRO POR OP, OE E MEDIDAS DE POLÍTICA	62
TABELA 8 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO PROPOSTOS PELO PR CENTRO 2030	74
TABELA 9 – ANÁLISE CRÍTICA DE INDICADORES	79
TABELA 10 – ANÁLISE CRÍTICA DAS METAS DOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO	82
TABELA 11 - FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO: DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A AAE DO PR CENTRO 2021-2027	95
TABELA 12 -RECOMENDAÇÕES DO FCD “COMPETITIVIDADE E I&D+I”	97
TABELA 13 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “CAPITAL HUMANO, INCLUSÃO ATIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL” ...	98
TABELA 14 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “ENERGIA”	98
TABELA 15 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “VALORES E RECURSOS NATRAIS, PATRIMONIAIS E PAISAGÍSTICOS”	99
TABELA 16 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “QUALIDADE AMBIENTAL”	100
TABELA 17 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “RISCOS, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”	101
TABELA 18 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE ATIVIDADES EM REALIZAÇÕES (A – RLZ)	129
TABELA 19 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE REALIZAÇÕES EM RESULTADOS (RLZ – RST).....	130
TABELA 20 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE RESULTADOS EM IMPACTOS (RST – I).....	131
TABELA 21 – FATORES CRÍTICOS DAS TRANSFORMAÇÕES ESPERADAS NO OP1	132
TABELA 22 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE ATIVIDADES EM REALIZAÇÕES (A – RLZ) NO OP2	133
TABELA 23 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE REALIZAÇÕES EM RESULTADOS (RLZ – RST) NO OP2	133
TABELA 24 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE RESULTADOS EM IMPACTOS (RST – I) NO OP2.....	134
TABELA 25 – FATORES CRÍTICOS OP2.....	134
TABELA 26 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE ATIVIDADES EM REALIZAÇÕES (A – RLZ) NO OP3	135
TABELA 27 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE REALIZAÇÕES EM RESULTADOS (RLZ – RST) NO OP3	135
TABELA 28 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE REALIZAÇÕES EM RESULTADOS (RST – I) NO OP3	136
TABELA 29– FATORES CRÍTICOS OP3.....	136
TABELA 30 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE ATIVIDADES EM REALIZAÇÕES (A – RLZ) (OP4)	136
TABELA 31 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE REALIZAÇÕES EM RESULTADOS (RLZ – RST) (OP4).....	138
TABELA 32 – MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE RESULTADOS EM IMPACTOS (RST – I) (OP4)	140
TABELA 33 – FATORES CRÍTICOS OP4.....	141
TABELA 34- MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE ATIVIDADES EM REALIZAÇÕES (A – RLZ) - OP5	142
TABELA 35- MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE REALIZAÇÕES EM RESULTADOS (RLZ – RST) - OP5.....	143
TABELA 36 - MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DE RESULTADOS EM IMPACTOS (RST - I) - OP5.....	144
TABELA 37 – FATORES CRÍTICOS DAS TRANSFORMAÇÕES ESPERADAS NO OP5	144
TABELA 38 – MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO DO FTJ ARTIGO 3º E ARTIGO 4º	145

TABELA 39 – FATORES CRÍTICOS DE TRANSFORMAÇÃO DO FTJ ARTIGO 3º E ARTIGO 4º	146
TABELA 40 - DESENVOLVIMENTOS POR OP EM TORNO DO DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES E DESAFIOS	147
TABELA 41 – QUADRO FINANCEIRO PO CENTRO 2014-2020	151

Equipa Técnica

Elementos da Equipa Técnica	Funções e especialização técnica
António Manuel Figueiredo	Coordenação global do trabalho da AEA Teoria da programação OP1
Artur Costa	OP2, OP3 e OP5
Carla Melo	Coordenação da AAE
Dinis Marques	OP2 e OP3
Filipa Barreira	OP4
Maria Elisa Pérez Babo	OP4 e OP5
Mariana Rodrigues	OP4

SIGLAS UTILIZADAS

A – Atividades

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AD&C – Agência de Desenvolvimento e Coesão

AEA – Avaliação Ex-ante

AG – Autoridade de Gestão

AP – Acordo de Parceria

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CDCT – Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

CE – Caderno de Encargos

CIM – Comunidade Intermunicipal

COLAB – Laboratório Colaborativo

CTI – Centro de Tecnologia e Inovação

CVTT – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia

D – Desígnios

EA – Equipa de Avaliação

EMPIS – Estrutura de Missão Portugal Inovação Social

ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente

ER – Estratégia Regional

ERT – Estratégia Regional de Turismo

ES – Ensino Superior

ET – Especificações Técnicas

FCD – Fatores Críticos de Decisão

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FI - Fatores críticos de transformação de resultados em impactos

FLz – Fatores críticos de transformação de atividades em realizações

FRs - Fatores críticos de transformação de realizações em resultados

FTJ – Fundo de Transição Justa

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IPIS – Iniciativas para a promoção da inovação social

ITI – Intervenção Territorial Integrada

MI - Mecanismos de transformação de Resultados em Impactos

MRs - Mecanismos de transformação de Realizações em Resultados

MRz – Mecanismos de transformação de Atividades em Realizações

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OE – Objetivo Específico

OES – Organizações da Economia Social

OP – Objetivo Estratégico

P – Prioridade estratégica

PT – Programa Temático

PT ACS – Programa Temático Ambiente, Conservação e Sustentabilidade

PT DQI – Programa Temático Demografia, Qualificação e Inclusão

PT ITD – Programa Temático Inovação e Transição Digital

PO – Programa Operacional

POR – Programa Operacional Regional

PR – Programa Regional

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

PT – Programa Temático

PT2030 – Portugal 2030

QA – Questão de Avaliação
QEAS - Questões consideradas Estratégicas ao nível do Ambiente e Sustentabilidade
QP – Quaternaire Portugal
QRE – Quadro de Referência Estratégico
RF – Relatório Final
RFP – Relatório Final Preliminar
RI – Relatório Inicial
RIS 3 – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
RLz – Realizações
Rst - Resultados
SRI – Sistema Regional de Inovação
TdM – Teoria da Mudança
TdP – Teoria da Programação ou do Programa

1. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório corresponde ao **Relatório Final (RF) da Avaliação Ex-ante (AEA) do Programa Regional do Centro para o período de programação 2021-2027** (adiante designado por PR Centro 2021-2027), nos termos das especificações técnicas (ET) do caderno de encargos (CE) do concurso público para a sua realização e proposta de trabalho oportunamente apresentada pela Quaternaire Portugal (QP) S.A.
2. O RF da AEA é elaborado com base na versão do PR Centro submetida à Comissão Europeia (CE), disponibilizada à equipa de avaliação (EA) em 9.11.2022. Foi possível ao longo dos trabalhos analisar sucessivas versões do *template* do PR Centro, no quadro da interação frutuosa realizada entre a EA e a equipa da CCDR Centro que preparou e negociou o PR. As alterações observadas são essenciais para interpretar como a evolução do Programa integrou comentários da Comissão Europeia e os resultados dos trabalhos da própria AEA (Relatório Inicial e Relatório Final Preliminar).
3. A AEA incorporou os resultados de três painéis de discussão entretanto realizados com *stakeholders* e acompanhou de perto a evolução dos trabalhos da AAE já também concluída, bem como os trabalhos realizados no âmbito da aplicação do princípio do DNSH.
4. A estrutura do RF está organizada em função dos seguintes capítulos, para além desta introdução:
 - O **capítulo 2** define o objeto da avaliação;
 - O **capítulo 3** apresenta o quadro metodológico;
 - O **capítulo 4** aborda as questões de avaliação colocadas, agrupadas em três grupos de questões nos termos que constam da proposta apresentada pela equipa da QP: (i) Estratégia e objetivos do PR; (ii) Coerência interna e externa do PR; (iii) Teoria da programação; (iv) Alocação de recursos financeiros, humanos e organizacionais; (v) Monitorização e avaliação;
 - O **capítulo 5** sintetiza os resultados da interação com os trabalhos da AAE;
 - O **capítulo 6** apresenta as conclusões e recomendações;
 - O **capítulo 7** sistematiza algumas referências bibliográficas;
 - O **capítulo 8** é um capítulo de anexos, onde se apresentam materiais analíticos que foi necessário desenvolver para concretizar a abordagem às QA, neste caso a leitura que a equipa de avaliação (EA) realizou da Estratégia Regional Centro 2030 e desenvolvimento em torno da TdP.

2. OBJETO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

2.1. Objeto

5. A decisão da CCDR Centro realizar esta avaliação no contexto de ausência de requisitos regulamentares quanto à avaliação concede-lhe especial relevância no processo de formulação/configuração de políticas que enquadram a intervenção dos FEEI no território da Região Centro: segundo as Especificações Técnicas (ET) do CE a AEA é “direcionada para a identificação de respostas a necessidades, a formulação de resultados a obter e a ponderação da viabilidade dos programas a desenhar”.

6. O estabelecimento de exigências de integração da AEA e da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), esta última obedecendo a requisitos regulamentares claros e bem identificados, assume um especial significado. Assim, se a AAE pode ser entendida como um processo autónomo, que cumpre um requisito legal, o CE é claro nas exigências da sua integração com a AEA, não só coordenando calendários de execução, mas determinando que as conclusões da AAE sejam consideradas pela AEA como um elemento de avaliação do que o PR Centro pretende para a Região. Quer isto significar, que o desenvolvimento dos dois processos deve ser articulado, tendo em especial atenção a relevância dos resultados da AAE para a modelação de algumas dimensões do modelo de desenvolvimento proposto para a Região Centro, no quadro designadamente das agendas europeia e nacional para a transição energético-climática.

7. A AEA e a AAE são ambas cruciais para avaliar se tal como foi concebido e programado se revela adequado e pertinente face à tipificação dos constrangimentos, desafios e oportunidades de intervenção para o território do Centro.

2.2. Objetivos

8. As ET do CE definem claramente os objetivos a prosseguir pela EA no desenvolvimento do quadro metodológico do trabalho.

9. Fala-se, assim, de um “objetivo nuclear” que tal como foi anteriormente referido visa “assegurar a relevância do Programa, ou seja, proceder à verificação da sua adequabilidade face aos problemas e oportunidades socioeconómicas e ambientais que se propõe abordar, e garantir a seleção da melhor estratégia, tomando em consideração os recursos disponíveis” e declina-se esse objetivo nuclear num conjunto de objetivos específicos a cumprir:

- “Verificar a adequabilidade do diagnóstico de necessidades, a consistência da estratégia adotada e a relevância dos objetivos formulados;
- Garantir que as prioridades se relacionam com as necessidades;
- Analisar a coerência das intervenções propostas, entre si e, a complementaridade com outras que concorrem para os mesmos objetivos;
- Dimensionar as necessidades de recursos humanos, financeiros e organizacionais necessários à boa prossecução do Programa;
- Avaliar os efeitos no ambiente, assegurando a integração das exigências do domínio ambiental na definição das políticas, com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável;
- Avaliar se os impactos esperados das opções são realistas, concordantes com as necessidades identificadas e considerando os fundamentos para a monitorização e suporte às avaliações de impacto, a realizar em momento posterior;
- Considerar os requisitos em matéria de Avaliação Ambiental Estratégica definidos na Diretiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho de 2001, relativa à avaliação de determinados planos e programas no ambiente”.

10. Na sequência das exigências de integração das duas dimensões do exercício de avaliação, a AEA deve integrar os objetivos específicos da AAE, que as ET assumem explicitamente com a formulação:

- “Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento”.

11. O conhecimento da Visão e da ER (e também da versão revista da Estratégia Regional de Especialização Inteligente – RIS 3 Centro, amplamente validadas pelo sistema de atores da Região que tem mantido aliás uma intensidade e coerência assinaláveis de participação, é fundamental para contextualizar a génese do PR até à sua submissão formal aos serviços da Comissão Europeia.

12. A Região Centro encontra-se num período particularmente ativo de mudanças estruturais, que tornam a revisão do diagnóstico estratégico algo de particularmente relevante para avaliar a adequação da programação, não só por força das consequências projetadas no território do Centro da pandemia, mas também pela intensidade de alterações no seu sistema de inovação. Neste último âmbito, será particularmente importante analisar o significado da queda observada no seu índice regional compósito de inovação (*Regional Innovation Scoreboard*), no qual o Centro (tal como o Norte e Portugal como um todo) regressou ao estatuto de região inovadora moderada.

13. A EA toma ainda em devida conta o modo como o CE equaciona o manuseamento das metodologias da Teoria da Programação (TdP) e da Teoria da Mudança (TdM) na abordagem às questões de avaliação (QA nº 3), como peça fundamental do quadro metodológico global. Na explicitação metodológica, que consta do capítulo 3 é realizada nesse campo uma referência desenvolvida ao modo como essa TdM será construída através de um modelo colaborativo entre EA e equipa interna que a AG decida associar aos trabalhos.

3. QUADRO METODOLÓGICO

3.1. O quadro lógico subjacente à intervenção do PR Centro 2021-2027

3.1.1. Contextualização do quadro lógico

14. Tal como se registou em relação a todas as estratégias de regiões NUTS II, a **Estratégia Centro 2030 foi elaborada e aprovada ainda sem o Acordo de Parceria (AP) PT 2030 ter sido apresentado**, negociado e aprovado pela CE. Eram, então, conhecidas as agendas e os objetivos estratégicos comunitários para o período de programação com o horizonte 2030 e um esqueleto indicativo dos objetivos de programação que o Governo Português iria verter para o referido Acordo de Parceria (AP). Assim, embora os contornos definitivos deste último não fossem conhecidos, não é precipitado admitir que a estratégia regional integrou devidamente as agendas europeias e os seus principais objetivos, para além de terem sido também elaboradas antecipando em certa medida os grandes objetivos da programação nacional nos quais deveriam integrar-se.

15. Acresce que, uma vez que a preparação do PRR nacional antecedeu a aprovação do AP PT 2020, foi possível ter em conta as orientações do então Ministério do Planeamento que, em linhas gerais, apontavam para que tudo que fosse intervenção de cariz mais inovador deveria ser alocado ao PRR e que a programação plurianual 2021-2027 deveria seguir em grande medida a programação 2014-2020 incorporando como é óbvio ensinamentos alcançados com a sua implementação. A versão do PR Centro submetida à CE explicita com rigor para cada prioridade de investimento e objetivo específico a delimitação e articulação a ter em conta com as intervenções do PRR, o que constitui no entender da avaliação um bom princípio para se aferir da coerência externa do PR.

16. Pode assim dizer-se que a Estratégia Regional (ER) Centro 2030 teve em devida conta as grandes orientações estratégicas de origem comunitária e nacional, acrescentando que a discussão do PRR permitiu aprofundar o conhecimento sobre a agenda europeia da transição climática e energética (o Green Deal) e o modo como o Governo português se organizava para ela contribuir com a programação dos programas nacionais e regionais.

17. Pode questionar-se qual a importância destas considerações para aferir o quadro lógico de intervenção do PR Centro, que é concebido para responder a dois grupos distintos de orientações:

- O referencial da sua estratégia regional, amplamente participada do ponto de vista institucional, a qual já teve em conta a sua adaptação às agendas europeias e ao que se antevia poder ser a programação nacional de suporte;
- As condições de enquadramento determinadas pelo Acordo de Parceria PT 2030, o qual combina já opções nacionais e comunitárias e recomendações antecipadamente conhecidas com origem na Comissão Europeia, essencialmente as recomendações específicas no âmbito do chamado semestre europeu.

18. Esta interpretação é relevante para compreendermos o quadro lógico sobre o qual o PR Centro é construído. Ao contrário de uma interpretação mais estrita que consideraria que existe uma estratégia regional e que o PR Centro deveria ser concebido como um programa para, no âmbito da intervenção dos Fundos Estruturais, implementar na medida possível essa estratégia regionalmente validada, temos um outro contexto de preparação que atende a esse referencial de estratégia regional, mas que simultaneamente está condicionado por um conjunto diversificado de orientações de âmbito comunitário e nacional. Aliás, comparando os PR em elaboração para as regiões da convergência, compreende-se que eles são organizados segundo uma arquitetura que é relativamente comum. Trata-se de um menu único que é aplicado a cada PR com pequenas diferenças de semântica de objetivos específicos, mas cuja grande possibilidade de variação (e mesmo essa condicionada pela concentração

temática de recursos) está na alocação dos recursos financeiros aos objetivos globais, específicos e às tipologias de intervenção. Para além disso, restará toda a estratégia de operacionalização e implementação do Programa para apoiar para encontrar a tão solicitada adaptação às realidades de cada Região.

19. Temos assim uma árvore de grandes objetivos e impactos para os quais o PR deve contribuir, não só determinados pela estratégia regional Centro 2030, revisão da RIS 3 Centro e da própria Agenda Regional para a Economia Circular, mas também pelos próprios objetivos estratégicos do AP PT 2030. Ou seja, a representação gráfica do quadro lógico de intervenção do PR Centro não pode ser construída apenas na relação PR – estratégia Centro 2030. Diremos mesmo que a rigidez da programação impõe mesmo que se esbata essa relação.

20. Conclui-se, assim, que os PR continuam a ser concebidos segundo uma arquitetura comum, na qual a “liberdade” regional consiste apenas em alocar menos, mais ou zero recursos a uma dada tipologia de intervenção. Pode dizer-se, entretanto, que a programação de Intervenções Territoriais Integradas (ITI) para territórios específicos na Região pode mitigar esse condicionamento. Mas as tipologias de intervenção de cada ITI não deixam elas próprias por ser condicionadas pelo cardápio disponível.

3.1.2. A complexidade do quadro lógico e os pressupostos da sua representação diagramática

21. Uma primeira análise da estrutura de prioridades, objetivos e tipologias de intervenção do PR Centro e da própria estrutura de objetivos da Estratégia Regional, agendas europeias e do PT2030 permite confirmar que estamos perante um quadro lógico de elevada complexidade, que se transmite obviamente à complexidade da representação diagramática possível.

22. Assim, no que respeita ao PR tal como está formulado, estamos a falar de 8 prioridades estratégicas (sete mais a aplicação do Fundo de Transição Justa (FTJ) na região), aos quais correspondem um conjunto de 23 objetivos específicos (a que se acrescenta o objetivo regulamentar do FTJ), sendo ainda os objetivos específicos declinados em várias medidas de política. O que significa que do ponto de vista dos impulsos de programação que têm origem no PR Centro a situação é já bastante complexa. A formulação das prioridades de investimento do PR tem alguma relação com as oito prioridades estratégicas da Estratégia Regional, embora não sejam totalmente sobreponíveis.

23. A formulação que as prioridades (PI) assumem no *template* do Programa obedece a um outro critério, decorrente das condições gerais de homogeneização da programação a nível nacional:

- P1A – Inovação e competitividade
- P1B – Conectividade digital
- P2A – Sustentabilidade e transição climática
- P2B – Mobilidade urbana sustentável
- P3A – Rede de transporte ferroviário
- P4A – PEDS
- P5A – Centro mais próximo
- P6A – Transição Justa.

24. As prioridades estratégicas (PE) da Região decorrem da Estratégia Regional Centro 2030 e tinham a seguinte formulação:

- P1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação;
- P2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral;
- P3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional;
- P4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região;
- P5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização;

- P6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais;
- P7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e da população em geral;
- P8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional.

25. Estas últimas prioridades concorrem para uma Visão Estratégica com cinco desígnios bem identificados:

- Reforçar a competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusivo;
- Trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e sem “energia demográfica”;
- Liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável;
- Aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial de equilíbrio entre territórios diferenciados;
- Organizar a oferta de qualificações e de competências que a sua transformação estrutural exige.

26. Nos quadros lógicos optámos por considerar as PE da estratégia regional, mesmo tendo em conta que não se sobrepõem totalmente às PI do *template* do Programa. Conforme é possível confirmar, o *template* do PR ao obedecer a uma formulação bastante padronizada perde obviamente capacidade de resposta direta ao quadro estratégico regional previamente definido. Face a esta complexidade e tendo em conta que o quadro lógico a construir deve servir de base à elaboração da TdP que suporta o programa, optou-se por uma representação que decompõe o quadro lógico de intervenção global do Programa por grande objetivo estratégico: e prioridade do PR Centro:

- Objetivo Estratégico 1 (OP1) | Portugal mais Competitivo e mais Inteligente, com 2 prioridades 1A e 1B e 5 objetivos específicos;
- Objetivo Estratégico 2 (OP2) | Portugal mais Verde, com 2 prioridades 2A e 2B e 7 objetivos específicos;
- Objetivo Estratégico 3 (OP3) | Portugal mais Conectado, com 1 prioridade 3A e 1 objetivo específico;
- Objetivo Estratégico 4 (OP4) | Portugal mais Social e Inclusivo FSE, com 1 prioridade 4A e 5 objetivos específicos;
- Objetivo Estratégico 4 (OP4) | Portugal mais Social e Inclusivo FEDER, com 1 prioridade 1A e 3 objetivos específicos;
- Objetivo Estratégico 5 (OP5) | Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos, com 1 prioridade 5A e 2 objetivos específicos;
- FTJ | Fundo para uma Transição Justa.

27. Os diagramas que se seguem representam uma visão estática da sequência atividades-realizações-resultados-impactos em que:

- As atividades correspondem grosso medida às medidas de política programadas por objetivo específico¹;
- As realizações correspondem grosso modo às ações em que as medidas de políticas de concretizam;
- Os resultados correspondem ao nível do que é descrito nos indicadores de resultados;
- Os impactos correspondem ao topo de cada representação, em que se destacam os desígnios da Visão da ER Centro 2030, obviamente articulados com os objetivos comunitários e nacionais.

28. Para que a representação seja possível, a descrição das atividades da programação corresponde a uma representação simplificada das medidas de política consideradas para cada objetivo específico.

¹ Em bom rigor, nas “atividades” deveriam estar também representados todos os procedimentos administrativos e de gestão que estejam a ser preparados pela equipa que prepara o PO para implementar a programação. Esse material de procedimentos não está nesta fase disponível, pelo que optamos pela sua não inclusão, embora seja relevante sobretudo para a transformação de atividades em realizações (a formação da procura).

3.1.3. Quadro lógico do OP1 - Portugal mais Competitivo e mais Inteligente

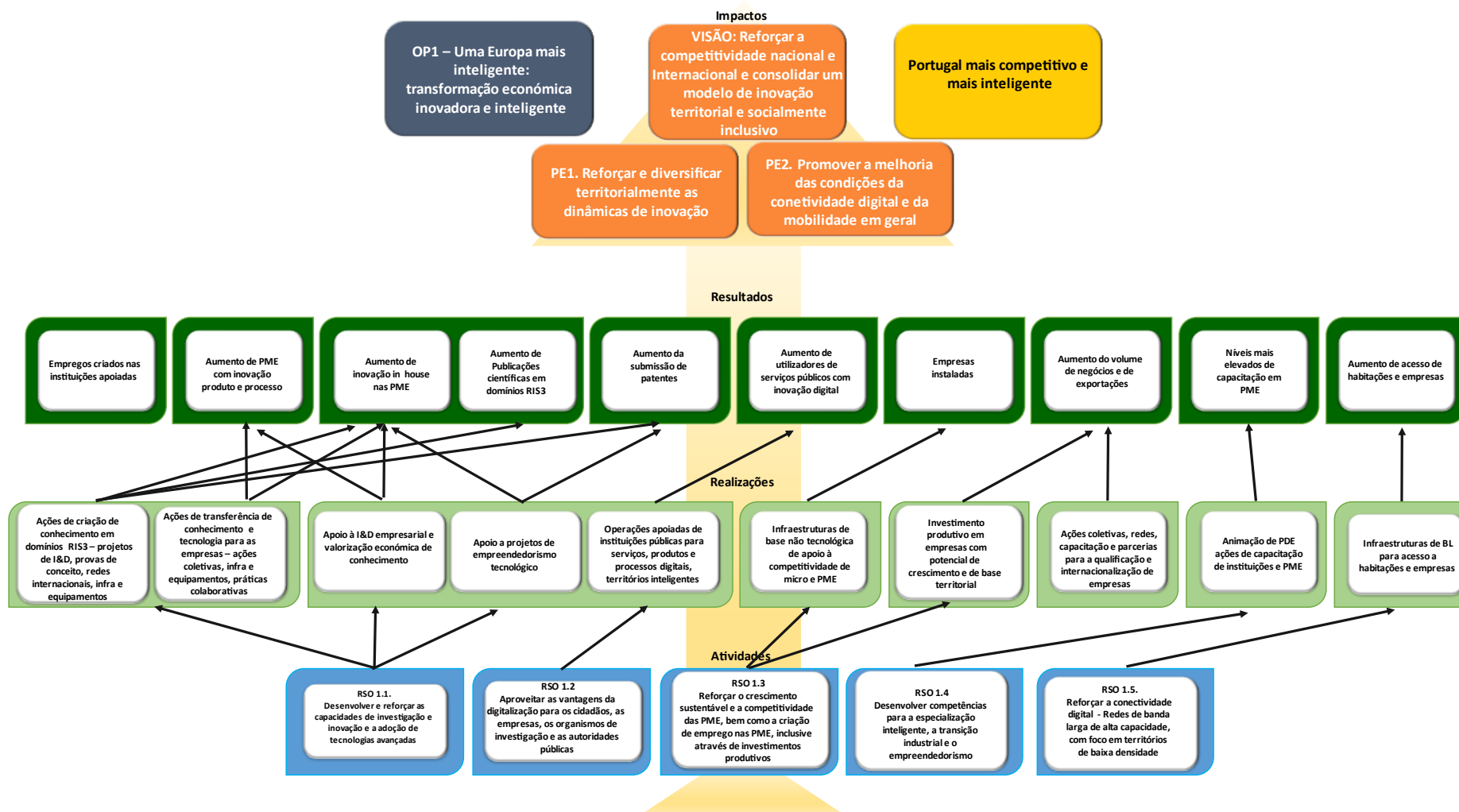
29. O impulso de transformação desejado pelo PR é concretizado através de duas PI e cinco objetivos específicos (RSO), que procuram responder a duas PE da Estratégia Regional Centro 2030, o que lhe garante uma forte diversidade de medidas de política.

30. Podemos agrupar esses impulsos nas seguintes tipologias:

- Criação de conhecimento científico e tecnológico, investimento empresarial e valorização económica do conhecimento e transferência de conhecimento e tecnologia, segundo uma lógica de cobertura de todo o processo que vai do apoio a provas de conceito até ao reforço infraestrutural do SRI Centro na sua ligação estreita com a RIS 3 Centro;
- Dinamização de serviços públicos digitais de base local, entendidos como uma área próxima (não central) dos custos de contexto e de territórios inteligentes, que procura atenuar o défice que a região apresenta nesta matéria, claramente identificados no *template* do PR;
- Apoio ao investimento produtivo de inovação, digitalização, qualificação e internacionalização, incluindo investimentos de base territorial e ao acolhimento empresarial de nova geração (infraestruturas não tecnológicas de apoio à competitividade);
- Intervenção nos custos de contexto empresarial de territórios de baixa densidade através do impulso da banda larga de elevada capacidade que dificilmente numa lógica de mercado seria instalada;
- Intervenção na valorização de redes colaborativas e na capacitação para uma boa aplicação da RIS 3 Centro e governação dos processos de descoberta empreendedora a ela associados.

31. O impulso para a transformação decorre de uma frente de intervenção bastante ampla que espera criar sinergias entre (i) apoios à investigação científica e tecnológica, transferência de conhecimento e I&D empresarial para valorização económica de conhecimento em áreas prioritárias da RIS 3 Centro, (ii) apoios ao investimento empresarial nos domínios da inovação, digitalização, qualificação e internacionalização, (iii) apoios seletivos a infraestruturas tecnológicas (SRI Centro) e não tecnológicas de apoio à competitividade e (iv) intervenção estrutural em matéria de infraestruturas e serviços digitais com relevo para a redução de custos de contexto em territórios de baixa densidade, à qual se adiciona a dinamização da rede colaborativa dos processos de descoberta empreendedora da RIS 3 Centro. A análise da virtuosidade desta combinação exige a interpretação dinâmica da TdP, pois estamos a falar de apoios que serão abertos em avisos separados, com incentivos à procura de *stakeholders* muito diferenciados entre si (equipas de investigação, infraestruturas de base científica e tecnológica, infraestruturas não tecnológicas, empresas com estruturas de I&D *in house*, micro e PME em geral, associações empresariais, clusters, autarquias, famílias, entre outros). Toda esta procura terá de protagonizar investimentos que deverão produzir efeitos ao nível das duas PE que enquadram este OP – a P1 (Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação) e a P2 (Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral).

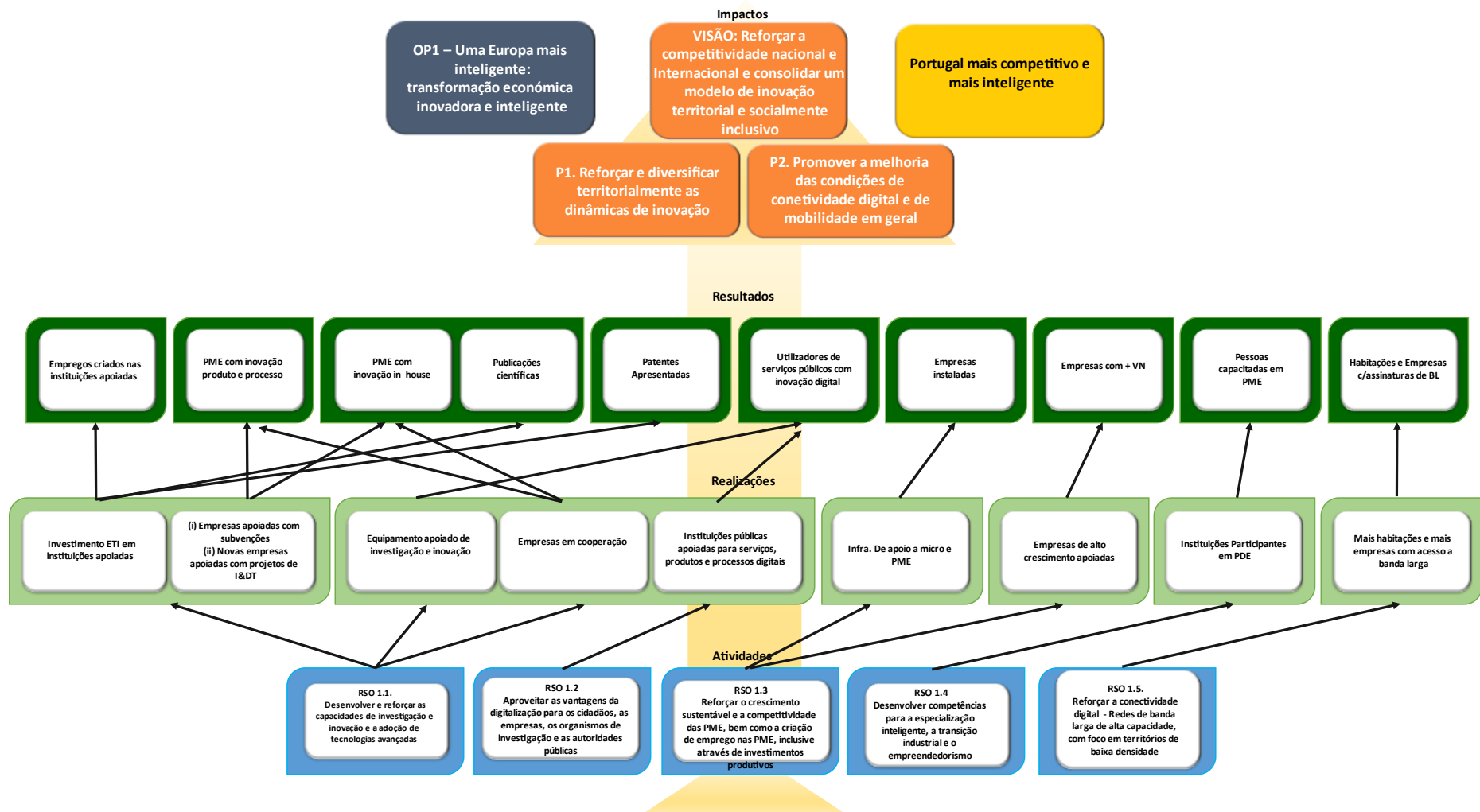
Diagrama 1– Quadro lógico do OP1 (29% da dotação FEEI do PR)



32. Importa assinalar que a abordagem às duas Prioridades da Estratégia Centro 2030 encontra na estrutura do PR Centro uma identificação total com os RSO 1.1 (Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas) e 1.2 (Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas). Esta circunstância facilita a formalização da TdP para esta dimensão de intervenção do PR.

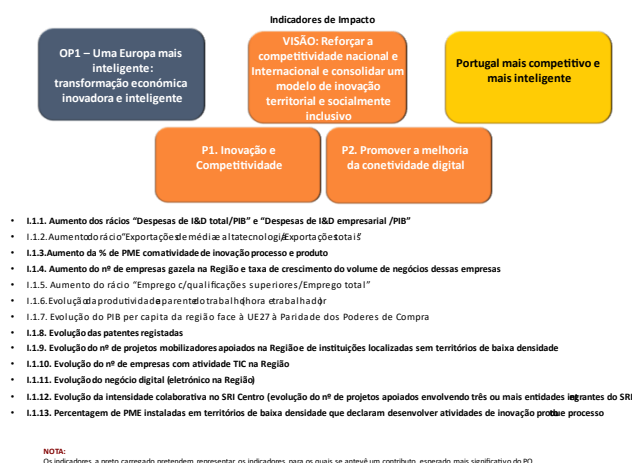
33. O quadro lógico do OP1 pode ainda ser apresentado, integrando na sua formalização os indicadores programados.

Diagrama 2 – Quadro lógico do OP1 e das Prioridades 1A e 1B com indicadores de realização e resultado (29% de dotação FEEI do PR)



34. A esta formulação junta-se a proposta de indicadores de impacto apresentada pela EA para este OP. Fazemo-lo sob a forma de diagrama:

Diagrama 3 – Indicadores de Impacto para o OP1 do PR Centro



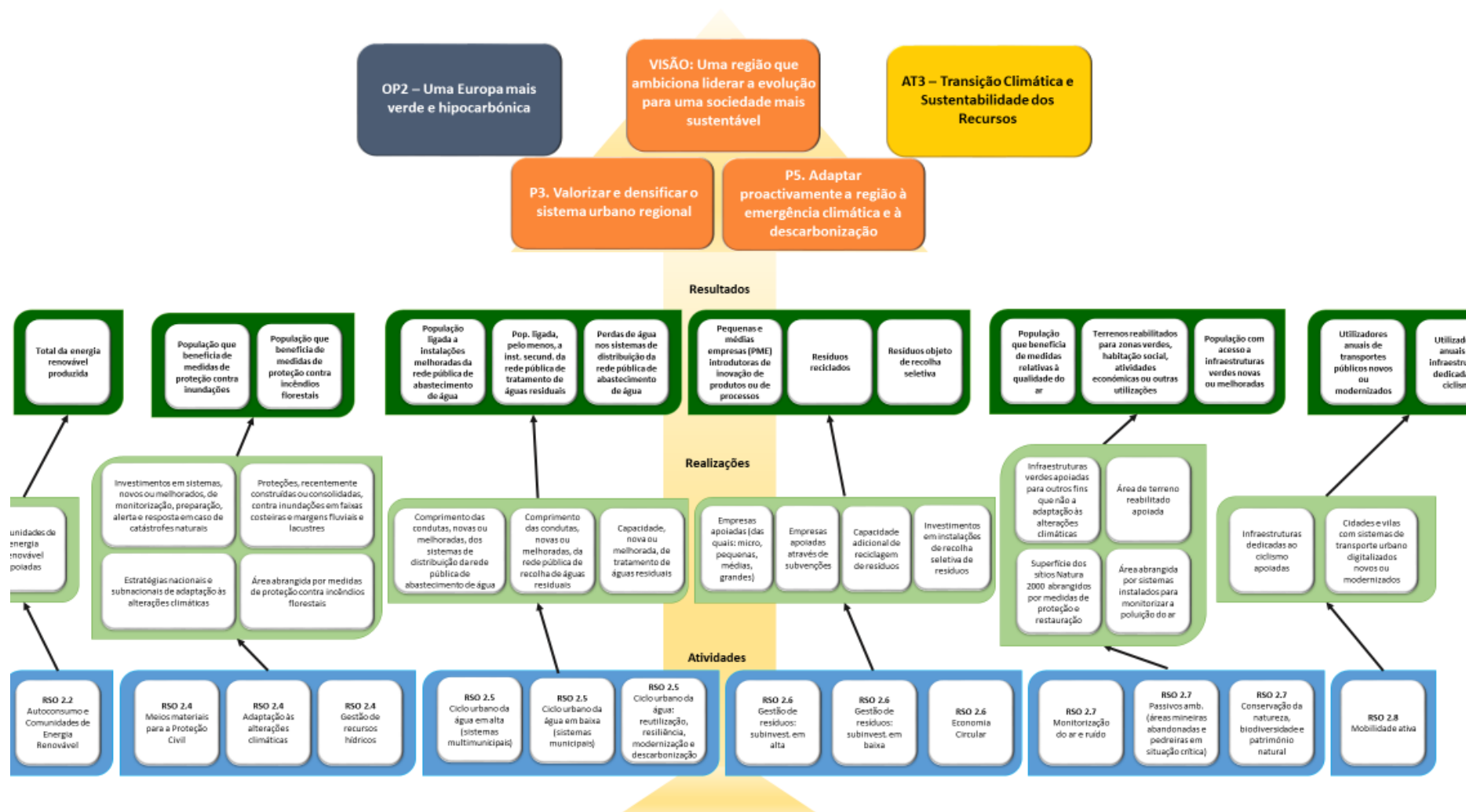
3.1.4. Quadro lógico do OP2 - Portugal mais Verde

35. No OP2, as transformações desejadas agrupam-se em duas prioridades (2A e 2B) e sete objetivos estratégicos, que respondem a duas PE da Estratégia Regional (PE3 e PE5) conforme diagrama a seguir.

36. Os impulsos podem ser agrupados nas seguintes tipologias:

- Promoção da eficiência energética, como contributo importante para a redução de emissões de gases com efeito de estufa na administração pública regional e local, com a novidade de no último *template* analisado incluir a dimensão da eficiência energética na habitação para além da administração pública regional e local;
- Promoção de investimentos e integração de energias renováveis no sistema electroprodutor, de uma forma cada vez mais descentralizada, através do autoconsumo coletivo e criação de comunidades de energia renovável;
- Adaptação às alterações climáticas, prevenindo os riscos de catástrofe e tendo em conta abordagens de mitigação baseadas em ecossistemas;
- Promoção de uma gestão responsável e sustentável da água;
- Transição do modelo económico linear para um modelo circular, que promova uma eficiente utilização dos recursos;
- Promover a proteção e preservação da natureza, biodiversidade, infraestruturas verdes, contribuído para a redução de todas as formas de poluição;
- Promoção da mobilidade urbana, multimodal e sustentável, como vetor de transição para uma economia hipocarbónica.

Diagrama 4 - Quadro Lógico OP2 e Prioridades P3 e P5 com os indicadores do PR (29,4% da dotação FEEI do PR)



37. As diversas tipologias de ação pretendem produzir efeitos positivos a nível de (i) otimização do consumo primário de energia; (ii) aumento da energia renovável produzida; (iii) população que beneficia de medidas de proteção/mitigação contra efeitos climáticos extremos; (iv) otimização dos sistemas de distribuição de água e das redes de tratamento de águas residuais; (v) otimização dos serviços de recolha seletiva de resíduos, reciclagem e circularidade dos recursos, através da promoção de inovação empresarial ao nível de processos e produtos; (vi) melhoria das condições de qualidade ambiental para as populações, nomeadamente a qualidade do ar, ruído e o acesso a infraestruturas verdes; (vii) aumento da quota de utilizadores de transportes públicos, assim como do número de utilizadores de infraestruturas de mobilidade suave. Os investimentos a realizar no âmbito do OP2 deverão gerar efeitos ao nível das prioridades estratégicas *P3 — Valorizar e densificar o sistema urbano regional* e *P5 — adaptar proactivamente a região à emergência climática e à descarbonização*.

38. O quadro lógico, acima representado, integra a formulação dos indicadores de realização e resultado programados. A EA optou, ainda, por apresentar uma proposta de indicadores de impacto a mobilizar, conforme diagrama seguinte.

Diagrama 5 — Indicadores de impacto OP2



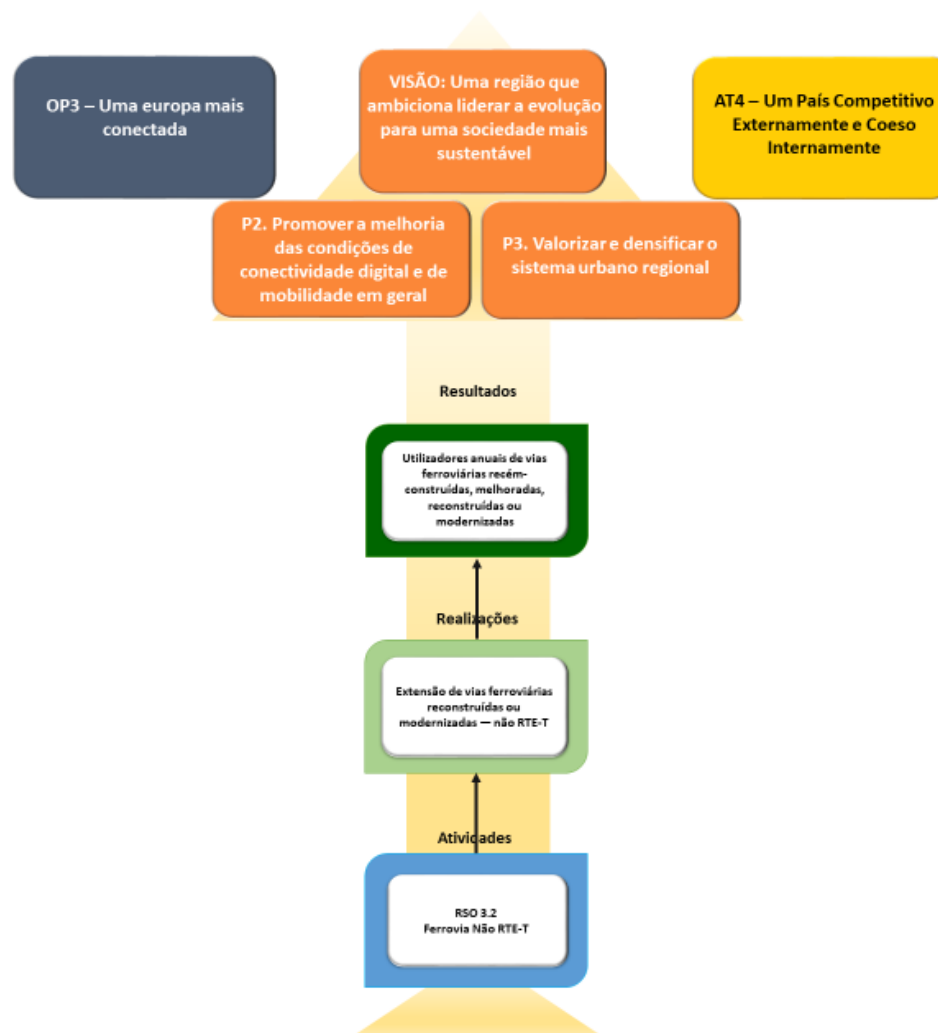
3.1.5. Quadro lógico do OP3 - Portugal mais Conectado

39. No OP3, a transformação desejada é fruto de um único objetivo estratégico (*desenvolver e reforçar a mobilidade sustentável, inteligente e intermodal — a nível nacional, regional e local —, resiliente às alterações climáticas e que promovam acesso à RTE-T e mobilidade transfronteiriça*) e de uma prioridade (3A).

40. As tipologias de ação pretende gerar um efeito positivo ao nível da utilização anual das vias ferroviárias construídas, reconstruídas, melhoradas e /ou modernizadas. Os investimentos a realizar no âmbito do OP3 deverão gerar efeitos ao nível das prioridades estratégicas, da Estratégia Regional do Centro, *P2 — Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral* e *P3 — Valorizar e densificar o sistema urbano regional*.

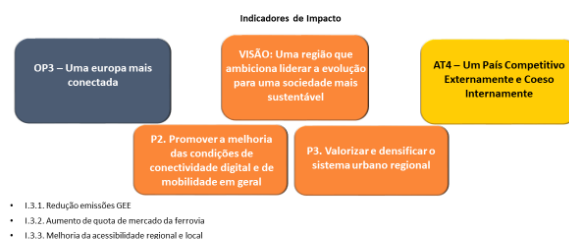
41. O quadro lógico, abaixo representado, integra a formulação dos indicadores de realização e resultado programados.

Diagrama 6 — Quadro lógico OP3 com os indicadores do PR (4,8% da dotação FEEI do PR)



42. A EA optou, ainda, por apresentar uma proposta de indicadores de impacto a mobilizar, conforme diagrama seguinte:

Diagrama 7 — Indicadores de impacto OP3



3.1.6. Quadro lógico do OP4 - Portugal mais Social e Inclusivo FSE

43. No OP4, tendo em consideração as tipologias FSE, as transformações desejadas agrupam-se em cinco objetivos estratégicos, integrados numa única PI (4A). Os impulsos podem ser agrupados nas seguintes tipologias:

- Melhoria no acesso ao emprego e a medidas de ativação, bem como à promoção do emprego por conta própria e a economia social;
- Promoção da adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;
- Promoção da igualdade de acesso e a conclusão de uma educação e formação inclusiva e de qualidade;
- Promoção da inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades, não discriminação, participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
- Promoção da igualdade de acesso à educação e a serviços de proximidade.

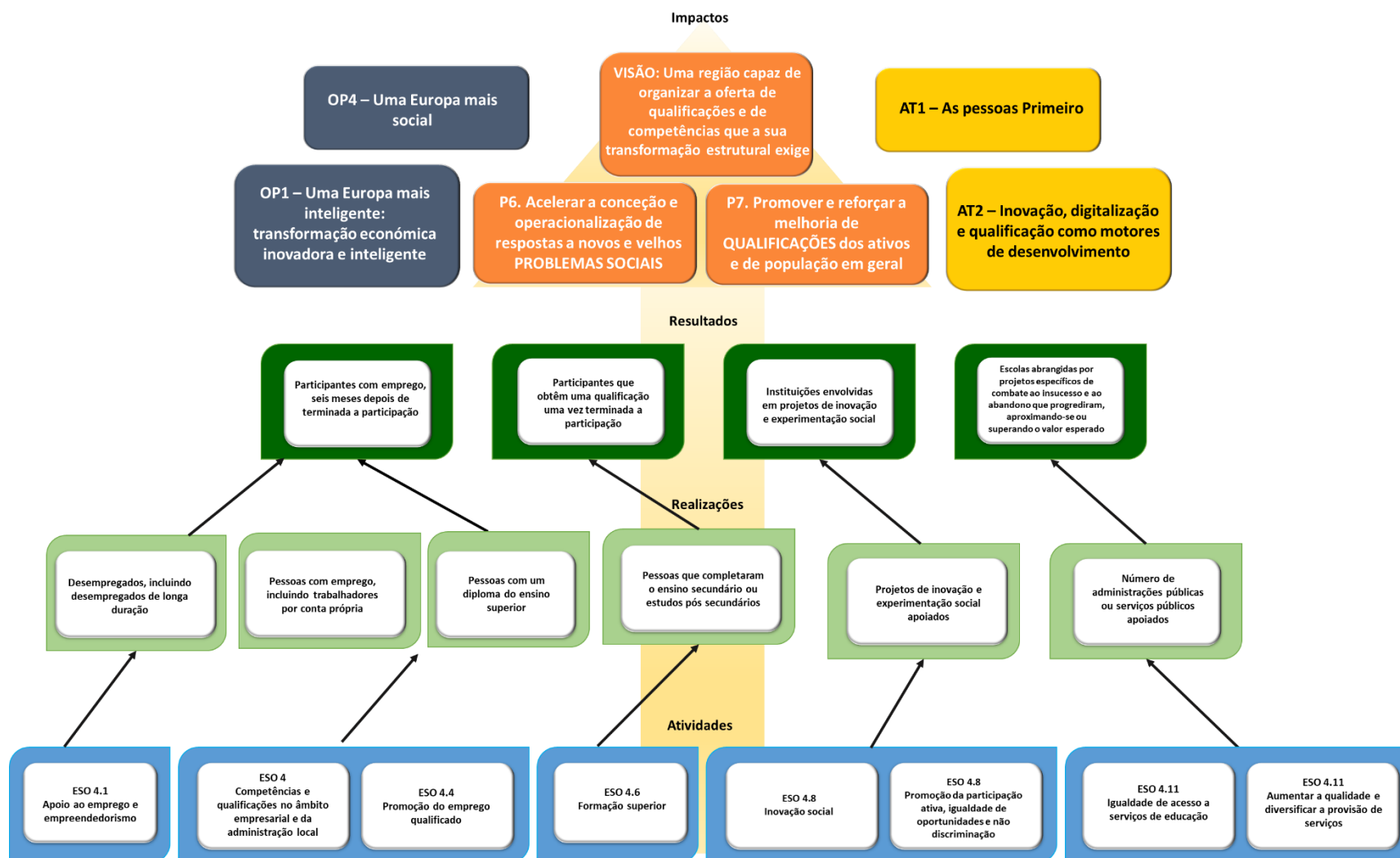
44. As diversas tipologias de ação visam produzir efeitos positivos ao nível (i) emprego e criação do próprio emprego, (ii) mobilidade para territórios de baixa densidade, (iii) ações de formação associadas a projetos de modernização e inovação administrativa, (iv) contratação de recursos humanos altamente qualificados, (v) TeSP e cursos superiores de curta duração, (vi) projetos de inovação social, (vii) apoios a sem abrigo e a outros grupos vulneráveis, (viii) programas de promoção do sucesso educativo e (ix) apoio a serviços coletivos de proximidade para pessoas portadoras de deficiência, familiares e idosos. Os apoios elencados serão mobilizados por um leque de diversos *stakeholders*, pelo que o sucesso dos instrumentos definidos pelo Programa Regional estará muito dependente da procura dos avisos a lançar, conforme se poderá testar na interpretação dinâmica da TdP. Os investimentos a realizar no âmbito do presente OP deverão, sobretudo, gerar efeitos ao nível das prioridades estratégicas P6 (Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais) e P7 (Promover e reforçar a melhoria de qualificações dos ativos e da população em geral).

45. As duas Prioridades da Estratégia Centro 2030 encontram tradução na estrutura do PR Centro 2030, particularmente nos ESO 4.8 (Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular

dos grupos desfavorecidos) e 4.6 (Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência).

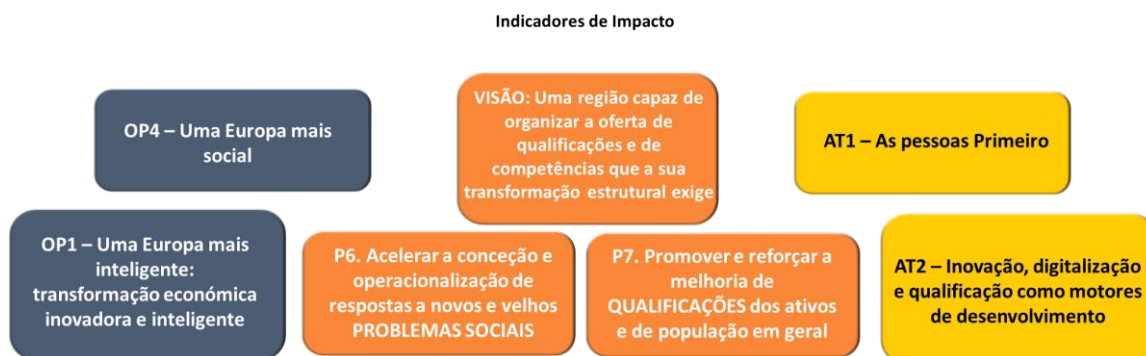
46. O quadro lógico, a seguir representado, integra a formulação dos indicadores de realização e resultado programados.

Diagrama 8 – Quadro lógico OP4 FSE com indicadores PR (11,0% da dotação FEEI do PR)



47. A EA optou, ainda, por apresentar uma proposta de indicadores de impacto a mobilizar, conforme diagrama seguinte.

Diagrama 9 – Indicadores de impacto OP 4 (FSE)



- I.4.1. Aumento da taxa de emprego na população entre os 20 e os 64 anos
- I.4.2. Diminuição do volume de pessoas em situação de desemprego
- I.4.3. Redução da taxa de desemprego dos jovens dos 15 aos 24 anos de idade
- I.4.4. Redução da taxa de jovens NEET dos 15 aos 29 anos
- I.4.5. Aumento do rácio "Emprego c/qualificações superiores/Emprego total"
- I.4.6. Aumento da proporção de doutorados empregados no mercado de trabalho não académico
- I.4.7. Aumento da participação dos adultos em ações de educação e formação
- I.4.8. Aumento do peso de diplomados que encontram emprego na Região
- I.4.9. Redução da taxa de desemprego de longa duração
- I.4.10. Aumento da participação na formação e da taxa de emprego das pessoas com deficiência ou incapacidade
- I.4.11. Aumento da proporção de indivíduos com competências digitais básicas ou mais do que básicas
- I.4.12. Redução dos níveis de retenção e desistência desde o 1.º ciclo até ao ensino secundário e aumento da população com acesso ao ensino superior

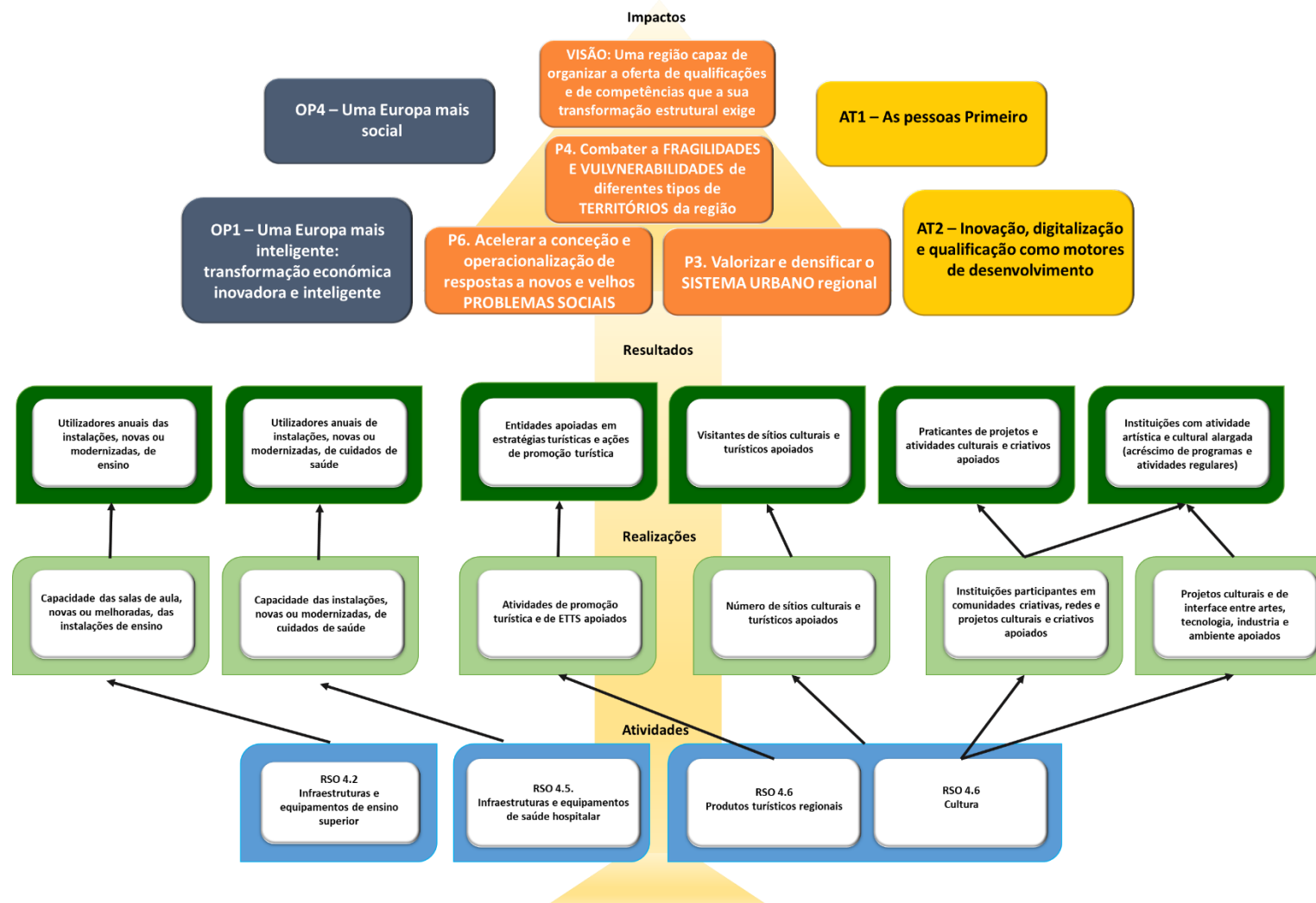
3.1.7. Quadro lógico do OP4 - Portugal mais Social e Inclusivo FEDER

48. As tipologias OP4 FEDER, encontram-se organizadas em três objetivos estratégicos, enquadrados na mesma e única PI do OP4 (4A), conforme diagrama da página seguinte. As tipologias encontram-se agrupadas em:

- Melhoria das infraestruturas de ensino superior, nomeadamente para adaptação à transição digital;
- Melhoria das infraestruturas de saúde, nomeadamente a modernização tecnológica de diagnóstico e de terapêutica altamente especializada
- Reforço do papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social.

49. Estas tipologias preveem produzir melhorias ao nível: (i) das infraestruturas e equipamentos pedagógicos de ensino superior ajustados à necessidade de competências para um tecido produtivo em transformação, em linha com domínios de especialização regionais e que dê resposta às transições climática e digital., (ii) do acesso a equipamentos e serviços de saúde de qualidade, (iii) da valorização e promoção do destino e produtos turísticos regionais e (iv) da valorização e promoção da cultura e criatividade territorial. A parte dinâmica da TdP permitirá ver como é que a mobilização destes instrumentos permitirá atingir as realizações e resultados desejados, em linha com as prioridades estratégicas para os quais visam contribuir. Neste caso, considera-se que os investimentos a concretizar deverão contribuir para as seguintes prioridades estratégicas da Região Centro: P3 - Valorizar e densificar o sistema urbano regional; P4 – Combater a fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região e P6 - Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais.

Diagrama 10 – Quadro lógico OP4 FEDER (3,2% da dotação FEEI do PR)

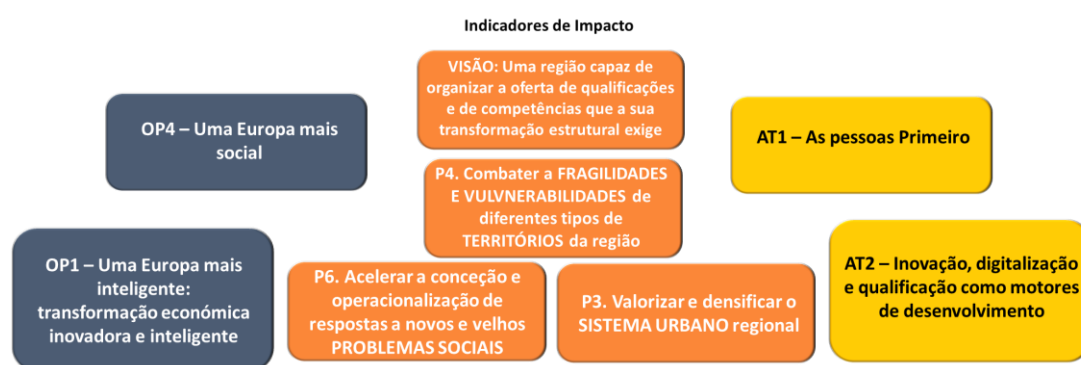


50. As três Prioridades da Estratégia Centro 2030 referidas acima, encontram tradução nos três RSO mobilizados, que contemplam investimentos FEDER, no OP4 do PR Centro 2030:

- 4.2. - Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha
- 4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade
- 4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social

51. Ainda, neste âmbito, a EA concretizou uma proposta de indicadores de impacto.

Diagrama 11 – Indicadores de impacto OP4 (FEDER)



- I.4.13. Garantia de acessibilidades físicas adequadas em todas as infraestruturas pedagógicas de ensino superior
- I.4.14. Aumento da taxa de diplomados no ensino superior da população 30-34
- I.4.15. Aumento da expectativa de número de anos de vida saudável aos 65 anos
- I.4.16. Aumento na estada média dos turistas no destino Região Centro
- I.4.17. Aumento dos proveitos totais dos alojamentos turísticos
- I.4.18. Redução do índice de sazonalidade
- I.4.19. Aumento do número de artistas e profissionais da cultura residentes na região / Aumento do emprego cultural anual na região
- I.4.20. Aumento do volume de negócios das empresas das atividades culturais e criativas sedeadas na região
- I.4.21. Aumento da % dos residentes que nos últimos 12 meses assistiram a algum espetáculo ao vivo (por exemplo, de teatro, concertos de música, bailado ou dança)
- I.4.22. Aumento da despesa média por agregado familiar em serviços desportivos, recreativos e culturais

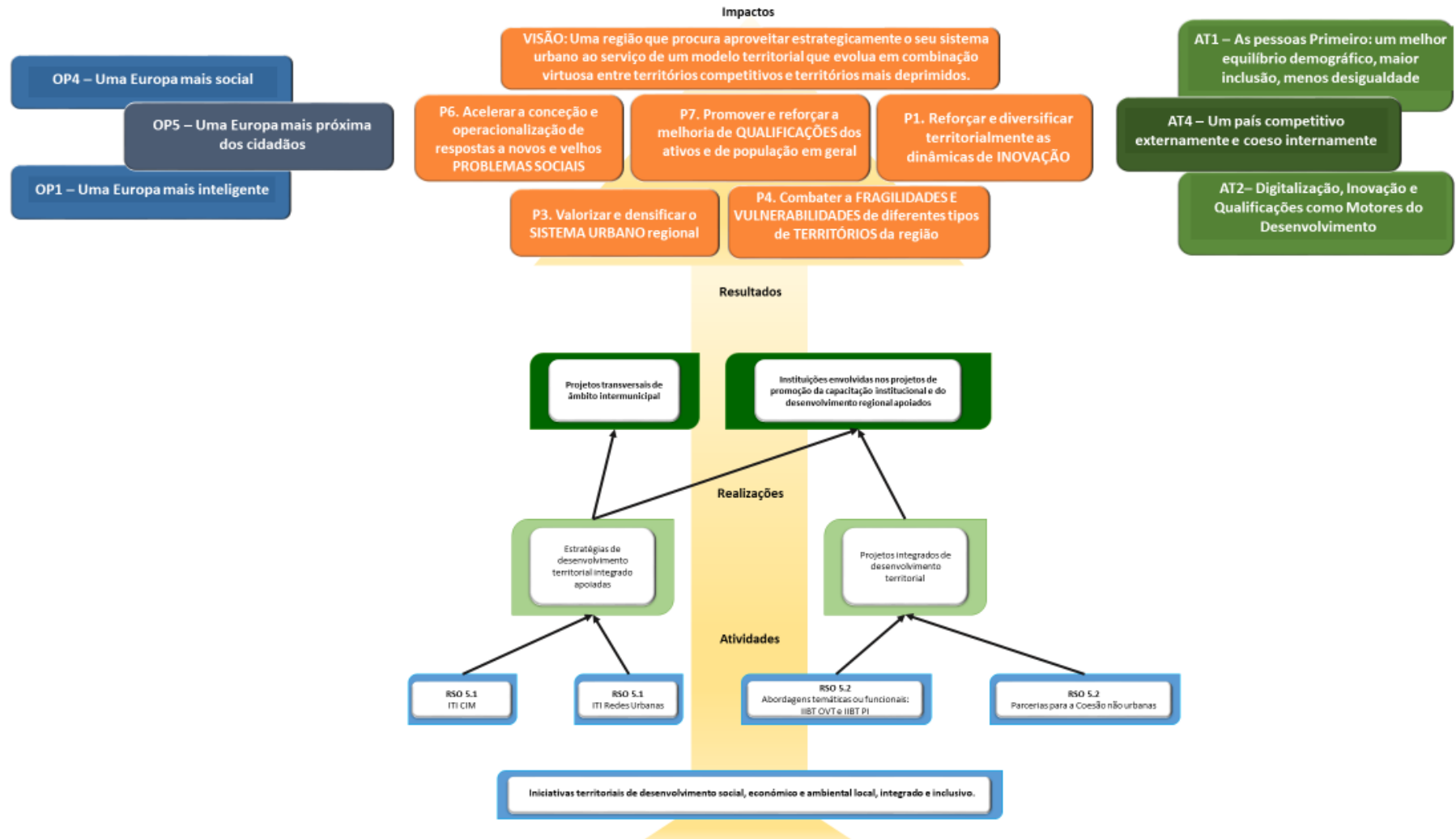
3.1.8. Quadro lógico do OP5 - Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos

52. As tipologias OP5 FEDER, que se encontram organizadas em dois objetivos estratégicos, são altamente tributárias dos modelos de intervenção que vão ser mobilizados – no caso do RSO 5.1, os Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI Comunidades Intermunicipais) e os Contratos para os Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais regionais (ITI Redes Urbanas); no caso do RSO 5.2, as intervenções integradas de base territorial (Oeste e Vale do Tejo e do Pinhal Interior), a valorização dos recursos endógenos (através da iniciativa PROVERE) e as parcerias para a coesão não urbanas, sendo que estes instrumentos podem mobilizar tipologias e dotações de outros OP/RSO, nomeadamente do OP1, OP2, OP4 e OP5.

53. Dada esta natureza territorializada, integrada e multisetorial, o quadro lógico assenta na definição e concretização destes instrumentos, cuja implementação permitirá atingir resultados que, sendo associáveis a determinadas áreas de intervenção (inovação, qualificações, inclusão social), visam, em primeira instância, contribuir para uma região que aproveita estrategicamente o seu sistema urbano ao

serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos e territórios mais deprimidos.

Diagrama 12 – Quadro lógico OP5 FEDER (18,4% da dotação FEEI do PR)



54. Neste âmbito, a EA concretizou uma proposta de indicadores de impacto que, referindo-se aos principais domínios temáticos da intervenção, devem ser lidos de forma integrada.

Diagrama 13 – Indicadores de impacto OP5 (FEDER)



3.1.9. Quadro lógico do FTJ – Fundo para a Transição Justa (4,1% da dotação FEEI do PR)

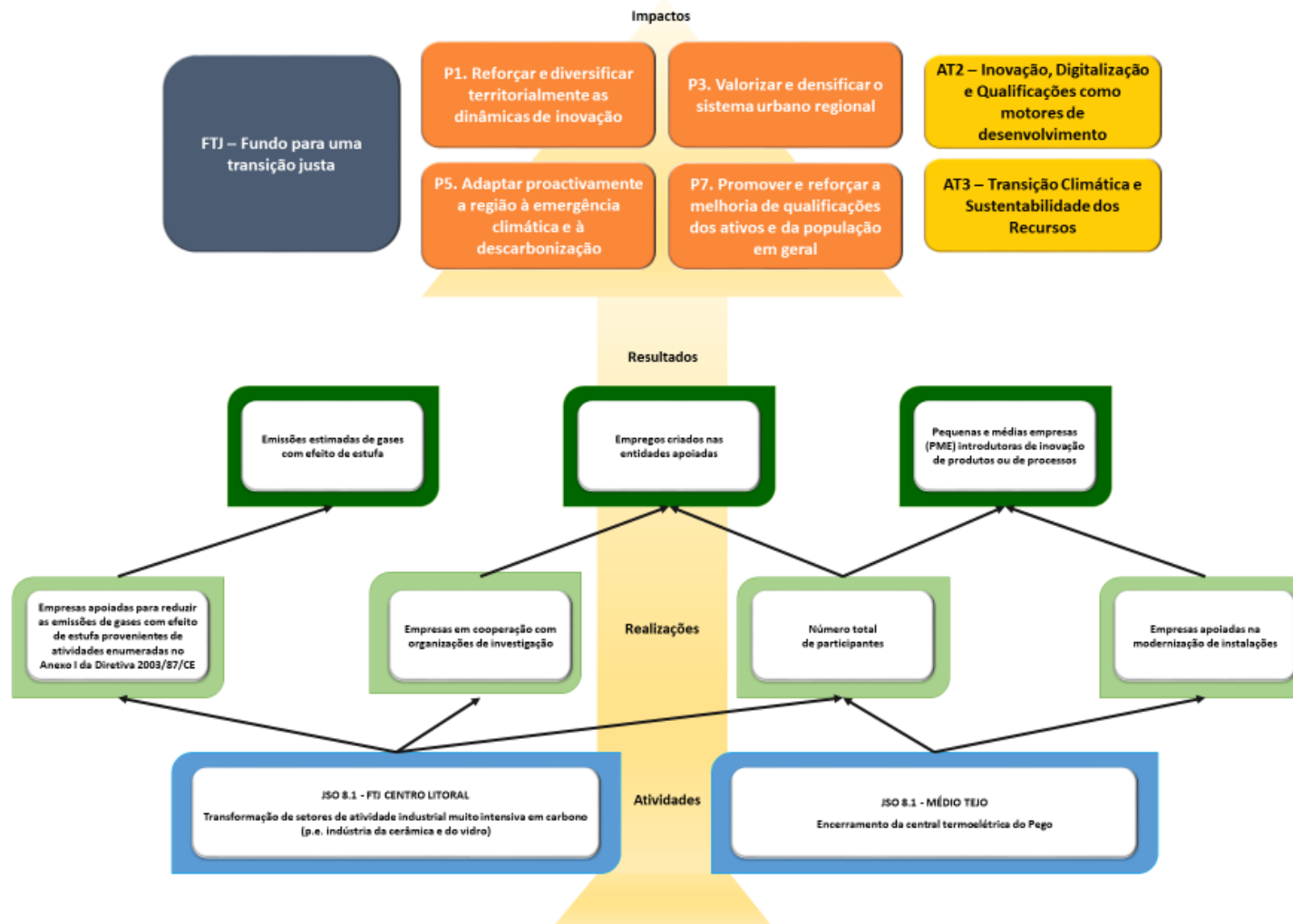
55. A transição para a neutralidade carbónica, para Portugal e a região Centro, é simultaneamente uma oportunidade e um risco, pois a consolidação de um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável deve ter em conta impactos socioeconómicos que a própria transição possa potenciar. Na região Centro, acabou por ser formalizado apenas um Plano Territorial para a Transição Justa, o do Médio Tejo, resultante do encerramento da central termoelétrica a carvão do Pego, já que o grave problema do complexo territorial contínuo das regiões de Leiria—Coimbra—Aveiro (Centro Litoral), associado aos desafios da transformação necessária das indústrias muito intensivas em carbono, como são exemplo as indústrias do vidro e cerâmica acabou por não ser considerado após a negociação com a Comissão Europeia. A não extensão do FTJ ao Centro Litoral traz um problema de colmatação dessa impossibilidade ao PR Centro, implicando que, em sede de operacionalização do PR, seja necessário acomodar no OP1 e mais residualmente no âmbito do OP2 projetos empresariais e estratégias de eficiência coletiva para mitigar os problemas de adaptação da cerâmica e do vidro ao novo paradigma e custos energéticos.

56. O PTTJ do Médio Tejo pretende mitigar os efeitos do encerramento da central do Pego, através do apoio da dinamização e diversificação económica, por forma compensar a quebra sentida na economia regional, tentando atrair pessoas e empresas para a região.

57. Desta forma, o FTJ para a região Centro define tipologias de ação que pretendem gerar um efeito positivo (i) ao nível das emissões de gases com efeito de estufa, (ii) da criação de emprego e (iii) na promoção de empresas que induzam inovação ao nível de produtos e/ou processos. Os investimentos a realizar no âmbito do FTJ deverão gerar efeitos ao nível das prioridades estratégicas, da Estratégia Regional do Centro, *P1 — Reforçar e diversificar as dinâmicas de inovação, P3 — Valorizar e densificar o sistema urbano regional, P5 — Adaptar proactivamente a região à emergência climática e à descarbonização e P7 — Promover e reforçar a melhoria de qualificações dos ativos e da população em geral.*

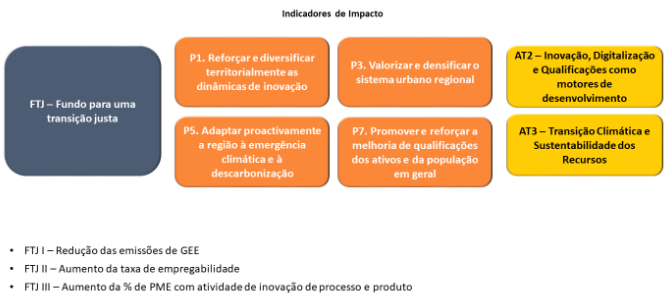
58.O quadro lógico, abaixo representado, integra a formulação dos indicadores de realização e resultado programados.

Diagrama 14 – Quadro lógico FTJ



59. Ainda, neste âmbito, a EA concretizou uma proposta de indicadores de impacto.

Diagrama 15 — Indicadores de impacto FTJ



3.2. Teoria da Programação (TdP)

3.2.1. A interpretação dinâmica

60. Os quadros lógicos anteriormente apresentados podem ser entendidos como a interpretação estática da TdP, composta pelos diferentes “*layers*” da sequência causal dos impulsos da programação para atingir na medida do seu contributo os desígnios e prioridades da Estratégia Regional Centro 2030.

61. A interpretação dinâmica da TdP é composta pelas transformações que o PR visa implicitamente alcançar para concretizar as realizações, resultados e impactos atrás definidos. Na sua formulação, a opção metodológica consiste na utilização dos princípios da avaliação realista: para um determinado contexto de observação (neste caso pós-pandémico e marcado pelas disrupções da guerra), determinados mecanismos tornarão possível que os impulsos da programação gerem os resultados esperados. Obviamente, que essa transformação será sensível a mudanças de contexto (neste caso de atenuação ou de agravamento do cenário de disrupções pós-pandémicas e de guerra) e haverá sempre fatores críticos a ter em conta.

62. Sem querer exagerar na complexidade de apresentação dinâmica da TdP, a proposta da EA é transposta para anexo a este RF. Na interação com a equipa da CCCR Centro foi possível concluir acerca da inexistência de condições de informação e organização para implementar no PR essa visão dinâmica da TdP.

4. ABORDAGEM ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

4.1. Estratégia e objetivos do PR

63. Esta QA apresenta três dimensões:

- QA1.1. As necessidades e desafios a que o Programa procura dar resposta estão corretamente diagnosticados?
- QA1.2. O Programa é consistente face ao diagnóstico das necessidades e desafios a que visa dar resposta?
- QA1.3. O Programa está suficientemente alinhado com os objetivos estratégicos definidos a nível regional, nacional e europeu?

64. A resposta à QA segue estas três dimensões, explora a abordagem primeiro em termos gerais, depois por OP e objetivos específicos do PR e elabora, por fim, uma síntese de resposta.

4.1.1. Diagnóstico de necessidades e desafios

65. O diagnóstico de necessidades e desafios que suporta o PR Centro submetido à CE tem na ER Centro 2030 o seu principal referencial. No anexo 8.1, a EA realizou uma leitura sucinta da ER que serviu de base a todo o trabalho de avaliação. A sua elaboração constituiu um exercício fortemente participado pela comunidade de *stakeholders* envolvido na programação, mobilizando para o efeito toda a informação estatística disponível e coligida pelos serviços da CCDR Centro, designadamente a que é publicada no âmbito do Barómetro Regional. Nessas condições, o diagnóstico de suporte do PR Centro assenta numa larga validação. A elaboração da Agenda Regional do Centro para a Economia Circular e o processo de revisão da RIS 3 Centro, processos também eles fortemente participados, acrescentaram novos elementos de diagnóstico. Refira-se ainda que na elaboração da ER Centro 2030 foi possível incluir por domínio temático da Estratégia reflexões sobre o efeito pandémico na Região, melhorando assim a perceção do contexto do diagnóstico. O *template* do Programa recupera e sintetiza todo esse legado e regista, para lá do efeito pandémico, a relevância do novo contexto de disrupção internacional introduzido pela guerra da Ucrânia. O Programa inicia-se assim com um prolongamento de crise e de agravamento da situação económica que é devidamente assinalado. Nestes efeitos, deveremos distinguir entre evidências que serão transversais a todo o território nacional e evidências cuja territorialização tende a assumir na região Centro incidências mais graves, como é por exemplo o caso dos efeitos da crise energética no setor da cerâmica e do vidro ou os problemas de importação de cereais e rações para alguma atividade pecuária da Região.

66. A AEA considera, assim, que o PR Centro é elaborado com um diagnóstico robusto de necessidades e desafios, de que os elementos mais relevantes são destacados no próprio *template* do PR:

- Disparidades económicas, sociais e desigualdades;
- Desigualdades de género, rendimentos e pobreza monetária, rendimentos dos trabalhadores, acesso digital ou a sustentabilidade demográfica;
- A perceção de que a magnitude do desafio demográfico exigirá uma “resposta multidimensional de forma a promover a natalidade e o apoio à infância, o acesso ao emprego e ao empreendedorismo, o emprego qualificado e a conciliação entre a vida profissional e familiar, a qualificar a população ativa, a incentivar um envelhecimento mais ativo e saudável e a atrair migrantes”;
- Um desvio ainda considerável entre potencial de inovação da Região em termos de dimensões do seu Sistema Regional de Inovação (SRI) e efeitos no desempenho económico de competitividade e de produtividade, com desafios relevantes de alargamento da base territorial da Região e translação da dinâmica de inovação das suas três NUTS III mais dinâmicas (regiões de Aveiro, Coimbra e Leiria) a todo o território da Região;

- Desafio da transformação digital em que a Região apresenta défices ainda notórios em relação aos valores nacionais em muitos dos indicadores disponíveis e também da transição verde;
- O défice persistente de qualificações e competências como um dos maiores desafios regionais a enfrentar, não apenas derivados da transformação digital, prevendo-se ainda a diminuição do volume da força de trabalho, decorrente do declínio demográfico;
- Necessidades de reequilibrar territorialmente o dinamismo da economia social na Região, corrigindo desigualdades, assegurando melhor proteção às zonas de mais baixa densidade e repondo condições agravadas pela incidência pandémica;
- Baixa participação de adultos em processos de aprendizagem ao longo da vida (ALV).

67. Entre as novas necessidades e desafios impulsionados pelo contexto pandémico, o PR Centro destaca:

- Emergência de problemas de empregabilidade, de criação de novos empregos e de reforço de requalificação profissional de desempregados em linha com as necessidades exigidas pela transição verde e digital;
- Agravamento do número de jovens NEET e da pobreza no trabalho;
- Severidade das situações de privação material e de população em risco de pobreza ou exclusão social.

68. O PR Centro assume ainda como seus os desafios plasmados na ER, bem como as oito prioridades estratégicas que são nela consignadas para fazer face a tais desafios.

69. Resta ainda aqui considerar o destaque de três tipos adicionais de desafios:

- As incongruências da governação multinível, interessando depois saber se o PR é consequente na proposta de apoios de capacitação que possibilitem a mitigação deste desafio;
- O desafio de abordagens integradas ao relevante desafio do declínio demográfico, que ocupa no *template* analisado ampla cobertura;
- Os desafios da transição energética justa a que o PR deve fazer face na sequência do financiamento do FTJ que nele é considerado.

70. Em síntese, a AEA considera que, do ponto de vista global, o PR Centro é suportado por um diagnóstico estratégico de necessidades e desafios que mobiliza o conhecimento disponível, largamente potenciado pela elevada participação que a elaboração da ER Centro 2030 suscitou e na qual participaram personalidades e instituições com investigação e conhecimento muito robustos e atualização sobre a Região.

71. A análise realizada pela EA do valioso material de contributos para essa ER confirma essa robustez e validação. Em anexo a este RF, apresenta-se no ponto 10.3 uma tabela com alguns desenvolvimentos analíticos que fundamentam a conclusão anterior.

4.1.2. Consistência do PR Centro face ao diagnóstico de necessidades e desafios

72. Com a informação disponível, a resposta a esta sub-questão de avaliação é essencialmente concretizada analisando a correspondência entre os impulsos de programação associadas aos objetivos específicos do PR e os desafios estratégicos regionais. No *template* analisado, o enunciado dos desafios estratégicos regionais caiu por força de simplificação da sua apresentação, presumindo-se que surgem representadas nas prioridades estratégicas (PE) da ER.

Tabela 1 – ALINHAMENTO DO PR CENTRO COM OS DESAFIOS ESTRATÉGICOS IDENTIFICADOS NA ESTRATÉGIA REGIONAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DESAFIOS								
	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9
RSO 1.1.	4	2	2	4	0	3	1	3	0
RSO 1.2	0	3	3	3	0	0	0	0	2
RSO 1.3	1	3	3	4	0	1	0	3	0
RSO 1.4	0	0	0	2	0	0	0	4	0
RSO 1.5	2	3	4	4	0	0	0	0	0
RSO 2.1	0	0	0	0	0	3	0	1	1
RSO 2.2	0	2	0	0	0	3	0	1	0
RSO 2.4	0	3	2	2	0	3	0	0	1
RSO 2.5	0	1	2	1	0	3	0	0	1
RSO 2.6	2	0	1	2	0	4	0	1	1
RSO 2.7	0	4	3	2	0	4	0	0	1
RSO 2.8	0	0	1	1	0	3	0	2	1
RSO 3.2	0	2	0	0	0	2	0	2	0
ESO 4.1	1	1	1	1	3	1	2	2	2
ESO 4.4	3	1	1	2	1	1	2	1	2
ESO 4.6	2	1	1	1	1	2	4	2	2
ESO 4.8	0	1	1	1	4	2	2	1	2
ESO 4.11	1	1	1	1	3	1	3	1	4
RSO 4.2	2	0	0	1	1	1	3	1	4
RSO 4.5	2	0	0	2	1	1	1	1	4
RSO 4.6	0	4	1	3	1	0	2	1	1
RSO 5.1	0	2	0	0	3	1	1	0	4
RSO 5.2	0	3	2	3	1	2	0	3	0
FTJ art 3º	3	0	0	3	1	4	3	2	1
FTJ art 4º	3	2	0	3	1	4	3	2	1

Legenda:

Desafios: D1. Transformar as dinâmicas de I&D; D2. Reduzir os níveis de vulnerabilidade dos territórios do interior; D3. Promover a resiliência e a atração de pessoas e investimentos com mudanças estruturais dos sistemas produtivos; D4. Aprofundar e intensificar as dinâmicas de inovação de modo a reequilibrar o território; D5. Coberturas sociais para novos problemas suscitados pelo declínio demográfico e as ameaças da digitalização e da globalização; D6. Transformar o conhecimento e capacidade de investigação para a emergência climática e valorização da economia circular; D7. Qualificações e competências; D8. Incrementar a variedade relacionada e a progressão na cadeia de valor induzidas pela RIS 3 Centro; D9. Organizar a rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse geral (SIG).

Notação: 0 – sem contributo para; 1 – Contributo reduzido; 2. Contributo moderado; 3. Contributo relevante; 4. Contributo muito forte; (?) Contributo com análise dependente de pormenorizações de programação

73. Os nove desafios considerados pela ER Centro 2030 estão formulados de modo abrangente e contemplam dimensões não frequentemente consideradas em períodos de programação anteriores. Como a análise da matriz anterior permite concluir, existem desafios que mantêm com os objetivos específicos do PR uma relação mais direta, sugerindo um contributo mais claro e relevante do PR para a abordagem a esses desafios e necessidades. Este parece ser o caso dos desafios **D1, D6, D7 e D8**, que encontram, respetivamente, no RSO 1.1, nos RSO do OP 2, nos RSO/ESO do OP4 e no RSO 1.4 contributos relevantes. Mas mesmo nestes casos, podem existir contributos mais difusos, o que é particularmente válido para o D6. Transformar o conhecimento e capacidade de investigação para a emergência climática e valorização da economia circular. De facto, pode dizer-se que do ponto de vista da investigação e conhecimento de suporte, o RSO 1.1. poderá apoiar de modo significativo investigação com reflexos significativos na abordagem à emergência climática e à valorização da economia circular. Os RSO do OP2 “Portugal mais Verde” não abrangem medidas de política associadas à I&D, mas antes projetos concretos que contribuam para aquele OP. De qualquer modo, para estes desafios a sua articulação lógica com os OE do PR e medidas de política associadas permite identificar mais facilmente o possível contributo da programação. Refira-se, entretanto, que entre os domínios de intervenção do RSO 2.6 do OP2 está programado domínio “030. Processos de investigação e de inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, centrados na economia circular” com 9 milhões de euros.

74. Mas existem outros desafios que, tal como estão formulados na ER, apontam para contributos mais multiobjectivos e multimedidas, o que pode suscitar dificuldades adicionais à programação em termos de articulação de medidas e sensibilização da procura para essa mesma articulação. Esse é o caso dos dois desafios relacionados com a redução de vulnerabilidades dos territórios (D2) e de promoção da resiliência (D3). Esses dois DE estão formulados na ER de modo a requerer uma ampla integração de políticas para a sua abordagem, o que manifestamente a rigidez da programação não permitiu atingir. Só em contexto de operacionalização da programação em matéria de avisos e condições de elegibilidade e seleção de operações será possível aferir se a programação permitirá encaixar bem os desafios inicialmente formulados.

75. É esse também o caso do desafio (D4) de mobilizar as dinâmicas de inovação como instrumento de alargamento da base territorial de competitividade, com objetivos de reequilibrar o território da Região. Na formulação atual de OE esse contributo não é explícito, devendo considerar-se informação acrescida em termos de estratégia de formulação de avisos e de seleção de operações para ajuizar da possibilidade efetiva de responder aquele desafio. Esta é também uma questão central da RIS 3 Centro tal como está formulada, constituindo uma aposta corajosa em termos de opções, que exigirá depois indicadores de monitorização específicos.

76. Quanto ao desafio D5 em que o declínio demográfico é colocado no centro da procura de novas respostas sociais, coloca algumas dificuldades de identificação de nexos lógicos de articulação entre os ESO/RSO do PR relacionados com a ação social (4.8, 4.11) e RSO 4.5 e este objetivo. Porém, tal como a questão do declínio demográfica está colocada no diagnóstico que consta do PR, ela assenta numa abordagem claramente multi-instrumento e multidisciplinar, que constitui por si só uma excelente ajuda para formatar a operacionalização futura da resposta do PR a esse problema. Embora formalmente se perceba que é analisado no âmbito do OP5 e que se antevê a maior mobilização de recursos para abordar esse problema, seria importante que a perspetiva da abordagem integrada não se perdesse e que sobretudo as ITI CIM (RSO 5.1) e os PROVERE (RSO 5.2) fossem estimulados a prosseguir essa abordagem tão claramente enunciada no *template* do PR Centro.

77. O mesmo pode dizer-se em relação ao desafio D9 – Organizar a rede territorial de prestação de serviços de interesse geral que, no entender da avaliação, será essencialmente objeto de abordagem a partir dos OE 5.1 e 5.2. A articulação lógica é por esta via assegurada, mas obviamente que fica

dependente da qualidade, cobertura e opções dos diferentes ITI para se poder aferir se o desafio tal como foi formulado (em funções de orientações governamentais emitidas à altura em que a ER foi elaborada) será ou não objeto de abordagem.

78. Refira-se ainda o facto da formulação concreta dos desafios não ter assumido as questões da governação multinível como matéria de referência explícita, embora se tratasse de uma questão que a ER e o texto do próprio PR assumem como muito relevante. O contributo do PR para a abordagem a esse desafio é naturalmente difuso e dependerá em grande medida como os processos de contratualização de ITI e outras parcerias irão ser organizados. As questões da capacitação estratégica para a governação multinível perderam relevância no *template* do PR face ao que a ER veiculou sobre esse assunto.

79. Em síntese, mesmo que alguns dos desafios sejam objeto de abordagem mais difusa e envolvendo a combinação (que a programação terá de assegurar) entre diferentes medidas do PR, pode concluir-se que não existem desafios contemplados pela ER e recuperados em sede do *template* analisado que não tenham cobertura e resposta pelo PR. Isso determina a necessidade de em sede de formulação de avisos e de explicitação de condições de seleção de operações, ser explicitamente exigido aos promotores das operações a apoiar que tenham em conta os referidos desafios nos seus investimentos, de modo a aproximar tais operações das necessidades evidenciadas pela ER.

4.1.3. Alinhamento do PR Centro com os objetivos estratégicos regionais, nacionais e comunitários

Objetivos estratégicos regionais

80. A tabela seguinte analisa a relação entre os objetivos específicos do PR e os objetivos estratégicos regionais, formulados na base de prioridades regionais. Na verdade, tal como foi construída a sequência Estratégia Regional - PR, são as prioridades estratégicas regionais consideradas na primeira que o *template* analisado acaba por considerar como objetivos regionais. Como é óbvio, a formulação dos OP e dos Objetivos Específicos do PR teve também de ser acomodada à própria estrutura e objetivos do Acordo de Parceria. É neste contexto que se compreende a matriz de correspondência lógica seguinte.

Tabela 2 – Contributo dos Objetivos Específicos do PR para as prioridades estratégicas regionais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS REGIONAIS							
	PE1	PE2	PE3	PE4	PE5	PE6	PE7	PE8
RSO 1.1.	4	2	2	4	0	3	1	3
RSO 1.2	0	3	3	3	1	0	2	0
RSO 1.3	2	3	3	4	0	1	0	3
RSO 1.4	0	0	0	0	0	0	0	4
RSO 1.5	2	3	4	4	0	0	0	2
RSO 2.1	0	0	1	2	4	0	0	0
RSO 2.2	0	0	3	2	4	1	0	0
RSO 2.4	0	0	3	4	3	0	0	0
RSO 2.5	0	0	3	2	3	0	0	0
RSO 2.6	0	0	4	1	4	1	0	0
RSO 2.7	0	0	3	3	4	1	0	0
RSO 2.8	0	0	4	3	3	0	0	0
RSO 3.2	0	4	2	2	1	0	0	1
ESO 4.1	1	1	1	2	0	2	2	2
ESO 4.4	3	1	3	2	0	1	3	3
ESO 4.6	2	1	3	2	0	2	4	2
ESO 4.8	1	0	1	2	1	4	3	1
ESO 4.11	0	0	3	3	0	2	2	1
RSO 4.2	1	1	2	1	1	2	4	3
RSO 4.5	1	1	1	1	1	3	1	1
RSO 4.6	1	0	2	2	1	1	1	1
RSO 5.1	0	2	4	4	1	2	1	1
RSO 5.2	1	0	0	4	2	1	1	1
FTJ art 3º	3	1	1	2	4	3	3	2
FTJ art 4º	3	1	1	2	4	3	3	2

Legenda:
P1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação
P2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral
P3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional
P4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região
P5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização
P6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais
P7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e da população em geral
P8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional
Notação: Notação: 0 – sem contributo para; 1 – Contributo reduzido; 2. Contributo moderado; 3. Contributo relevante; 4. Contributo muito forte; (?) Contributo com análise dependente de pormenorizações de programação

81. Como as PE regionais escapam à nomenclatura da programação e tal como o observado para os Desafios Estratégicos, também neste caso a relação lógica dos OE do PR com as PE regionais pode ser mais ou menos clara. As ERs foram elaboradas com grande grau de liberdade, o mesmo não podendo ser dito relativamente à elaboração do PR.

82. Entre as PE com abordagem mais difusa e dependente da operacionalização de diferentes medidas do PR, estão as seguintes:

- P3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional;
- P4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região;
- P8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional.

83. Também a P6, tal como está formulada, e depreende-se que as novas respostas são fortemente determinadas pelo contexto de declínio demográfico, embora disponha no ESO 4.8 de recursos específicos (25 milhões de euros dedicados, com 5 milhões dedicados a instrumentos financeiros) para acolher a abordagem da inovação social, exigirá para ser abordada uma intervenção que transcende a abordagem inovação social.

84. Quanto às PE 1, 2, 5 e 7, a arquitetura do PR garante à partida, de acordo com o *template* analisado, que esses objetivos regionais terão, na medida da alocação de recursos financeiros e da qualidade das operações, um contributo mais direcionado do PR.

Objetivos estratégicos nacionais

85. Uma das claras vantagens da arquitetura de programação seguida neste período é a da óbvia articulação do PR Centro com os grandes objetivos nacionais e comunitários. Os OP do PR Centro correspondem aos cinco grandes objetivos estratégicos consignados pelo Acordo de Parceria, e como estes últimos correspondem, por sua vez, diretamente, aos objetivos europeus, então pode concluir-se que o PR terá um elevado alinhamento com esse referencial.

86. Porém, os objetivos estratégicos do AP PT2030 desdobram-se por diferentes agendas estratégicas temáticas o que introduz algumas dificuldades de articulação, tanto mais que a nossa análise é realizada por objetivo específico, tendo em conta as medidas de políticas que irão estar associadas.

Objetivos estratégicos nacionais

87. Consideremos os referenciais do Acordo de Parceria e as Recomendações do Semestre Europeu, tal como o faz o Acordo de Parceria PT 2030.

Tabela 3 – Alinhamento dos OE do PR com Acordo de Parceria PT 2030 e Recomendações do Semestre Europeu

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS E RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS SEMESTRE EUROPEU													
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PO	OE 1. Portugal + Inteligente		OE 2. Portugal + Verde		OE 3 – Portugal + Conectado	OE 4. Portugal + Social e Inclusivo			Objetivo Estratégico 5 – Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos	REP 1	REP 2	REP 3	REP 4
	Agenda 2	Agenda 4	Agenda 3	Agenda 4	Agenda 4	Agenda 1	Agenda 2	Agenda 4	Agenda 4				
RSO 1.1.	4	3	2	0	0	0	4	0	0	0	0	2	0
RSO 1.2	4	2	2	4	4	0	4	4	4	0	0	3	3
RSO 1.3	2	4	1	4	4	0	2	4	4	0	0	4	3
RSO 1.4	2	2	3	2	2	0	2	2	2	0	0	2	1
RSO 1.5	4	3	0	3	3	2	4	3	3	0	0	3	4
RSO 2.1	2	2	4	2	2	0	2	2	2	0	0	3	0
RSO 2.2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
RSO 2.4	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
RSO 2.5	0	0	3	0	0	0	0p	0	0	0	0	0	0
RSO 2.6	2	2	4	2	2	0	2	2	2	0	0	3	0
RSO 2.7	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
RSO 2.8	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
RSO 3.2	0	3	0	3	3	0	0	3	3	0	0	0	3
ESO 4.1	0	3	0	3	3	1	0	3	3	0	3	0	0
ESO 4.4	2	2	0	2	2	1	2	2	2	0	3	0	1
ESO 4.6	2	2	0	2	2	1	2	2	2	0	3	0	1
ESO 4.8	1	1	0	1	1	4	1	1	1	0	1	0	0
ESO 4.11	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	2	0	0
RSO 4.2	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	2	0	0

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS E RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS SEMESTRE EUROPEU													
OBJETIVOS ESPECÍFI- COS DO PO	OE 1. Portugal + Inteligente		OE 2. Portugal + Verde		OE 3 – Portugal + Conectado	OE 4. Portugal + Social e Inclusivo			Objetivo Estratégico 5 – Portugal Territorialme nte mais Coeso e Próximo dos Cidadãos	REP 1	REP 2	REP 3	REP 4
	Agenda 2	Agenda 4	Agenda 3	Agenda 4	Agenda 4	Agenda 1	Agenda 2	Agenda 4	Agenda 4				
RSO 4.5	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0	0
RSO 4.6	0	2	0	2	2	3	2	2	2	0	3	0	0
RSO 5.1	0	2	0	2	2	3	0	2	2	0	0	0	0
RSO 5.2	0	2	0	2	2	3	0	2	2	0	0	0	0
FTJ art 3º	1	3	4	3	3	2	1	3	3	0	0	3	0
FTJ art 4º	1	3	4	3	3	2	1	3	3	0	0	3	0

88. **Em síntese**, o PR Centro apresenta, sobretudo na sequência da arquitetura de programação utilizada, um grau elevado de contributo quer para os grandes objetivos estratégicos nacionais, quer para os comunitários. As nuances existentes nesta conclusão devem-se mais à capacidade do PR Centro dar resposta às apostas da ER Centro, a qual foi elaborada com outro grau de liberdade, embora respeitando objetivos estratégicos nacionais e comunitários. É verdade também que o alinhamento com as Agendas Temáticas do PT 2030 é algo mais difuso.

89. No que respeita ao alinhamento com os objetivos estratégicos regionais, se estes forem lidos através da formulação das prioridades estratégicas definidas em sede de Estratégia Regional centro 2030, o alinhamento globalmente positivo é em certos casos influenciado pela formulação mais multidimensional dessas prioridades. É esse o caso de PE como a P3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional e da P.4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades dos territórios da Região. Nestes casos, embora não possa dizer-se que tais prioridades estratégicas estejam ausentes do raio de ação do PR, vários objetivos específicos e medidas de política concorrem para a concretização dessa PE, exigindo em tempo de implementação do PR Centro uma atenção mais focada na compatibilização de contributos e influências.

90. Já no que concerne aos objetivos comunitários, a ER Centro alinha plenamente com os referenciais europeus. Nos alinhamentos menos óbvios, os processos de contratualização previstos para o nível sub-regional (objetivos específicos 5.1.e 5.2) alinham com o objetivo de uma Europa mais coesa e próxima dos cidadãos e o alinhamento com o objetivo de uma Europa mais conectada surge no PR essencialmente relacionado com a ferrovia na Região, embora uma parte pelo menos da transformação digital (RSO 1.2. e 1.5) possam também ser lidos como tendo alinhamento com a Europa mais conectada. O alinhamento no PR faz-se com a Europa mais inteligente, mas se entrarmos em linha de conta com a conectividade digital os apoios programados terão também repercussão nessa dimensão da conectividade.

4.2. Coerência interna e externa do PR

4.2.1. Coerência interna

91. A questão da coerência interna do PR Centro suscita elementos de análise diferenciados consoante nos limitemos à sua estrutura por OP globais ou se descermos a um nível adicional de profundidade, envolvendo os objetivos específicos e as medidas de política ou tipologias de intervenção que estão previstas para corporizar tais objetivos específicos.

92. Ao nível dos OP globais, o PR é legível e coerentemente estruturado:

- O OP1 concentra tudo o que será apoio à criação, valorização económica e transferência de conhecimento, inovação, competitividade e transformação digital;
- O OP2, conjugado com os apoios do FTJ, concentra a abordagem à transição energética e climática;
- O OP3 concentra-se em projetos de ferrovia para a Região, assumindo assim uma clara prioridade em termos de dimensões de conectividade e acessibilidade;
- O OP4 concentra as questões da qualificação e da inclusão;
- O OP5 é dedicado às diferentes abordagens territoriais integradas, NUTS III, urbano-regional e outras parcerias temáticas e funcionais, com relevo para um novo ensaio em torno das ITI Redes Urbanas, retomando a experiência no passado das RUCI.

93. Embora legível e com uma apreciável coerência interna global ao nível dos OP, a análise da coerência interna intra OP permite identificar domínios que vão exigir monitorização adequada:

- Os apoios à criação, valorização económica e transferência de conhecimento e à inovação e competitividade empresarial tenderão a evoluir por sistemas de incentivos diferenciados, sem integração à partida assegurada;
- Os apoios à transformação digital (sobretudo os do RSO 1.5 destinados às empresas) deveriam coerentemente estar alinhadas com as oportunidades de investimento associadas à inovação digital dos modelos de negócio; considerando ainda que se trata neste caso de resolver as falhas de mercado e de assegurar rede e serviços na baixa densidade, há um alinhamento essencial com a transição digital na provisão de serviços de interesse geral (SIG);
- Os OP1 e OP2 devem estar coerentemente alinhados pelo menos no tipo de investigação científica e tecnológica a montante da transição energética e climática e também da valorização da economia circular;
- Ao não incluir no OP1 a dimensão da procura apoiada de recursos humanos qualificados (é conhecida a oposição da Comissão Europeia ao financiamento da formação avançada), é suscitado um problema de coerência com os apoios do OP4, sobretudo os que são contemplados nos ESO 4.4 e 4.6;
- O OP4, sobretudo na dimensão da inclusão social e da cultura, apoia dimensões que devem manter coerência com os processos de contratualização do OP5, sobretudo no âmbito do RSO 5.1;
- Os OP1 e OP2 apoiam dimensões que exigem igualmente coerência com as abordagens territoriais integradas e os processos de contratualização do OP5.

94. Não se trata propriamente de incoerências de programação, mas antes do que poderíamos designar de “pontos quentes” de convergência de efeitos.

95. Sinalizando numa escala de 0 a 4 a intensidade desses pontos quentes de coerência a suscitar monitorização adequada, a matriz lógica de cruzamentos OP versus OP proporciona os seguintes resultados:

Tabela 4 – Matriz de articulação entre OP do PR Centro (coerência interna)

OP	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5
OP1	4	2	0	3	2
OP2	2	1	1	1	3
OP3	0	1	1	0	2
OP4	3	1	0	2	4
OP5	2	3	2	4	3

Nota:

- (1) As pontuações de 0 a 4 representam níveis de intensidade crescente de necessidade de monitorização de articulações e convergência de efeitos;
- (2) As relações entre OP são biunívocas, não interessa a origem ou destino, interessa apenas a relação;
- (3) As pontuações da diagonal sinalizam a intensidade dos esforços de convergência necessária entre diferentes OE de cada OP.

96. A análise de coerência interna em termos de correspondência de OE foi realizada tendo em conta os desenvolvimentos constantes do *template* analisado, o qual como é conhecido fornece apenas uma descrição indicativa das tipologias de intervenção. A metodologia seguida foi similar à da análise da coerência por OP. Foram atribuídas notações à intensidade dos “pontos quentes” de monitorização de convergência de efeitos.

97. Dos valores atribuídos, ressalta a necessidade de monitorizar bem as articulações dos RSO do OP 5, particularmente do 5.1 com intervenções realizadas por ações de outros OP, com destaque para os RSO/ESO dos OP2 e OP4, envolvendo a questão por exemplo dos apoios ao emprego no OP4 e do turismo e cultura no RSO 4.6 (também no OP4), mas também no OP2 por exemplo nos RSO 2.5 (ciclo urbano da água) e RSO 2.6 (gestão de resíduos e economia circular), 2.7 (proteção/conservação e biodiversidade) e 2.8 (mobilidade urbana sustentável).

Tabela 5 – Matriz de articulação entre Objetivos Específicos do PR Centro

RSO/ESO	1.1.	1.2.	1.3	1.4	1.5	2.1	2.2	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8	3.2	4.1	4.4	4.6	4.8	4.11	4.2	4.5	4.6	5.1	5.2	FTJ art 3º	FTJ art 4º
RSO 1.1.		0	3	4	2	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	3	3
RSO 1.2	0		1	0	0	0	0	2	3	0	0	1	0	0	2	0	0	2	0	2	0	4	0	0	0
RSO 1.3	3	1		2	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0	2	0	0	0	2	1	3	2	2
RSO 1.4	4	0	2		2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	2	1
RSO 1.5	2	0	3	2		0	0	1	0	0	1	0	0	2	2	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0
RSO 2.1	0	0	0	0	0		2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3 (a)	0	4	0	0	0
RSO 2.2	0	0	0	0	0	2		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	2	2
RSO 2.4	0	2	0	0	1	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
RSO 2.5	0	3	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
RSO 2.6	4	0	3	3	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2
RSO 2.7	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	1	2	2
RSO 2.8	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0
RSO 3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
ESO 4.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		2	0	2	0	0	0	1	1	2	4	4
ESO 4.4	0	2	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	2	2	2	3	3
ESO 4.6	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0
ESO 4.8	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0		3	0	0	2	3	3	0	0
ESO 4.11	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	3	0	0	0
RSO 4.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	1	0	0	0	0
RSO 4.5	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	2	0	0	0
RSO 4.6	2	0	2	2	2	0	0	0	0	0	3	0	0	0	2	0	2	0	1	0		4	4	0	0
RSO 5.1	0	4	1	1	2	4	4	2	3	2	2	4	1	1	2	0	3	3	0	2	4		3	0	0
RSO 5.2	0	0	3	2	2	0	0	0	0	0	1	0	1	2	2	1	3	0	0	0	4	3		0	4
FTJ art 3º	3	0	2	2	0	0	2	0	0	2	2	0	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0		0
FTJ art 4º	3	0	2	1	0	0	2	0	0	2	2	0	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

(a) Possibilidade de apoio à aquisição de veículos elétricos para serviços de saúde e instituições sociais.

4.2.2. Coerência externa

98. A análise dos quadros lógicos dos diferentes OP do PR Centro evidencia que, na sequência de transformações que visa alcançar, é visível que a transformação de resultados em impactos faz apelo a um conjunto de contributos que transcendem em grande medida a influência dos apoios por ele proporcionados. A coerência externa do PR Centro é assim uma condição essencial para que o contributo do Programa possa ser consolidado a dois níveis: por um lado, em relação ao seu contributo para os objetivos regionais, nacionais e comunitários; por outro lado, para o seu estatuto de instrumento de concretização da ER Centro 2030, a qual foi concebida tendo em conta uma vasta paleta de instrumentos de política pública, cuja diversidade não seria de modo algum acomodável pela programação do PR, por mais ambiciosa que esta fosse.

99. Como pano de fundo desta análise, há que registar à partida a presença no *template* analisado de referências importantes de complementaridade possível com intervenções do FEADER (PEPAC) e FEAMPA, preenchendo um vazio observado em *templates* anteriores. Isto é particularmente relevante dada a relevância da problemática agrícola e do desenvolvimento rural numa parte significativa do território da Região. Embora não tenham sido programados conjuntamente, PEPAC e PR Centro, pela importância que irão ter no território da Região, tenderão a gerar situações de complementaridade que exigirão monitorização atenta. Trata-se de um primeiro passo para um conhecimento mais pormenorizado e atempado da incidência do PEPAC e do FEAMPA na Região.

100. A análise de coerência externa será conduzida por objetivo específico do PR, anotando numa matriz os restantes instrumentos de política, nacionais e comunitários, com os quais o PR terá de convergir em matéria de resultados. O *template* não analisa propriamente as condições de coerência do Programa, mas antes procura delimitar o seu campo de intervenção face a outros programas, sejam sobretudo os programas temáticos (PT) e o PRR. Do mesmo modo, regista-se o esforço realizado de no *template* analisado se elencarem redes e programas de cooperação a nível internacional com as quais as ações do PR Centro podem ser articuladas. Este último ponto é coerente com o facto da ER Centro 2030 indicar como PE o promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional.

101. **A síntese que pode ser elaborada a partir da análise da tabela** revela uma forte diversidade de situações identificadas de sinergia e complementaridade. Sobressaem nessas sinergias a relação com os Programas Temáticos ITD, DQI e ACS, particularmente os dois primeiros, e fundamentalmente com o PRR, que exigirá a continuidade das redes dos sistemas de incentivos (ITD) e a continuação da prática da rede Capital Humano, agora estendida ao novo âmbito do PT DQI.

102. Uma outra conclusão que ressalta da tabela seguinte é a enorme relevância dos esforços desenvolvidos pela CCDR Centro em matéria de cooperação transfronteiriça, inter-regional e internacional, com reflexos amplos e positivos para um elevado número de *stakeholders* regionais, que por essa via são envolvidos em processos de cooperação. Tal como a tabela o mostra, muitos dos OE do PR Centro poderão beneficiar de sinergias com os projetos em curso nessas áreas de cooperação, aqui entendidas como oportunidades para desenvolvimento de novos projetos de cooperação.

103. Do ponto de vista dos restantes elementos de sinergia e complementaridade, observa-se que a coluna do financiamento europeu que não por via dos FEEI integrados no PR Centro apresenta uma fraca densidade de notações, em parte devida às relações que existem entre essa coluna e a da cooperação transfronteiriça, inter-regional e internacional, que constituem vias de acesso a outras formas de financiamento comunitário. Para além disso, o *template* analisado é parco em referências à mobilização de instrumentos de financiamento como por exemplo o recurso aos recursos do BEI (por exemplo a

intervenção do BEI na área da inovação social poderia eventualmente alargar o âmbito da intervenção do ESO 4.8 do OP4 do PR Centro.

104. Resumindo, a análise de coerência externa do PR Centro consagra importantes elementos a ter em conta no processo de monitorização estratégica do Programa, no sentido de avaliar como é que a sua intervenção irá articular-se com outras intervenções FEEI no território da Região. A presença do PRR é indiscutivelmente a grande novidade nesta matéria. O facto da intervenção deste último estar bem delimitada face às intervenções dos Programas Temáticos (PT) e do próprio PR Centro pode constituir um primeiro passo relevante. Mas como já foi anteriormente referido, uma análise de delimitação mesmo que rigorosa não é sinónimo de coerência externa assegurada.

.

Tabela 6 – Análise de coerência externa do PR Centro por OE

Objetivos Específicos	P Temáticos	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
RSO 1.1.	A articulação com o PT ITD é muito forte considerando-se que a articulação ENEI-EREI Centro é fator essencial, sendo a delimitação estabelecida em função da natureza dos projetos (multirregionais no Temático e monorregionais no PR Centro). Interessará ainda avaliar de que modo o FEADER poderá apoiar investigação e transferência de conhecimento agrícola	A articulação com o PRR faz-se por via da delimitação dos apoios: PRR apoiando CIT e COLAB e o PR Centro apoiando outras infraestruturas, tais como Centros de Valorização e Transferência Tecnológica, Parques de C&T, Incubadoras de BT	É já tradicional articulação que muitos dos stakeholders regionais estabelecem entre financiamentos nacionais e europeus, com destaque para o Horizonte Europa e Europa Digital, este último essencial no quadro da opção de desenvolvimento de tecnologias digitais em Portugal	Participação em parcerias cofinanciadas do pilar 2 do HE, em linha com a RIS 3 Centro: DUT - Driving Urban Transition, SBEP - Sustainable Blue Economy Partnership, THCS – Transforming Health Care Systems e PM – Personalised Medicine Envolvimento adicional em Missões definidas no HE: Missões dos Oceanos (projeto A-AAGORA) e do Clima (RESIST - Regions for climate change resilience through Innovation, Science and Technology).	Dada a exigência de foco na transferência de conhecimento, a política científica propriamente dita não pode deixar de ser articulada com o financiamento do PO
RSO 1.2	Sem intervenção	PRR apoia ações da administração central, ao passo que o PR apoia a administração local e CCDR	Programa Europa Digital e financiamento do Digital Innovation Hub da Região centro	Relevância das parcerias europeias Driving Urban Transition e Transforming Health care Systems	Estando a modernização administrativa na dependência do Primeiro-Ministro a articulação com a política pública de digitalização da Administração deve ser relevada
RSO 1.3	Investimentos acima de um certo limiar de investimento apoiados pelo ITD, com o PR a apoiar projetos de montante inferior a esse limiar. Nas infraestruturas não tecnológicas, o PR é autónomo, havendo ainda incentivos de base territorial a cargo do PR. Projetos multirregionais de qualificação e internacionalização no ITD e monorregionais no PR	Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial – apoia projetos integrados (consórcios para a execução de projetos colaborativos, numa lógica inspirada nas “parcerias para a inovação” do Horizonte 2020) que cobrem todo o ciclo de inovação; Capitalização de empresas pelo BPF, que prevê apoios à capitalização das empresas; PRR através da C7 Infraestruturas - apoia projetos piloto em áreas de acolhimento empresarial para a demonstração de soluções inovadoras e integradas focadas na energia e acesso a redes digitais	Dependente do que poderá ser a ação do INVEST EU (BEI)	O PR propõe-se apoiar a participação de empresas em redes internacionais (projeto HE e Interreg Europe e primeira candidatura ao Interregional Innovation Investment	Não há propriamente uma política pública industrial a considerar autónoma dos FEEI e PRR

Objetivos Específicos	P Temáticos	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
RSO 1.4	Embora o PT ITD não tenha intervenção nesta matéria, o modo como será implementada a ENEI é relevante	Sem intervenção	Sem intervenção	Grande relevância da participação da Região nss Plataformas Temáticas da RIS 3 (S3P) Cooperação estabelecida entre o Centro e as regiões do Alentejo (PT) e da Extremadura (ES), no contexto da EUROACE	Uma grande interrogação: como vai ser implementado a nível nacional o novo ciclo de RIS 3
RSO 1.5	Sem intervenção do ITD FEADER apoia as Aldeias Inteligentes no âmbito da abordagem LEADER/DLBC rural.	Sem intervenção	Relevância do financiamento através do Mecanismo Interligar a Europa		
RSO 2.1	Sem intervenção	Através da Componentes 2 – Habitação; e Componente 13 - Eficiência Energética dos Edifícios, o PRR apoia a promoção da eficiência energética nos edifícios residenciais, nos edifícios da administração pública central e nos de serviços, ao passp que o PR apoia administração pública regional e local	Sem intervenção	Sem intervenção	Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública 2030 (ECO.AP 2030).
RSO 2.2	Sem intervenção	Complementaridade com o Componente 13 - Eficiência Energética dos Edifícios, apoio à promoção da eficiência energética nos edifícios residenciais, nos edifícios da administração pública central e nos de serviços	Sem intervenção	Alocação de recursos do PR à parceria europeia DUT (Driving Urban Transitions) - que junta mais de 60 parceiros	PNEC 2030, RNC 2050, Decreto-Lei nº 162/2019, de 25 de outubro, que consagra o autoconsumo coletivo e as comunidades de energia renovável.
RSO 2.4	Existe apoio do FEADER a intervenções relacionadas com a silvicultura preventiva incluindo ações de gestão de combustível, apoios ao mosaico agroflorestal e incremento da produtividade e resiliência dos povoamentos florestais Sem intervenção	Complementaridade com o PRR: nos meios materiais para a proteção civil são apoiadas a ANEPC e a GNR. Nos meios de prevenção e combate a incêndios rurais é apoiado o Programa de Sapadores Florestais do ICNF, I. P., até 31/12/2025	Sem intervenção	A Região integra o consórcio internacional do projeto A-AAGORA, aprovado no âmbito da Missão do Horizonte Europa na área dos Oceanos, mares e águas costeiras e interiores saudáveis	Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006), Programa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), Planos de Gestão da Rede Hidrográfica (PGRH) e Planos de Gestão dos Riscos de Inundação (PGRI).

Objetivos Específicos	P Temáticos	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
	Sem intervenção do Temático ACS na tipologia da gestão dos recursos hídricos	Articulação com a Componente 8 – Florestas, são elegíveis a ANEPC, a GNR e o Programa de Sapadores Florestais (ICNF, I.P.) até 31/12/2025. No OE2.4 são elegíveis as Associações Humanitárias de Bombeiros e os serviços municipalizados de proteção civil. O Programa de Sapadores Florestais será elegível a partir de 31/12/2025			
RSO 2.5	Sem intervenção	Sem intervenção	<u>Sem intervenção</u>	Programa Interreg do Sudoeste Europeu (SUDOE) e, como tal, será promovida a participação dos agentes regionais aos avisos deste programa. Um dos objetivos específicos mobilizados pelo SUDOE é precisamente o OE 2.5. “Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água”,	Plano estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).
RSO 2.6	Embora não haja coordenação direta entre o PR Centro e o PT ACS, este último prevê a mobilização de uma tipologia de “Conhecimento, capacitação e inovação do setor através de estudos, planos e instrumentos que permitam o desenvolvimento estratégico no setor dos resíduos”, que pode contribuir positivamente para a implementação das tipologias previstas no PR.	Complementaridade com a Componente 11 - Descarbonização da Indústria - investimentos acessórios em economia circular, que contribuam de forma clara e significativamente para a redução de emissões de gases com efeito de estufa enquanto instrumento de descarbonização da indústria. Idem A Componente C12 – Bioeconomia Sustentável, concentrada em alterações no processo produtivo que potenciem a utilização de novos materiais	Sem intervenção	Participação nos projetos Horizonte 2020 SCREEN e Interreg Europe REPLACE Idem com a C-PRONE, “uma rede internacional que está a ser criada para partilha de conhecimentos e experiências e debate de assuntos relevantes no âmbito das compras circulares, iniciativa em que a região está envolvida no contexto da ação piloto Centro Green Deal” Participação no consórcio europeu do projeto RESIST, aprovado no âmbito da Missão Adaptação às alterações climáticas,	
RSO 2.7	FEAMPA apoia intervenções de conservação da natureza, biodiversidade e património natural, no espaço marítimo adjacente	Sem intervenção		Comunidade de Trabalho CENCYL – Centro-Castela e Leão indicou como Área Funcional para o POCTEP 21-27 o ambiente e património natural do	

Objetivos Específicos	P Temáticos	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
	FEADER (PEPAC) - apoia medidas agroambientais e silvo-ambientais e a ecorregimes para a recuperação e manutenção de valores naturais protegidos			território de fronteira, nomeadamente espaços e áreas protegidas, Rede Natura 2000, Geoparques, e outros. Participação na parceria temática da RIS3 dedicada à indústria mineira, da Plataforma Temática S3 da Modernização Industrial	
RSO 2.8	O PT ACS prevê a continuidade à implementação dos planos de expansão e aumento de capacidade das redes de transporte pesado de passageiros (ferrovia, metropolitano e BRT) e apoio à aquisição de material circulante para as redes de transporte.	Complementaridade com a componente C15 — mobilidade sustentável: os POR são responsáveis pela melhoria global do serviço prestado pelos sistemas de transporte público nas cidades portuguesas.	Complementaridade com Mecanismo Interligar a Europa.	Complementaridade com a parceria europeia DUT (Driving Urban Transitions), através do roteiro 15minC — 15 minutes city, que tem como objetivo fomentar uma transição sustentável no planeamento e mobilidade urbana, através da criação de acessibilidade e conectividade. O POR aloca recursos para apoio a agentes regionais que têm projetos selecionados para financiamento.	Programas de promoção do transporte público – PART e PROTransP – ou a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) e a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal (ENMAP).
RSO 3.2	A intervenção do P Temático incide apenas em projetos da RTE-T	Sem intervenção	Sem intervenção	Sem intervenção	Grande relevância das opções nacionais do Plano Ferroviário nacional inscritas no PNI
ESO 4.1	Relevância do apoio do PT DQI em matéria de apoios à contratação, aos estágios profissionais, às estruturas de apoio ao emprego e à capacitação de parceiros sociais.	Sem intervenção	Sem intervenção	Possível relevância da complementaridade com ações a nível transfronteiriço	Sem intervenção
ESO 4.4	Complementaridade com o PT DQI: Apoios à formação-ação, a formação para empresários e gestores, as licenças para a qualificação de trabalhadores, a formação de ativos, os estágios Inov Contacto e também com os estágios PEPAC	Complementaridade por via da C19 – Administração Pública mais eficiente, onde está prevista a reforma “Serviços Públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas” e investimento na reformulação do “atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único Nacional”. Complementaridade com a Componente 5 – Capitalização e Inovação empresarial, com apoio a	Sem intervenção	Participação em consórcio de regiões europeias focado na atração de recursos humanos qualificados	Sem intervenção

Objetivos Específicos	P Temáticos	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
		recursos humanos avançados no contexto da Missão Interface, aos CIT e CoLab.			
ESO 4.6	Complementaridade com o PT DQI que apoia cursos profissionais, os cursos de aprendizagem, o apoio à formação avançada, a formação contínua de docentes, formadores, tutores e outros profissionais do sistema e o apoio à promoção da cultura científica	Complementaridade com a Componente 6 – Qualificações e Competências, Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas - Impulso Jovem STEAM (RE-C06.i04)	Sem intervenção	Relevância da cooperação no âmbito do Programa ERASMUS e no contexto da nova Agenda de Competências para a Europa, com ações relativas ao Ensino e formação profissionais (EFP)	Sem intervenção
ESO 4.8	Complementaridade com o PT DQI que apoia cursos de educação e formação de jovens, os cursos EFA, Mercado Social de Emprego, medidas de apoio à reintegração no mercado de trabalho, de formação profissional e emprego das pessoas com deficiência ou incapacidade, inserção sócio profissional das comunidades ciganas, promoção da aprendizagem da língua portuguesa para cidadãos estrangeiros, capacitação para a inclusão, Programa Escolhas e capacitação dos parceiros da Economia Social	Complementaridade com a Componente 2 - Habitação (alojamento) –	Sem intervenção	Cooperação no âmbito da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT) Portugal-Espanha, no seu terceiro eixo de intervenção, “Gestão conjunta de serviços básicos nas áreas de educação, saúde, serviços sociais, proteção civil ou outros em que se verifiquem vantagens na provisão conjunta”	Forte articulação com a política habitação – Nova geração de políticas de habitação e particularmente o Programa 1º Direito
ESO 4.11	Complementaridade com o PT DQI que em matéria de apoios a estudantes do ensino superior carenciados, o plano de recuperação das aprendizagens, serviços de psicologia e orientação, apoios à otimização das oportunidades para a saúde, segurança e para a manutenção da qualidade de vida, o modelo de apoio à vida ativa, os centros de atendimento (CNAIM), as estruturas de acompanhamento e o apoio especializado a migrantes e populações em situação de vulnerabilidade social e a qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância	Complementaridade com a componente 2 - Habitação, com a Componente 3 – Respostas Sociais, e com a Componente 20 – Escola	Sem intervenção	Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço, algumas das ações previstas no seu terceiro eixo de intervenção, “Gestão conjunta de serviços básicos nas áreas de educação, saúde, serviços sociais, proteção civil ou outros em que se verifiquem vantagens na provisão conjunta	Sem intervenção

Objetivos Específicos	P Temáticos	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
RSO 4.2	Sem intervenção	Os apoios do PRR à componente C6 de infraestruturas com oferta de formação para os jovens STEAM deve ser realçado	Sem intervenção	Sem intervenção	Sem intervenção
RSO 4.5	Sem intervenção	Complementaridade indireta por via Componente 1 - investimentos apenas centrados na melhoria das redes de dados e dos sistemas informáticos, no contexto da transição digital da saúde		Relevo da parceria europeia THCS - Transforming HealthCare Systems, à qual o POR alocará recursos, resulta da estruturação de várias iniciativas do passado, incluindo a AAL- Ambient Assisted Living e EIP-AHA (parceria que atribui o selo de reference site cujo primeiro consórcio português a obter foi o ageing@Coimbra).	Sem intervenção
RSO 4.6	Complementaridade com P Temático ITD para empresas na área do turismo e das indústrias criativas Pode assinalar-se alguma complementaridade com o P Temático DQI nas relações entre Educação e Cultura e Cultura e Inclusão Social	Complementaridades por via da C4 investimento RE-C04- i01 - Redes Culturais e Transição Digital e C4 investimento RE-C04- i02 - Património Cultural	Complementaridades com os Programas Europeus da Europa Criativa 2021-2027 e com a iniciativa New European Bauhaus	Dinamismo saliente da Região nas comunidades de trabalho com Castela e Leão e Extremadura e na rede RESOE	Complementaridade com: Estratégia Turismo 2027 Estratégia Nacional de Promoção da Acessibilidade e Inclusão dos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025 (EPAI); Estratégia Nacional para a Educação e Cultura Programas Nacionais de apoio às Artes (DG Artes), ao Cinema e audiovisual (IC), entre outros, incluindo o Fundo de Fomento Cultural Programas de apoio e Incentivos do Turismo de Portugal Complementaridade com Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030 e com a Estratégia Regional de Cultura do Centro 2030
RSO 5.1	Articulação com o P Temático ACS no que respeita à mobilidade urbana e à biodiversidade	Complementaridades com componentes: 1 – Serviço Nacional de Saúde; 2 – Habitação; 3 – Respostas Sociais; 7 – Infraestruturas; 8 – Florestas; 9 – Gestão Hídrica; 13 – Eficiência Energética dos Edifícios; 15 – Mobilidade Sustentável; 20 – Escola Digital	Grande relevância de alinhamento com políticas e programas europeus: Smart Cities/HE; Green Deal, Agenda Urbana Europeia, New European Bauhaus	Incentivo à participação em redes europeias de cooperação associadas a essas iniciativas europeias, designadamente redes urbanas: URBACT IV, Urban Development Network, European Urban Initiatives, Eurocities, European Green Cities Network, WHO European Healthy Cities Network, Organic Cities Network, etc.	Complementaridades com o Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território e como Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Centro Forte articulação com as Estratégias sub-regionais (EIDT /CIM) Articulação com outros planos nacionais nos diferentes domínios de

Objetivos Específicos	P Temáticos	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
					intervenção contratualizados com as CIM e as Autoridades Urbanas (setores da educação, social, cultura, mobilidade, ambiente, etc)
5.2	Forte articulação com FEADER e FEAMPA no que diz respeito às DLBC Complementaridades com o P Temático ITD no quadro dos ITI temáticos e funcionais	Complementaridade principalmente com as componentes do PRR: C% Capitalização & Inovação Empresarial (Agenda de investigação & inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria, Agenda / alianças de reindustrialização), C8 Florestas (Transformação da paisagem nos territórios de floresta vulneráveis, Prevenção e combate de fogos rurais), C10 Mar (Reforma do Ecossistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul), C11 Descarbonização da indústria, C16 empresas 4.0 (Transição digital do tecido empresarial).	Complementaridade com Programa Life, Green Deal, New European Bauhaus	Participação em redes ou comunidades, designadamente: consórcio europeu RESIS – Regions for Climate Change Resilience through Innovation; Comunidade de Trabalho EUROACE- Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura; European Network for Rural Development, etc.	Articulações com a EREI (especialmente ITI Temáticos), a Estratégia Turismo 2027, o Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030, a Estratégia Regional de Cultura do Centro 2030 e outros Programas ou estratégias nacionais e regionais de formação e qualificação, apoio ao emprego e ao empreendedorismo, sistemas de incentivos às PME. Complementaridades com o Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território e como Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Centro
FTJ art 3º		Complementaridade com as componentes do PRR: C5 — Capitalização e inovação, C11 — Descarbonização da indústria, C12 — Bioeconomia sustentável, C14 — Hidrogénio e renováveis, C16 — Empresas 4.0			Complementaridade com: Programas nacionais e regionais de formação e qualificação, apoio ao emprego e ao empreendedorismo, sistemas de incentivos às empresas. Outros fundos e instrumentos de política pública como o IEFP, IAPMEI, AICEP, Fundo Ambiental
FTJ art 4º		Complementaridade com as componentes do PRR: C5 — Capitalização e inovação, C11 — Descarbonização da indústria, C12 — Bioeconomia sustentável, C14 — Hidrogénio e renováveis, C16 — Empresas 4.0			Complementaridade com: Programas nacionais e regionais de formação e qualificação, apoio ao emprego e ao empreendedorismo, sistemas de incentivos às empresas. Outros fundos e instrumentos de política pública como o IEFP, IAPMEI, AICEP, Fundo Ambiental

Legenda:

Níveis de coerência externa	Cor
4. Muito forte intensidade	Red
3. Forte intensidade	Orange
2. Média intensidade	Yellow
1.Fraca intensidade	Light Blue
0.Intensidade nula	White

4.3. Teoria da Programação

4.3.1. As questões de avaliação

105. A QA relativa à TdP equaciona duas sub-questões:

- **QA3.1.** O Programa assenta numa lógica de intervenção clara e bem articulada, quer ao nível da estratégia do Programa quer ao nível das respetivas prioridades (e objetivos específicos), explicitando como se considera que as intervenções e as realizações esperadas contribuam para os resultados e impactos previstos?
- **QA3.2.** A TdP do Programa é credível (baseada em evidência), sendo robustos os elos de ligação causal entre as realizações do Programa e os resultados esperados e como estes contribuem para os impactos esperados?

106. A abordagem às duas sub-questões é obviamente tributária da abordagem que realizámos em capítulo anterior à TdP, seja do ponto de vista da construção de quadros lógicos dos diferentes OP do PR como via de aproximação ao quadro lógico do PR como um todo, seja do ponto de vista dinâmico.

107. A primeira das sub-questões respeita a essa perspetiva dos quadros lógicos, ao passo que a segunda está mais relacionada com a sua visão dinâmica, com forte relevo para os mecanismos definidos para compreender as transformações sequenciais visadas pelo PR nos seus diferentes OP, OE e medidas de política. O modo como o PR Centro reflete uma determinada lógica de TdP é fortemente diferenciada consoante a primeira ou a segunda das sub-questões atrás colocadas. Se é verdade que embora implicitamente seja possível associar ao PR Centro uma lógica de intervenção (refletida na proposta da equipa de avaliação de quadros lógicos para os diferentes OP), poderemos arriscar que a versão dinâmica dessa TdP está praticamente ausente. Pontualmente, em algumas referências realizadas a lições de experiência, percebe-se que estiveram implícitos raciocínios sobre os elos de ligação causal das intervenções do PR, mas são referências demasiado escassas e pontuais para poderem ser classificadas de TdP dinâmica.

4.3.2. Sobre a lógica de intervenção do PR

108. A organização do PR Centro segundo uma estrutura de OP, coincidentes com os grandes objetivos estratégicos nacionais e comunitários, na qual se inscrevem os OE e as medidas de política, embora determine uma grande complexidade para a formalização do quadro lógico de intervenção do PO, acaba por facilitar a compreensão global da intervenção e as prioridades que lhe assistem.

109. É um facto que a versão do *template* analisado não permite conhecer em pormenor aspetos de gestão que são fundamentais sobretudo para compreender o modo como as atividades assumidas pelo PR aspiram a traduzir-se em realizações concretas. Matérias como a estratégia de comunicação, a política de avisos que será implementada, as grelhas de análise de mérito a definir para avaliação das operações, os próprios procedimentos de gestão operativa seguidos pela AG, a divisão do trabalho no interior da sua equipa técnica, as próprias valências técnicas e dimensão dessa equipa são aspetos cruciais a ter em conta na chamada formação da procura dos apoios do Programa.

110. Para não tornar a formalização da TdP ainda mais complexa, há equipas de avaliação que optam por não integrar estes recursos e procedimentos entre as “atividades” da TdP, embora em bom rigor eles devessem integrar essas mesmas atividades. No caso desta AEA, a equipa de avaliação só pode sinalizar a importância crucial desses procedimentos, pois numa AEA não é em regra fácil dispor antecipada e atempadamente desses elementos.

111. O facto dos OP que estruturam globalmente o PR Centro estarem definidos sem grandes elementos de interseção entre si facilita, como foi referido, a sua legibilidade. As exceções mais relevantes a esta

regra, já devidamente documentadas nas análises de coerência interna e externa, são no entender da EA os seguintes:

- O OP relativo à transição energética e climática tem obviamente de ser considerado conjuntamente com o FTJ, pelo menos nos territórios da Região em que este último será dirigido;
- O facto de ter caído a possibilidade do FTJ apoiar a adaptação dos setores da cerâmica e do vidro, fortemente clusterizados territorialmente na Região, à crise energética suscita a necessidade dos OP1 e OP2, sobretudo o primeiro, atenderem a essa necessidade vital de adaptação desse tecido empresarial;
- A dimensão de articulação dos apoios no âmbito do OP1 com progressos em matéria de recursos humanos qualificados transcende o âmbito de intervenção desse OP no PR, reclamando que se tenha em atenção a formação que possa ser apoiada no âmbito do Programa Temático ITD e no OP 4 FSE do próprio PR Centro;
- A dimensão territorial e urbana de contratualização que atravessa o OP5 suscita às CIM e às entidades que venham a liderar as ITI Redes Urbanas e algumas parcerias funcionais e de coesão especial atenção em seguir o modo como as intervenções a contratualizar no âmbito do OP 5 poderão convergir com outras intervenções do PR Centro e dos Programas Temáticos nesses territórios; a experiência da programação anterior (2014-2020) mostra com clara evidência que essa operação, aparentemente simples e intuitiva, não foi fácil, em muitos casos impossível, de ser concretizada. As CIM não dispuseram atempadamente de elementos de informação sobre a aplicação de FEEI no seu território para além dos montantes contratualizados;
- O OP 3 é claramente o mais legível de todo o PO, dada a sua natureza de comportar um número limitado de investimentos na ferrovia a apoiar.

112. Uma conclusão importante de AEA que já é possível formular respeita à segunda parte desta sub-questão de avaliação, “explicitando como se considera que as intervenções e as realizações esperadas contribuam para os resultados e impactos previstos?”.

113. A legibilidade do quadro lógico é distinta confrontando a sequência “atividades-realizações-resultados” com a da sequência “resultados-impactos”. Em parte, essa diferença de legibilidade deve-se ao facto da leitura da última sequência ter de ser limitada à perspectiva mais modesta de contributo do PR Centro para os impactos esperados. Tais impactos resultarão, como já foi aliás sublinhado, de um conjunto de outras influências de programação que não apenas as que estão ao alcance do PR Centro. Nessa medida, a legibilidade da sequência lógica não pode ser obviamente a mesma. O facto de no *template* do PR Centro não existir qualquer referência a indicadores de impactos explicita bem essa questão. Dessa inexistência pode depreender-se que a programação nacional entende que os impactos dos diferentes Programas, incluindo os regionais, devam ser considerados no âmbito de uma análise mais global, que transcende a ação das AG de cada programa. É um modelo possível.

114. A sequência “resultados-impactos” obrigará obviamente a considerar a dimensão dos impulsos de mobilização de recursos que a programação do PR consagra relativamente a outros instrumentos de política pública e de programação que contribuirão igualmente para esses impactos.

115. Nessa questão, haverá que considerar duas situações, cuja dificuldade de resolução é diferenciada:

- Quando os contributos do PR e dos restantes instrumentos de política tiverem a mesma natureza do ponto de vista dos mecanismos de mudança a que fazem apelo, um critério aceitável para a avaliação do contributo esperado do PR é o confronto da magnitude dos recursos financeiros que se espera mobilizar;
- Quando, pelo contrário os contributos em confronto apelarem a mecanismos de transformação de diferente natureza, a questão metodológica é mais complexa, pois exigirá a comparação analítica do poder explicativo dos diferentes impulsos.

116. Resumindo, a legibilidade da sequência “atividades- realizações-resultados”, embora mais explícita na formulação atual do PR, enfrenta, porém, algumas dificuldades derivadas da debilidade de alguns indicadores de resultado. Existe uma desproporção entre a diversidade de medidas de política associadas a cada OE e a bateria de indicadores de resultado considerada no *template* analisado. Há dimensões de resultado inerentes às medidas de política que irão ser apoiadas que não são cobertas pelos indicadores

de resultado considerados, o que implica perda de legibilidade sobre o modo como as intervenções e as realizações esperadas do PR contribuirão para os resultados e, na sequência dos comentários anteriores, para os impactos previstos.

117. Em síntese, podemos concluir que o nível de legibilidade do quadro lógico do PR Centro poderá ser substancialmente melhorado com os seguintes elementos:

- Completamento de dimensões de indicadores de resultado em áreas de intervenção não totalmente cobertas pelo universo de indicadores selecionados;
- Esclarecimento do nível (nacional ou regional) a que a análise de impactos deve ser promovida.

4.3.3. Sobre as transformações visadas pelo PR

118. O que está essencialmente em causa é a avaliação da credibilidade de evidência existente para aferir da robustez dos elos de ligação causal entre as realizações do Programa e os resultados esperados e como estes contribuem para os impactos esperados.

119. Não existe qualquer evidência de que a programação tenha podido beneficiar de um exercício de formulação dinâmica da TdP. As condições concretas em que decorreu a conceção e discussão/negociação do PR com as autoridades comunitárias e nacionais tornaram impossível essa prática. Para além de algumas referências a lições de experiência e mobilização de alguns resultados de avaliações anteriores, a AEA considera não terem existido condições para ter presente uma visão dinâmica da TdP.

120. Tal como resulta da nossa proposta atrás referida, a complexidade do quadro lógico do PR Centro, que resulta da complexidade e diversidade de instrumentos de intervenção deste último, transforma a elaboração da TdP dinâmica numa tarefa de grande complexidade, sobretudo do ponto de vista da mobilização de evidência empírica para as diferentes transformações implícitas na sequência causal de todo o PR. Por isso, a AEA entende não haver condições objetivas para a sua concretização.

4.4. Alocação dos recursos financeiros, humanos e organizacionais do PR

121. A questão de avaliação está organizada em três sub-questões:

- **QA4.1.** Os recursos alocados ao Programa são coerentes com as prioridades/eixos selecionadas pelo Programa, assegurando uma adequada concentração de recursos nas prioridades mais relevantes, tendo em consideração os desafios e necessidades identificadas?
- **QA4.2.** A(s) forma(s) de apoio proposta(s) para a alocação dos recursos (ajudas reembolsáveis, não reembolsáveis, instrumentos financeiros, etc.) são adequadas face às prioridades/eixos e objetivos específicos definidos, à luz dos princípios da racionalidade económica, da sustentabilidade e da mais-valia da política pública?
- **QA4.3.** Os recursos organizacionais e humanos alocados ao programa são os adequados para garantir o cumprimento dos seus objetivos?

4.4.1. Alocação e concentração de recursos

122. A tabela seguinte descreve o quadro financeiro do PR, organizado em termos de dotação de recursos FEDER e FSE+ e envolvendo uma discriminação por OP, OE e medidas de política associadas a cada um dos OE, estas ainda apresentadas com um grau de agregação apreciável. Recorde-se que, para períodos de programação anteriores, a programação por tipologia de operações nem sempre esteve disponível.

123. É importante assinalar que os elementos de informação disponibilizados, quadro financeiro apresentado em folha EXCEL e o *template* analisado do PR Centro não assentam nas mesmas categorias, sendo este último declinado por domínios de intervenção.

124. A versão submetida à CE apresenta ligeiras alterações: (i) redução do FTJ em cerca de 25 M de € e o correspondente aumento do FEDER OP2, o que tem essencialmente por efeito aumentar o peso da dotação do OP2 no programa, ultrapassando os 30%; (ii) reforço do RSO 2.1 Eficiência energética em 25 M de €, que se materializa no apoio à administração pública regional e local (88,5 M de €) e criação de uma nova medida de política para a eficiência energética na habitação com 5M de €; (iii) redução da dotação do ESO 4.4. com incidência na formação de competências e qualificações no âmbito das empresas e da administração local, que agrava uma situação inicial; (iv) reforço da dotação do ESO 4.6 em 4 M de €, com foco nos TeSP; (v) reforço de dotação para a inovação social ESO 4.8 em 4 M de €; Reforço da assistência técnica (FSE +) em 4 M de €. A restante programação manteve-se constante face à versão que foi submetida a consulta pública., as programações são globalmente similares não acrescentando nada de relevante no que respeita à resposta a esta questão de avaliação.

Tabela 7 – Quadro financeiro do PR Centro por OP, OE e medidas de política

OP/OE/Medidas	Fundo	Dotação (M euros)	% da dotação total de FEDER + FSE + do PO	% da dotação total do PO por Fundo
OP1	FEDER	629,4	29,0	33,7
RSO 1.1.	FEDER	160,4	7,4	8,6
Criação de conhecimento científico e tecnológico	FEDER	70,0	3,2	3,7
Investimento empresarial e valorização do conhecimento	FEDER	35,0	1,6	1,9
Transferência de conhecimento e tecnologia	FEDER	55,4	2,6	3,0
RSO 1.2.	FEDER	20,0	0,9	1,1
Digitalização da Administração Pública Local e CCDR Centro	FEDER	20,0	0,9	1,1
RSO 1.3.	FEDER	371,0	17,1	19,9
Investimento empresarial produtivo	FEDER	316,0	14,6	16,9
Qualificação, digitalização e internacionalização das empresas	FEDER	5,0	0,2	0,3
Infraestruturas e equipamentos de base não tecnológica	FEDER	50,0	2,3	2,7
RSO 1.4	FEDER	28,0	1,3	1,5
Redes e capacitação institucional RIS 3	FEDER	28,0	1,3	1,5
RSO 1.5.	FEDER	50,0	2,3	2,7
Instalação de redes de banda larga	FEDER	50,0	2,3	2,7
OP 2	FEDER	663,0	30,5	35,5
RSO 2.1.	FEDER	93,50	4,3	5,0
Eficiência energética na administração pública regional e local	FEDER	88,50	4,1	4,7
Eficiência energética na habitação	FEDER	5,0	0,2	0,3
RSO 2.2.	FEDER	15,0	0,7	0,8
Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	FEDER	15,0	0,7	0,8

OP/OE/Medidas	Fundo	Dotação (M euros)	% da dotação total de FEDER + FSE + do PO	% da dotação total do PO por Fundo
RSO 2.4.	FEDER	109,0	5,0	5,8
Meios materiais para a proteção civil	FEDER	42,0	1,9	2,2
Adaptação às alterações climáticas	FEDER	2,0	0,1	0,1
Gestão de recursos hídricos	FEDER	65,0	3,0	3,5
RSO 2.5	FEDER	166,0	7,6	8,9
Ciclo urbano da água em alta (sistemas multimunicipais)	FEDER	40,0	1,9	2,2
Idem em baixa (sistemas municipais)	FEDER	116,0	5,3	6,2
Idem: reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	FEDER	10,0	0,5	0,5
RSO 2.6	FEDER	141,00	6,5	7,6
Gestão de resíduos: subinvestimentos em alta	FEDER	34,00	1,6	1,8
Idem em baixa	FEDER	77,00	3,5	4,1
Economia Circular	FEDER	30,00	1,4	1,6
RSO 2.7.	FEDER	89,0	4,1	4,8
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	FEDER	68,0	3,1	3,6
Passivos ambientais (áreas mineiras abandonadas e pedreiras em situação crítica)	FEDER	18,0	0,8	1,0
Monitorização do ar e do ruído	FEDER	3,0	0,1	0,2
RSO2.8	FEDER	49,50	2,3	2,7
Mobilidade urbana sustentável [Planos de descarbonização + Mobilidade ativa (ligada a abordagens territoriais intermodais)]	FEDER	49,5	2,3	2,7
OP3	FEDER	104,6	4,8	5,6
RSO 3.2.	FEDER	104,6	4,8	5,6
Ferrovia	FEDER	104,6	4,8	5,6
Projetos PNI 2030 (F5) - Programa de Eletrificação e Reforço da Rede Ferroviária Nacional: Linha do Oeste: Caldas da Rainha-Louriçal	FEDER	65,7	3,0	3,5
Projetos PNI 2030 (F9) - Requalificação e eletrificação da Linha do Vouga	FEDER	38,9	1,8	2,1
OP4. FSE	FSE	239,9	11,0	100,0
EMPREGO	FSE	104,9	4,8	43,7
ESO.4.1	FSE	57,9	2,7	24,1
Apoio ao emprego e empreendedorismo	FSE	57,9	2,7	24,1
ESO 4.4	FSE	35,0	1,6	14,6

OP/OE/Medidas	Fundo	Dotação (M euros)	% da dotação total de FEDER + FSE + do PO	% da dotação total do PO por Fundo
Competências e qualificações no âmbito empresarial e da administração local	FSE	5,0	0,2	5,1
Promoção do emprego qualificado	FSE	30,0	1,8	16,3
QUALIFICAÇÕES	FSE	39,0	1,8	16,3
ESO 4.6	FSE	39,0	1,8	16,3
Formação superior	FSE	39,0	1,8	16,3
INCLUSÃO SOCIAL	FSE	64,0	2,9	26,7
ESO 4. 8	FSE	34,0	1,6	14,2
Inovação social	FSE	29,0	1,3	12,1
Promoção da participação ativa, da igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis	FSE	5,0	0,2	2,1
ESO 4. 11	FSE	30,0	1,4	12,5
Igualdade de acesso a serviços de educação	FSE	28,0	1,3	11,7
Aumentar a qualidade e diversificar a provisão de serviços	FSE	2,0	0,1	0,8
Assistência Técnica	FSE	44,0	12,0	18,3
OP4) FEDER	FEDER	70,0	3,2	3,7
RSO 4.2	FEDER	15,0	0,7	0,8
Ensino superior	FEDER	15,0	0,7	0,8
RSO 4.5	FEDER	45,0	2,1	2,4
Saúde - Hospitais	FEDER	45,0	2,1	2,4
RSO 4.6	FEDER	10,0	0,5	0,5
Produtos turísticos regionais	FEDER	5,0	0,2	0,3
Cultura	FEDER	5,0	0,2	0,3
OP5	FEDER	400,0	18,4	21,7
RSO 5.1	FEDER	360,0	16,6	19,3
Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial	FEDER	273,75	12,6	14,9
Construção, requalificação, modernização e conservação de edifícios escolares	FEDER	100,0	4,6	5,4
Construção, requalificação, modernização e conservação de equipamentos de saúde primária e equipamentos sociais	FEDER	20,0	0,9	1,1
Construção, requalificação, modernização e conservação de infraestruturas desportivas	FEDER	10,0	0,5	0,5
Gestão, valorização e conservação do património cultural	FEDER	20,0	0,9	1,1

OP/OE/Medidas	Fundo	Dotação (M euros)	% da dotação total de FEDER + FSE + do PO	% da dotação total do PO por Fundo
Formas inovadoras de provisão (mobilidade a pedido, móvel e digital, nomeadamente nos domínios da educação, saúde, social e cultura, serviços de proximidade promovidos por freguesias)	FEDER	15,0	0,7	0,8
Intervenções urbanas (a)	FEDER	88,75	4,0	4,8
Habitação (habitação social e habitação a custos acessíveis) (b)	FEDER	20,0	0,9	1,1
Contratos para os Centros Urbanos Regionais e respetivas articulações interurbanas no âmbito dos subsistemas territoriais (ITI Centros Urbanos)	FEDER	86,25	4,0	4,7
Regeneração urbana orientada para a competitividade (c)	FEDER	76,25	3,5	4,1
Redes urbanas	FEDER	10,00	0,5	0,5
5.2 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas	FEDER	40,0	1,8	2,1
Abordagens Temáticas e Funcionais	FEDER	17,5	0,8	0,9
PROVERE	FEDER	17,5	0,8	0,9
Parcerias para a Coesão não urbanas	FEDER	5,0	0,2	0,3
FTJ Fundo para uma Transição Justa	FTJ	64,9	4,1	100,0
Fundo para uma Transição Justa - Artº 3º Reg. FTJ	FTJ	24,9	1,1	38,4
Fundo para uma Transição Justa - Artº 4º Reg. FTJ	FTJ	40,0	1,8	61,6
TOTAL		2171,82	100,0	
FEDER		1867,03	86,0	
FSE		239,85	11,0	
FTJ		64,94	3,0	
Notas: (a) 2 M de euros de IF (b) 4 M de euros de IF (c) 2 M de euros de IF				

Aspetos de macroestrutura de alocação de recursos financeiros

125. Assim, do ponto de vista da alocação de recursos financeiros aos diferentes OP, destacam-se os seguintes níveis de análise:

- No que respeita ao **OP1**, regista-se a divergência observada entre o peso que este OP assume em termos de dotação FEDER (33,7% do total do Fundo) e o que é revelado pelo Acordo de Parceria; neste documento, o OP 1 surge com 47% do FEDER para um mínimo de 40%; a explicação; este desvio poderá estar essencialmente relacionado com a importância que o PT ITD assumirá na Região. Pode discutir-se se os 33,7% de dotação FEDER está em linha com as apostas regionais nas dimensões da inovação, transferência de conhecimento e competitividade; no entanto, os 29% de dotação global no Programa continuam a anotar a importância estratégica do OP1 e dos seus RSO.
- O **OP2** surge reforçado na sequência da mais recente diminuição do FTJ, por si só cumpre a concentração temática regulamentar e está mesmo acima do valor indicado no Acordo de Parceria (30% contra 34,6% do FEDER no PR Centro); pode dizer-se, assim, que o PR realiza uma forte aposta nos domínios da transição energética e climática.
- O **OP3**, tal como já foi referido, apresenta a especificidade de se tratar de investimentos ferroviários do PNI que vêm ao PR Centro buscar financiamento, apresentando uma dimensão bastante mais baixa do que os restantes OP, o que se explica pelo número reduzido de operações apoiadas;
- O **OP4** em termos de dotação de Fundo de PO fica abaixo dos 15%, mantendo-se a maior importância do financiamento do FSE + relativamente ao do FEDER (11% para 3,2%); no AP pode ler-se que “*os objetivos de apoio à inclusão social correspondem a 30 % do FSE+ disponível no Portugal 2030 e estão presentes sobretudo no programa Demografia, qualificações e inclusão. Os programas regionais apresentam um contributo genericamente proporcional à sua dotação de Fundo*”; de referir que a intervenção do PR Centro em matéria de inclusão social se traduz por uma elevada percentagem de FSE + (25%), num contexto em que a intervenção deste Fundo apresenta algum recuo de recursos em relação a períodos de programação anteriores; a integração da abordagem da inovação social que estava colocada essencialmente no último período de programação no PO ISE introduz neste OP uma novidade, embora os 12,1% de FSE + alocados a esta nova abordagem representem apenas 1,3% do total da dotação do PR;
- A dimensão FSE + do ESO 4.4. tem uma formulação algo confusa no *template* do PR. A medida de política “Competências e qualificações no âmbito empresarial e da administração local” experimentou, como já foi referido, uma redução de recursos, surgindo na matriz financeira com apenas 5M de €, claramente desvalorização em relação à promoção de emprego qualificado que tem uma dotação de 30 M de €. Porém, no *template* submetido à CE, o domínio de intervenção referenciado é o do código 146. “Apoio à adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança”. Estranhamente e em franca contradição com a ER Centro 2030, não é assim possível clarificar com rigor que dotação de recursos vai ser alocada à formação contínua de adaptação de trabalhadores empresariais. Depreende-se da matriz financeira que será a promoção de emprego qualificado a absorver essencialmente a dotação do ESO 4.4.
- A dotação FEDER do **OP5** equivale a 18,42% da dotação total do PR e a 21,7% de toda a dotação FEDER, o que pode ser considerado um indicador da importância que a programação atribui ao objetivo da coesão e da proximidade, tal como ele é formulado na agenda comunitária e também nacional. Entretanto, tal como é possível confirmar a partir do Acordo de Parceria (páginas 176 e 178), no RSO 5.1, os ITI a contratualizar podem mobilizar fundos de outros OP, a saber: ITI CIM (OP 1, 2 FEDER OP4 FSE), ITI Urbanos (OP 1, 2 FEDER); no OE 5.2. Sem surpresa são os ITI CIM (Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial) a assumir o maior relevo da alocação de recursos (12,6% do total do PR e 14,9% do FEDER), em linha com as expectativas criadas com a revisão das EIDT NUTS III e suas perspetivas de financiamento dos seus planos de ação nesta tipologia. As ITI urbanas apresentam um peso de dotação total e FEDER bem mais baixas (respetivamente 4% e 4,7%), ainda assim superior às tipologias do RSO 5.2, na qual os PROVERE mobilizam tantos recursos como as abordagens temáticas e funcionais (17,5 M de €), ainda que possam mobilizar recursos do OP 1 FEDER e do OP4 FSE. Dada a relevância que a programação atribui a este OP5 na abordagem integrada ao desafio demográfico, a alocação de recursos concedida pela programação tornará bastante exigente a configuração dos Planos de Ação que inspirarão os CDCT.

126. No que respeita às regras de concentração temática de recursos relativa ao desenvolvimento urbano sustentável (DUS), para as quais o AP consagra, para um mínimo de 8% do FEDER, 23% dos recursos desse Fundo no PT 2030 como um todo, a determinação do modo como o PR Centro contribui para essa concentração exigirá elementos de operacionalização para encontrar um valor mais rigoroso. Embora o RSO 5.1 aloque cerca de 19% do FEDER, nem todas as intervenções poderão contar para o critério DUS. O que é estritamente urbano no RSO 5.1 está longe desse valor, mas as operações de contratualização poderão mobilizar recursos do OP2, podendo por isso essa percentagem efetivamente aumentar. Os ITI Redes Urbanas, embora com dotação de recursos a nível de experimentação, retomam a experiência não devidamente avaliada das RUCI do período anterior ao PT 2020.

127. A macroestrutura financeira do PR Centro, se bem que legível nos seus contornos principais, não reflete otimamente as apostas da sua estratégia regional, podendo dizer-se que: (i) os temas da inovação, transferência de conhecimento e competitividade ficam relativamente aquém da aposta aí realizada, embora com a contrapartida dos temas da transição energética e climática (OP2) terem programação acima das expectativas iniciais, o que não significa que o OP1 tenha uma presença pouco importante na dotação total do Programa; (ii) os recursos alocados à melhoria das qualificações e competências, sobretudo à formação contínua de ativos e necessidades de novas competências suscitadas pela transformação digital ficam aquém do que estava sinalizado no diagnóstico regional; (iii) face a estas evidências, o modo como os PT ITD e DQI incidirão no território da Região acabará por ter um efeito determinante numa eventual compensação da sub-ótima programação do PR; (iv) a dotação atribuída pelo Programa às abordagens territoriais integradas é equilibrada, suscitando no caso das ITI CIM o desafio de fazer refletir os Planos de Ação que corporizam as suas EIDT revistas nas sete tipologias de intervenção que surgem quantificadas na programação financeira; (v) os 20 M de € consagrados na programação para a habitação, ainda que sejam francamente inferiores em magnitude ao que o PRR irá proporcionar de reforço de financiamento a programas habitacionais como o 1º Direito, não deixam de proporcionar aos ITI CIM um complemento da sua intervenção social.

Análise por Objetivos Específicos e Medidas de Política

OP1

128. O PR Centro segue a tradição de, num contexto global de cerca de 1/3 da dotação FEDER do PR, concentrar mais recursos no investimento produtivo empresarial (316 M de € de dotação do PR) do que na dimensão da I&D e da transferência de conhecimento. A coerência desta opção medir-se-á essencialmente pelo rigor e seletividade dos apoios ao investimento empresarial. As categorias de intervenções que constam da programação financeira do RSO 1.1. são três – (i) criação de conhecimento científico e tecnológico com 70 M de €, Investimento empresarial e valorização económica do conhecimento com 35 M de € e Transferência de conhecimento e tecnologia com 55, 4 M de €. De notar que a criação de conhecimento científico e tecnológico inclui o apoio a infraestruturas científicas mais diretamente ligadas às prioridades da RIS 3 Centro e que a transferência de conhecimento e tecnologia engloba ações coletivas e o apoio a infraestruturas de base tecnológica não apoiadas pelo PRR. Considerando que na categoria do investimento empresarial e da valorização económica do conhecimento está a dimensão da I&D empresarial, os programas mobilizadores e o apoio ao empreendedorismo de base tecnológica, talvez os 35 M de € fiquem aquém do que exigiria um impulso mais significativo do SRI Centro.

129. Embora não seja fácil estabelecer uma correspondência entre as categorias do quadro financeiro e as tipologias indicadas no *template* analisado, analisando este último é possível identificar as tipologias com maior alocação de recursos: (i) Processos de investigação e de inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, centros de investigação e universidades, centrados na economia

hipocarbónica, na resiliência e adaptação às alterações climáticas com 43,6 M de €; (ii) Transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, centros de investigação e o setor do ensino superior com 32,686 M de €; (iii) Investimento em ativos fixos, incluindo infraestruturas de investigação, em pequenas e médias empresas (incluindo centros de investigação privados) diretamente ligadas a atividades de investigação e de inovação com 21 M de € e (iv) Atividades de investigação e de inovação em centros de investigação públicos, estabelecimentos de ensino superior e centros de competências, incluindo trabalho em rede (investigação industrial, desenvolvimento experimental e estudos de viabilidade) com 18,550 M de €. Conforme é possível inferir das tipologias mais representativas indicadas pelo *template* analisado, não é líquido saber se a programação está ou não a dar um sinal importante de apoio a uma lógica de SRI que tenha no seu núcleo central a procura de inovação, efetiva e potencial, por parte das empresas.

130. É também relevante analisar a programação no RSO 1.3. Aí avulta a enorme relevância dos 17,1% de FEDER alocado ao investimento empresarial produtivo (316 M de € de dotação), que não tem confronto possível com os 5M de € e com os 50 M de €, dedicados respetivamente aos investimentos de qualificação e internacionalização e às infraestruturas não tecnológicas de apoio à competitividade. O desequilíbrio entre estas últimas é bastante discutível. Com o mesmo problema de não correspondência entre as categorias do quadro financeiro e os montantes indicativos de recursos por tipologia de intervenção que se obtêm a partir do *template* analisado é possível registar que os montantes mais significativos são os seguintes: (i) Processos de inovação nas PME (processos, organizacional, comercial, cocriação e inovação dinamizada pelo utilizador e pela procura) com 198, 769 M de € - o valor desta rubrica reflete bem a importância atribuída ao investimento produtivo de inovação, constituindo um fator muito positivo da programação; (ii) Desenvolvimento empresarial e internacionalização das PME, incluindo os investimentos produtivos com 85 M de €; (iii) Incubação, apoio a novas empresas (spin offs), a empresas derivadas (spin outs) e a empresas em fase de arranque (*start ups*) com 45, 625 M de € e (iv) Infraestruturas comerciais para PME (incluindo instalações e parques industriais) com 35 M de €. A AEA considera que a programação financeira do RSO 1.3 está perfeitamente em linha com as prioridades da ER concedidas à inovação empresarial, integrando ainda uma componente relevante de apoio ao empreendedorismo de base tecnológica, simbolicamente superior à das infraestruturas não tecnológicas.

131. A alocação de 28 M € à dinamização de redes e de processos de capacitação institucional no âmbito da RIS 3 Centro e do apoio à dinamização de Processos de Descoberta Empreendedora (PDE) com efetivo envolvimento de empresas e investidores constitui uma das grandes e promissoras novidades da programação. A AEA entende que esta alocação pode marcar uma significativa viragem na intensidade orientadora da RIS 3 Centro, que beneficia de um clima de participação anterior favorável e que encontra agora recursos específicos para a sua dinamização, constituindo uma oportunidade única ao serviço do fortalecimento do SRI Centro.

132. Uma nota final sobre a programação financeira dos RSO 1.2 e RSO 1.5. Quanto ao primeiro, os apoios à digitalização da administração pública local e regional situam-se já numa zona relativamente longínqua dos custos de contexto da atividade empresarial na Região. Podem contribuir para a digitalização de serviços públicos e nessa medida com alguma elasticidade estar situados na Prioridade 1A do PR. Já no que respeita ao RSO 1.5 que apoia redes de banda larga de elevada capacidade essencialmente destinadas a compensar falhas de mercado na dotação infraestrutural de territórios de mais baixa densidade, a sua relação com os custos de contexto da atividade empresarial e das condições de vida das famílias nesses territórios é mais intensa. Estima-se a partir do enunciado do *template* analisado que a repartição do montante programado (50 M de €) possa ser equitativamente distribuído entre condições de vida das famílias e de atividade empresarial. Percebe-se por estas razões a atribuição de uma prioridade de investimento própria (1B) a este RSO, entendendo a AEA que o seu efeito será mais disruptivo do que o alcançável pelo RSO 1.2 onde a novidade da programação não é tão saliente.

OP2

133. As tipologias escolhidas para investimento nesta versão do PR estão em linha com as prioridades definidas na estratégia regional.

134. Relativamente ao domínio da descarbonização da economia regional, as tipologias do RSO 2.1 e RSO 2.2 representam 5,8 % na dotação FEDER do PR, que não sendo um valor elevado, justifica-se pelo âmbito de aplicação limitado (AP regional e local, entidades públicas e outras empresas) mas que será complementado por tipologias de investimento presentes no PT ITD (descarbonização da economia e diversificação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável) e pelas componentes C11 — Descarbonização da Indústria e C13 — Eficiência energética dos edifícios e C14 — Hidrogénio e renováveis do PRR. De notar que estes dois RSO foram reforçados mais recentemente com a translação de verbas provenientes do FTJ.

135. Por sua vez, o RSO 2.4, que reflete sobre as estratégias para adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos de catástrofes naturais, mobiliza 5,8 % do FEDER no PR, dando mais ênfase à aquisição de meios para a proteção civil (2,2 % do FEDER) e à gestão de recursos hídricos (3,5 % FEDER). É uma dotação com algum peso e, portanto, vista como importante para a Região, que tem aqui mais um instrumento para o seu caminho dinâmico de adaptação às alterações climáticas.

136. O RSO 2.5 promove investimentos na gestão sustentável da água, mais especificamente no ciclo urbano da água em alta — sistemas multimunicipais (2,2 % do FEDER) —, sistemas em baixa — municipais (6,3 % do FEDER) — e reutilização, resiliência, modernização e descarbonização (0,5 % do FEDER), totalizando 8,9 % do peso total do FEDER, o que é uma dotação já relevante. A mobilização deste RSO procura enfrentar a escassez, degradação da qualidade e riscos de inundações, produto das alterações climáticas, desafios que o PR reconhece como importantes e consubstanciado nos 166 M € alocados.

137. O RSO 2.6 programado em torno da transição para uma economia circular e da gestão eficiente dos recursos tem na componente dos resíduos (sobretudo em baixa) o seu foco de alocação de recursos que à sua conta ocupam o lugar central na alocação de recursos. Os valores dedicados à valorização da economia circular ficam relativamente aquém da aposta regional numa Agenda Regional para a Valorização da Economia Circular (30 M de € apara um total de 141 M de € do RSO). Compreende-se a relevância da valorização de resíduos como componente mais avançada da dinâmica já em curso, mas o facto da valorização da economia circular ter vindo a perder magnitude de recursos ao longo das várias versões do quadro financeiro indicia alguma falta de aposta da programação.

138. O RSO 2.7 tem como objetivo o reforço da proteção e preservação de zonas naturais, da biodiversidade e das infraestruturas verdes, assim como da redução da poluição e pesa 4,8 % na dotação total FEDER (89 M €). A categoria da conservação da natureza, biodiversidade e património natural é a mais relevante, representando 3,7% da dotação total FEDER, respondendo bem à relevância do tema na ER. Estima-se que a alocação de recursos à correção dos passivos ambientais da Região possa ter sido definida em função de uma correta avaliação das necessidades de intervenção, sobretudo porque não está previsto que haja fundos do PT ACS e do PRR para esta tipologia, sendo apenas possível complementar estes 18 M € com fundos nacionais.

139. Já no que respeita ao RSO 2.8 centrado na mobilidade urbana sustentável, ele surge como instrumento integrante da estratégia de transição para uma economia hipocarbónica e concentra 2,7 % dos fundos FEDER (49,5 M €). Este valor desceu ao longo das sucessivas versões do quadro financeiro, o que pode ser um indicador de dificuldades de estabilização. As medidas relativas à qualidade do ar e à redução do ruído com 15 M de € e as infraestruturas para bicicletas com 13,5 M de € constituem os

principais domínios de intervenção. Esta priorização não anuncia nada de substancialmente inovador. Aos transportes urbanos limpos são dedicados apenas 9 milhões de €.

140. A conclusão da AEA aponta para que no quadro de uma dotação global FEDER que é a mais importante em termos de OP, o OP2 responde satisfatoriamente às questões relevantes, com a exceção do baixo montante de apoios à economia circular para além do mainstream da valorização dos resíduos e para a dimensão reduzidamente inovadora da programação do RSO 2.8 relativo à mobilidade urbana sustentável.

OP3

141. Tal como já foi anteriormente referido, este OP tem uma estrutura de apoios muito simplificada. Ele integra juntamente com o contributo do Fundo de Coesão uma série de investimentos de melhoria da rede ferroviária. Não estão explícitas as razões que levaram a “depositar” no PR Centro estes investimentos (Caldas da Rainha – Lourical na Linha do Oeste e Linha do Vouga) e não outros. O montante de FEDER atribuído não é despidendo e estima-se que os investimentos do Plano Ferroviário foram maturados com uma adequada estimativa de custos de investimento. Em termos de análise de coerência externa (ver QA nº 2), interessará sobretudo avaliar a coerência de todas as realizações do PNI em matéria ferroviária que terão incidência na Região, sobretudo no sentido de perceber com que rede ferroviária e qualidade ficará a Região depois de implementados todos as operações de investimento programadas para 2021-2027.

OP4

142. Tradicionalmente, a programação relativa às questões do emprego, qualificação, formação e inclusão social assume uma partilha entre apoios FSE+ e FEDER, com claro predomínio do primeiro. Este período de programação não foge à regra e a grande alteração não estará nos PR, mas antes no facto do PT DQI reunir todas essas dimensões, não separando as intervenções relativas ao combate à pobreza e à exclusão social. Pelos valores conhecidos, percebe-se que o PR Centro recua um pouco em matéria de recursos FSE, o que terá por contrapartida uma maior necessidade de monitorização atempada e rigorosa do que o referido PT irá representar para a Região.

143. Num quadro de um relativo equilíbrio entre RSO e medidas neste OP, assinalam-se pontos positivos e negativos. Os primeiros situam-se sobretudo na chegada da inovação social (ESO 4.8) à programação, aliás reforçada no *template* submetido à CE; o dinamismo das OES da Região parece justificar expectativas de elevada procura, pelo que os 29 M de € agora previstos na programação criam expectativas justificadas, considerando também a execução destas medidas na programação 2014-2020 (EMPIS) na região Centro. Os pontos mais negativos prendem-se com a dificuldade de assegurar a formação contínua de ativos de adaptação a magnitude de recursos que a situação da Região exigiria. Como foi anteriormente referido, a programação não se compromete com uma dotação específica e a matriz financeira do PR permite concluir que a promoção de emprego qualificado assumirá a quota mais representativa no ESO 4.4. Por outro lado, o domínio de intervenção fixado no *template* do PR não distingue entre as categorias de trabalhadores.

144. No **OP4 FEDER**, a magnitude dos recursos financeiros alocados para além de já ser em si reduzida ao ser dividida por três OE ainda mais acentua essa natureza residual:

- No **RSO 4.2. Ensino superior** percebe-se que estarão em causa essencialmente adaptações infraestruturais induzidas pela transformação digital e criação de condições infraestruturais para a figura de cursos

superiores de curta duração; face à exiguidade da verba programada, quanto mais focada for a intervenção melhor;

- No **RSO 4.5 Saúde – Hospitais** não é totalmente perceptível a partir da leitura do texto do PR antever que ações serão essencialmente apoiadas, porque tanto se fala de intervenções em questões de diagnóstico e tratamento em unidades hospitalares como se refere a digitalização; tal como no OE anterior, também aqui a dispersão de ações não será muito positiva em termos de impactos; dos 45 M de € programados o domínio das infraestruturas hospitalares é apresentado com 27, 750 M de € o que sugere um tipo de priorização.
- No **RSO 4.6 Cultura e Turismo**, se a verba programada já é em si reduzida, praticamente residual, ela cobre questões de cultura e turismo (produtos turísticos regionais) o que tenderá a acentuar esse problema; assim espera-se que a programação efetiva tenda a privilegiar operações que articulem as duas sub-componentes, não esquecendo obviamente o contributo do PRR nesta matéria e os investimentos a contratualizar no âmbito dos ITI.

OP5

145. O eixo da programação dedicado às abordagens territoriais integradas aloca mais de 20% da dotação FEDER atribuída ao PR Centro, representando 18,4% de toda a dotação de recursos do Programa. Esta magnitude de financiamento está de acordo e responde muito satisfatoriamente a toda a dinâmica de participação que as CIM tiveram na preparação da Estratégia Regional. Mesmo tendo em conta que as EIDT foram revistas a pensar num campo de intervenção e de instrumentos de financiamento mais vasto do que o que seria antecipável para o PR Centro, a AEA considera ser muito satisfatória a expressão financeira do OP5. Acresce que a prática de concertação das CIM com os ministérios setoriais não é tão desenvolvida como a que decorre dos processos de contratualização a nível regional. Nessas condições, é natural que as CIM NUTS III procurem maximizar o mais possível os CDCT como o instrumento preferencial de execução das suas estratégias.

146. Como é óbvio, o OP5 não se reduz a apoiar os ITI CIM e estes últimos surgem conjuntamente no âmbito do RSO 5.1 com os apoios a ITI de matriz urbana, onde regressa a figura das ITI redes urbanas. Para além disso, no âmbito do RSO 5.2, emergem outras tipologias de apoios em que as abordagens temáticas e funcionais e os PROVERE dominam a programação, sendo às Parcerias para a Coesão não Urbanas uma presença quase residual face às restantes de 5 M de €.

147. As ITI CIM surgem organizadas em três grandes eixos de intervenção:

- **Dimensão funcional na provisão de SIG** onde se acolhem as principais intervenções infraestruturais e uma grande variedade de outras tipologias mais imateriais: educação, cuidados de saúde primários, equipamentos sociais, mobilidade a pedido, administração local mais próxima dos cidadãos, eficiência energética na administração pública, IPSS e habitação social, ciclo urbano da água, gestão de resíduos, promoção do sucesso educativo, pequenas intervenções de reabilitação em infraestruturas desportivas, habitação social e a custos acessíveis e proteção civil;
- **Reforço do sistema urbano:** mobilidade urbana, cidades digitais, valorização ambiental e paisagística, mitigação e adaptação climática, reabilitação e regeneração urbanas, comunidades de energia renovável, dinamização de ecossistemas de inovação; na programação estruturadas em sete tipologias de intervenção: investimentos em escolas, investimentos em equipamentos de saúde primária e equipamentos sociais, infraestruturas desportivas, património cultural, formas inovadoras de provisão de serviços de interesse geral, intervenções urbanas e habitação. Obviamente que existem condições para a submissão destes investimentos de maneira a assegurar princípios compatíveis com as orientações comunitárias, mas retirando os exemplos das formas inovadoras de SIG e a habitação as tipologias são relativamente conservadoras relativamente a práticas anteriores de programação. A segunda maior verba de FEDER atribuída às intervenções urbanas sugere que o cumprimento dos limites do DUS tem neste OP uma importante quota parte de realização.
- **Dinamização de ativos territoriais**, compreendendo incentivos de base territorial, apoio ao empreendedorismo e emprego jovem, infraestruturas não tecnológicas de apoio à competitividade,

refuncionalização de edifícios, qualificação de espaço público e património cultural, conservação da natureza e biodiversidade, produtos turísticos e cooperação transfronteiriça.

148. Se cotejarmos esta tipificação de intervenções com as categorias de programação financeira em que o quadro financeiro do RSO 5.1 está organizado, compreende-se que os três eixos atrás assinalados mobilizarão recursos para além da quota que lhes couber no acesso ao RSO 5.1. É um facto que estão no RSO 5.1 uma grande parte das intervenções de provisão de SIG (educação, saúde, equipamentos sociais, património cultural e habitação), mas uma grande parte dos eixos 2 e 3 consistirão na mobilização de recursos de outros OP.

149. As ITI Redes Urbanas introduzem alguma novidade na programação, embora lhe corresponda apenas 4,7% do FEDER do PR. É interessante a lógica da articulação entre centros urbanos de formação de redes urbanas temáticas, parecendo retomar a experiência passada, e não devidamente avaliada, das RUCI. Estão programadas para acolher tipologias de intervenção como competitividade urbana, alterações climáticas e descarbonização e digitalização. O quadro financeiro não aparece muito articulado com esta tipificação, pois surge fundamentalmente concentrado em ações de regeneração urbana para a competitividade às quais é alocada a maior massa de recursos (76,25 M de € em 86,25 M de €).

150. No que respeita ao RSO 5.2, ele consagra uma massa de recursos igual para o conjunto das IIBT do Oeste e Vale do Tejo e do Pinhal Interior e para os PROVERE (17,5 M de € para cada), não sendo ainda muito explícito o que esperar das Parcerias para a Coesão não Urbanas.

Comparação com o período de programação 2014-2020

151. Com dados de execução de dezembro de 2020² (Relatório de Execução), ensaiámos uma comparação entre a programação do PR Centro e a do PO Centro 2014-2020. A comparação não é plenamente possível, dadas as diferenças de estrutura, mas permite alguma reflexão. A estrutura da programação 2014-2020 consta do capítulo de anexos.

152. Uma análise sucinta do confronto entre as duas programações permite enunciar as seguintes conclusões:

- No domínio da investigação científica e tecnológica, existe um recuo de dotação de recursos (160,4 milhões de € para 185,9 de €, e também um recuo na dotação de fundos do PR (7,4% contra 8,7% e também em termos de dotação FEDER, 8,7% contra 10,2); a análise da taxa de compromisso em 2020 mostra que não existiu um problema de formação de procura); a presença do PRR nesta matéria mitiga bastante esta comparação, já que ele intervém em instituições de interface CTI e COLAB que são estruturantes do SRI Centro;
- No que respeita aos apoios às empresas, a nova programação revela um recuo considerável de dotação face ao último período de programação, 371 milhões de € contra 649 milhões de €, com uma significativa queda de importância na dotação de Fundo do PR (17,1% contra 30,3%); a influência do PRR não é suficiente para mitigar esta diferença;
- Se considerarmos que a dotação global do PR tem até uma ligeira subida (2.144,4 milhões de € contra 2.171,8 milhões de €), este recuo das dimensões relativas ao OP1 (sensivelmente OT1 + OT3 na programação anterior), este confronto não está em linha com a importância atribuída ao crescimento inteligente);
- Aliás, convém referir que o FEDER tem um ligeiro aumento de dotação (1814,8 milhões de € em 2014-2020 para 1.842 milhões de € em 2021-2027), o que mais agrava a consideração anterior; em contrapartida, o FSE tem um recuo de dotação (330 milhões de € em 2014-2020 para 240 milhões de € em 2021-2027);

² A equipa de avaliação não teve ainda acesso ao Relatório de Execução de 2021.

- O reforço dos temas da descarbonização e transição climática é notório: os 638 milhões de € do OP2, aos quais deveremos juntar os valores do FTJ) suplantam claramente os valores do OT4 +OT6 na programação anterior (cerca de 273 milhões de €), mesmo juntando os valores da rede urbana (cerca de 209 milhões de €);
- Em matéria de FSE, para inclusão social, emprego e formação e capacitação a programação anterior era dotada de cerca de 132 milhões de €, observando-se em 2021-2027 que a programação FSE reforça para cerca de 240 milhões de €, o que em contexto de descida global dos recursos FSE é uma mudança com significado;
- Já no que toca ao FEDER social e de emprego e formação, a programação anterior apresentava cerca de 291 milhões de €, observando-se agora que a dotação do PR desce nesta matéria para 70 milhões de €, refletindo uma menor carga infraestrutural, compreensível dada a evolução da programação;
- Uma alteração substancial que traz a nova programação, não só em termos de magnitude de recursos como principalmente de legibilidade das opções, consiste na dotação do OP5 para a coesão territorial que não tem equivalente próximo na programação de 2014-2020; é um facto que a dotação dos ITI urbanos, cerca de 87 milhões de € não tem equivalente nos 231,5 milhões de € da rede urbana na programação anterior, mas o valor de 273 milhões de € para a contratualização CIM faz a diferença;
- Resta referir que no âmbito do OP1 os recursos alocados à digitalização, incluindo as redes de banda larga não têm equivalente direto na programação anterior, representando também uma mudança estrutural na alocação de recursos.

153. Em síntese, podemos concluir que o recuo na alocação de recursos observado pela dimensão da investigação, inovação e competitividade (OP1 2021-2027 contra OT1 + OT3 de 2014-2020) não tem uma explicação lógica e nem sequer é explicada por questões de diagnóstico. Pode estimar-se que esse recuo possa ser compensado pelo Programa Temático da ITD e que o PRR mitiga essa redução, mas isso significa que o PR Centro vê reduzido o seu contributo potencial para a concretização da ER Centro 2030.

4.4.2. Modalidades de apoio

154. O PR Centro 2030 alinha com a situação predominante em todos os PR do PT2030, dedicando à mobilização de instrumentos financeiros (IF) uma atenção residual, com ligeiríssimas exceções:

- O RSO 1.3 do OP1 consagra 17,1 M de euros a IF de garantia e também 17,1 M de euros de subvenções no âmbito de uma operação a título de IF: “A inovação produtiva prevê a utilização de um IF, que será concretizado atendendo aos bons resultados da aplicação do sistema híbrido (blended) de apoio no SI inovação do PT2020, que consistiu na combinação de uma Subvenção Não Reembolsável e outra com um Instrumento Financeiro de Garantia”.
- Estranha-se que na prioridade 2B - dedicada à inovação social o prolongamento das medidas IPIS não recorra a IF na parte relativa ao empreendedorismo social;
- O RSO 5.1 mobilizará nas intervenções de urbanização e regeneração urbana IF do tipo JESSICA ou IFRRU, que também pode ser considerada extensão de prática do último período de programação (2M de € de IF para intervenções urbanas, 4 M de € de IF para habitação e 2 M de € de IF para regeneração urbana orientada para a competitividade).

155. A parcimónia de utilização de IF é bem evidente, indiciando, com exceção do RSO 1.3, uma reduzida adaptação a uma tendência emergente na aplicação dos FEEI.

4.5. Monitorização e avaliação do PR

156. Esta questão de avaliação vem desdobrada em três sub-questões:

- **QA5.1.** Os indicadores propostos são relevantes e adequados à medição das realizações, resultados e impactos esperados do Programa?
- **QA5.2.** Os indicadores propostos estão claramente definidos? A sua metodologia de apuramento é clara e robusta?

- **QA5.3.** Os processos e mecanismos de recolha e tratamento dos indicadores são adequados e atempados, incluindo a adequação da capacidade administrativa, permitindo um sistema de monitorização fiável, robusto e orientado para resultados?

4.5.1. A estrutura de indicadores do PR Centro 2030

157. A tabela seguinte sistematiza a bateria de indicadores do PR Centro:

Tabela 8 – Indicadores de realização e resultado propostos pelo PR Centro 2030

RSO/ESO	Indicadores de realização	Meta (2029)	Indicadores de resultado	Meta (2029)
RSO 1.1.	RCO01 Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes)	140	RCR02 Investimentos privados combinados com apoio público (nomeadamente: subvenções, instrumentos financeiros)	25.305.000
	RCO02 Empresas apoiadas através de subvenções	140	RCR03 Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	13
	RCO05 Novas empresas apoiadas	13	RCR06 Pedidos de patente apresentados	280
	RCO06 Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas	348	RCR102 Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas	116
	RCO07 Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	72		
	RCO10 Empresas em cooperação com organizações de investigação	20		
RSO 1.2.	RCO14 Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	120	RCR11 Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	775.810
RSO 1.3.	RCO01 Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes)	2.590	RCR01 Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	2.690
	RCO02 Empresas apoiadas através de subvenções	1.490	RCR02 Investimentos privados combinados com	681.553.000

RSO/ESO	Indicadores de realização	Meta (2029)	Indicadores de resultado	Meta (2029)
			apoio público (nomeadamente: subvenções, instrumentos financeiros)	
	RCO03 Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros	1.100	RCR03 Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	120
	RSO16 Área infraestruturada para acolhimento de empresas	2.924.000	RCR19 Empresas com maior volume de negócios	380
			RSR02 Empresas/PME instaladas na AAE	320
RSO 1.4.	RCO16 Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	320	RSR03 Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora	200
RSO 1.5.	RCO41 Acréscimo de habitações com acesso a banda larga de capacidade muito elevada	115.952	RCR53 Habitações com assinaturas de banda larga em redes de capacidade muito elevada	83.473
	RCO42 Acréscimo de empresas com acesso a banda larga de capacidade muito elevada	6.623	RCR54 Empresas com assinaturas de banda larga em redes de capacidade muito elevada	89
RSO 2.1.	RCO19 Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	332.710	RCR26 Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)	615.360
RSO 2.2.	RCO97 Comunidades de energia renovável apoiadas	15	RCR31 Total de energias renováveis produzidas (das quais: elétrica, térmica)	21.520
RSO 2.4.	RCO25 Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	310	RCR35 População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	561.353
	RCO28 Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	114.890	RCR36 População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	638.170

RSO/ESO	Indicadores de realização	Meta (2029)	Indicadores de resultado	Meta (2029)
RSO 2.5	RCO30 Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	5.980	RCR41 População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	769.000
	RCO31 Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	230	RCR42 População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais	360.000
	RCO32 Capacidade, nova ou melhorada, de tratamento de águas residuais	72.950	RCR43 Perdas de água nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	28.960
RSO 2.6	RCO01 Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes)	146	RCR03 Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	40,00
	RCO02 Empresas apoiadas através de subvenções	146	RCR47 Resíduos reciclados	200.000
	RCO34 Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	567.770	RCR103 Resíduos objeto de recolha seletiva	282.780
	RCO107 Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos	43.589.743,59		
RSO 2.7	RCO36 Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	138,00	RCR50 População que beneficia de medidas relativas à qualidade do ar	1.633.556,00
	RCO37 Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	5.350,00	RCR52 Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações	40,00
	RCO38 Área de terreno reabilitado apoiada	115,00	RCR95 População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	230.000,00
	RCO39 Área abrangida por sistemas instalados	3,00		

RSO/ESO	Indicadores de realização	Meta (2029)	Indicadores de resultado	Meta (2029)
	para monitorizar a poluição do ar			
RSO 2.8	RCO58 Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	86,00	RCR62 Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	11.594.200,00
	RCO60 Cidades e vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou modernizados	32,00	RCR64 Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	216.759,00
RSO 3.2	RCO50 Extensão de vias ferroviárias reconstruídas ou modernizadas — não RTE-T	139,60	RCR58 Utilizadores anuais de vias ferroviárias recém-construídas, melhoradas, reconstruídas ou modernizadas	11.801.857,00
ESO 4.1	EECO02 Desempregados, incluindo desempregados de longa duração (pessoas)	950	EECR05 Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a sua participação (pessoas)	50
ESO 4.4	EECO11 Pessoas com um diploma do ensino superior (pessoas)	380	EESR30 Participantes (nos RHAQ) com ensino superior empregados 6 meses depois de terminada a participação (pessoas)	80
ESO 4.6	EECO10 Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários (pessoas)	8.480	EECR03 Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação (pessoas)	60
ESO 4.8	EESO11 Projetos de inovação e experimentação social apoiados (n.º)	270	EESR14 Instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social (n.º)	670
	EESO18 Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social (n.º)	40	EESR23 Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social (%)	90
ESO 4.11	EES007 Agrupamentos e escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do	80	EESR17 Alunos dos agrupamentos ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do	78

RSO/ESO	Indicadores de realização	Meta (2029)	Indicadores de resultado	Meta (2029)
	sucesso educativo (entidades)		sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (%)	
	EESO30 Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (n.º)	30.600		
RSO 4.2	RCO67 Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino (pessoas)	9.930	RCR71 Utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de ensino (utilizadores/ano)	9.930
RSO 4.5	RCO69 Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde (pessoas/ano)	312.500	RCR73 Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde (utilizadores/ano)	312.500
RSO 4.6	RCO77 Número de sítios culturais e turísticos apoiados	35	RCR77 Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados (visitantes/ano)	460.950
RSO 5.1	RCO74 População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado (n.º)	2.229.331	RSR10 Projetos transversais de âmbito intermunicipal (n.º)	48
	RCO75 Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas (n.º)	18	RSR11 Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (n.º)	118
RSO 5.2	RCO74 População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado (pessoas)	1.347.309,00	RSR10 Projetos transversais de âmbito intermunicipal (n.º)	7
	RCO75 Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas (n.º)	9	RSR11 Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (n.º)	140

RSO/ESO	Indicadores de realização	Meta (2029)	Indicadores de resultado	Meta (2029)
JSO8.1	EECO02 Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	420	RCR01 Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	200
	RCO01 Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes)	23	RCR03 Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	15
	RCO02 Empresas apoiadas através de subvenções	23	EECR04 Pessoas com emprego uma vez terminada a participação	50

4.5.2. Análise crítica da relevância e adequação dos indicadores do PR Centro 2030

158. A análise crítica de relevância e de adequação dos indicadores de realização e resultado consta da tabela seguinte.

Tabela 9 – Análise crítica de indicadores

RSO/ESO	Análise crítica dos indicadores de realização	Análise crítica dos indicadores de resultado
RSO 1.1.	<p>Tendo em conta as dimensões de criação de conhecimento científico e tecnológico, de investimento empresarial e valorização económica do conhecimento e de transferência de conhecimento e tecnologia, o conjunto de indicadores de realização selecionados apresentam uma muito fraca articulação com estas três dimensões, que interessaria acompanhar na execução do PR. Dos indicadores selecionados, apenas o RCO07 e RCO10 correspondem de forma clara às referidas dimensões.</p> <p>Dada a não mobilização de IF, não se entende a repetição dos indicadores RCO01 e RCO02.</p> <p>A designação do RCO05 Novas empresas apoiadas é equívoca. Analisando a fundamentação da meta definida compreende-se que serão empresas não existentes X anos antes do apoio prestado e a referência é o empreendedorismo qualificado e criativo. O que é equívoco. Pode haver novas empresas criadas que recorrem ao apoio.</p> <p>Propõe-se que seja adicionado um novo indicador relativo ao nº de ações coletivas apoiadas em matéria de transferência de conhecimento e de empresas envolvidas nessas AC.</p> <p>Como nota final, pode dizer-se que o RSO 1.1. mereceria dada a sua especificidade um conjunto de indicadores que permitisse diferenciar as principais dimensões da sua intervenção.</p>	<p>Os indicadores de resultado selecionados apresentam uma maior ligação às intervenções deste RSO, com destaque para o montante do investimento apoiado (RCR02), PME com processos de inovação produto e processo (RCR03) e pedidos de patentes registados (RCR06).</p> <p>O indicador RCR 102 Empregos criados nas entidades apoiadas (que não tem referência no histórico 2014-2020) é equívoco, já que não explicita se se trata de emprego científico colocado em entidades do SCTN ou se inclui também empregos criados em empresas com atividades de I&D. Para além disso, a qualificação do emprego deveria ser destacada.</p> <p>Face ao caráter de novidade que apresenta na programação, a ausência de um indicador de resultado para os projetos de prova de conceito constitui uma forte limitação do alcance de novidade da programação.</p>
RSO 1.2	O indicador proposto é ajustado ao âmbito de atuação do RSO.	Quanto ao RCR11 trata-se de um indicador de resultado, mas seria relevante que houvesse informação quanto aos novos serviços e

RSO/ESO	Análise crítica dos indicadores de realização	Análise crítica dos indicadores de resultado
		produtos que foram induzidos pelos apoios à infraestrutura
RSO 1.3	<p>O conjunto de indicadores de realização deste RSO é muito desequilibrado, o que transparece no número elevado de indicadores relacionado com as modalidades de apoio (subvenções, instrumentos financeiros) face a indicadores de realização vocacionados para descrever as dimensões de intervenção do RSO. As restantes dimensões do RSO ficam limitadas às novas empresas apoiadas e áreas infraestruturadas para acolhimento empresarial. Cobertura assim manifestamente limitada e truncada não refletindo a amplitude de domínios de intervenção do RSO. Dimensões como o do nº de empresas com investimento inovação ficam desprovidas de indicador.</p> <p>Neste contexto de limitações de indicadores, o relevo que é dado às infraestruturas de apoio é desproporcionado face à dimensão financeira dessa medida de política.</p> <p>O maior bolo de recursos deste RSO, relativo aos projetos de qualificação, digitalização e internacionalização não tem qualquer indicador, o que nos parece ser uma significativa incoerência e limitação.</p> <p>Como exemplos de novos indicadores, indicam-se os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “% de empresas apoiadas com projetos de transformação digital” - “ações coletivas apoiadas e nº de empresas nelas envolvidas”. 	<p>O corpo de indicadores de resultado, embora mais próximo dos domínios de intervenção do RSO 1.3, apresenta algumas insuficiências de formulação. É o caso do IRCR19 para o qual se propõe uma nova formulação: Empresas apoiadas que aumentaram o volume de negócios total e de exportações após a conclusão da operação;</p> <p>Finalmente, sugere-se a Introdução do indicador “% de PME apoiadas que aumentaram o valor acrescentado por trabalhador após o encerramento do projeto”</p>
RSO 1.4	Propomos que o indicador proposto seja adicionado de um novo indicador: “Nº de Processos de Descoberta Empreendedora apoiados”	<p>Parece-nos que o indicador de resulta diferencia pouco face ao de realização.</p> <p>Propomos em alternativa:</p> <p>Nº de oportunidades (atividades transformativas) de investimento identificadas e trabalhadas em PDE</p> <p>Nº de empresas e de investidores associados aos PDE</p>
RSO 1.5	Nada a referir quanto a este indicador	Aos dois indicadores propostos pelo PR, sugerimos que se formule um indicador sobre serviços ou produtos que tenham aparecido no mercado na sequência dos investimentos de BL de grande capacidade apoiados.
RSO 2.1	Nada a comentar.	A última versão do PR não considerou a proposta de um indicador: “Evolução do consumo anual de energia primária – antes e depois da operação apoiada”
RSO 2.2	Seria importante complementar este indicador com um indicador relativo ao nº de famílias ou de habitações envolvidos nas comunidades apoiadas.	A última versão do PR não considerou a reformulação do indicador “Evolução da produção de energias renováveis produzidas – antes e depois da operação apoiada” e inclusão do indicador “Evolução do consumo anual de energia primária – antes e depois da operação apoiada”
RSO 2.4	Nada a comentar.	Enquanto indicador de um RSO que visa contrariar a emergência climática, parece-nos que a massa de população abrangida ou coberta é um indicador pobre. Propomos a substituição ou apresentação complementar

RSO/ESO	Análise crítica dos indicadores de realização	Análise crítica dos indicadores de resultado
		de indicadores que permitam medir a evolução do grau de vulnerabilidade e de risco
RSO 2.5	Nada a comentar.	A última versão do PR não considerou a proposta de integrar um indicador relativo à qualidade da água.
RSO 2.6	Não sendo legível o alcance do indicador RCO01, propomos que os dois primeiros indicadores possam ser subsumidos num só: % de empresas apoiadas com subvenções não reembolsáveis.	A última versão do PR não considerou a proposta de complementar o indicador RCR03 com um outro indicador relativo ao montante de investimento empresarial apoiado classificável como operações de valorização da economia circular.
RSO 2.7	Nada a comentar	A última versão do PR não considerou a proposta de incluir indicadores de resultado relativos à evolução da qualidade do ar e ao sequestro de carbono, que melhorariam substancialmente o alcance dos indicadores de resultado.
RSO 2.8	Nada a comentar	A última versão do PR não considerou a proposta de complementar os indicadores de resultados escolhidos com outros indicadores mais gerais de emissão de gases com efeito de estufa
RSO 3.2	Nada a comentar.	A última versão do PR não considerou a proposta de acrescentar ao indicador de procura efetiva um indicador de tempo médio de viagem por tipologia de comboio.
ESO 4.1	Nada a comentar	A última versão do PR não considerou a proposta de um indicador: “% de participantes com contrato de trabalho sem termo 6 meses após terminada a participação” que poderia complementar a informação aportada pelo indicador EECR05
ESO 4.4	Para uma melhor cobertura das ações apoiadas neste ESO, a equipa de avaliação considera que seria relevante a inclusão dos indicadores: n.º de trabalhadores e dirigentes da administração pública participantes em ações de capacitação; n.º de ações de capacitação por área de formação e n.º de trabalhadores apoiados por nível de qualificação. Com esta formulação, mais se reforça a ideia de que o OP4 do PR Centro desvaloriza a formação contínua de ativos.	A última versão do PR não acolheu a proposta de um indicador associado à taxa de empregabilidade um ano depois das ações apoiadas, diferenciando entre empresas e outras entidades
ESO 4.6	A última versão do PR não acolheu a proposta de se considerar o indicador: “N.º de participantes por área de formação”.	A última versão do PR não acolheu a proposta de considerar os seguintes indicadores: “% de participantes em cursos TESP que prosseguem estudos para o ensino superior uma vez terminada a participação” e “% de participantes com emprego na área do curso e na região 6 meses após terminada a participação” que permitiriam uma leitura mais completa dos resultados das ações apoiadas
ESO 4.8	A última versão do PR, não acolheu a proposta de uma maior discriminação dos projetos apoiadas, pois justificava-se uma maior discriminação em matéria de processos de capacitação, parcerias para o impacto, títulos de impacto social e utilização de instrumentos financeiros	A última versão do PR não acolheu, a proposta de indicadores que permitiriam um maior detalhe dos projetos apoiados como: “% de OES apoiadas em relação ao universo de OES em Portugal (Conta Satélite)”, “Magnitude de investimento social envolvido nas operações”, “Nº de operações encerradas que demonstraram poupanças de recursos públicos na sua abordagem” e “Magnitude de

RSO/ESO	Análise crítica dos indicadores de realização	Análise crítica dos indicadores de resultado
		coinvestimento internacional mobilizado para projetos apoiados de empreendedorismo social”.
ESO 4.11	A última versão do PR não incluiu a proposta de um indicador que sistematize o número de alunos por ciclo de ensino abrangidos ou potencialmente envolvidos nas operações apoiadas	A última versão do PR não incluiu a proposta de um indicador que sistematize o número de alunos por ciclo de ensino abrangidos ou potencialmente envolvidos nas operações apoiadas
RSO 4.2	Nada a comentar	A última versão do PR não acolheu um indicador que permita medir a % de Escolas apoiadas com investimentos de adaptação digital, ficando-se apenas pelos utilizadores das instalações a intervir.
RSO 4.5	Nada a comentar	Nada a comentar
RSO 4.6	Nada a referir quanto ao indicador, a não ser que conviria diferenciar entre operações apoiadas em matéria cultural, turística ou combinando as duas dimensões	Nada a referir, a não ser a mesma nota relativa ao indicador de realização
RSO 5.1	O indicador é pobre dada a dimensão deste RSO e a relevância dos instrumentos territoriais a ele associados. Contudo, a inclusão de um indicador associado à população abrangida já permite calcular o investimento realizado face à população abrangida.	Persistem as mesmas reservas formuladas quando ao indicador de realização. O indicador RSR10 poderia ter a seguinte formulação alternativa: “% de investimento intermunicipal apoiado em relação ao total de investimento municipal apoiado”.
RSO 5.2	Ver acima 5.1.	O RSR10 deveria ter a seguinte formulação alternativa: “% de investimento intermunicipal apoiado em relação ao total de investimento municipal apoiado”.
FTJ 8.1	A última versão do PR não considerou a proposta para adicionarem indicadores relativos ao investimento apoiado.	A última versão do PR não considerou a proposta de reformular o indicador RCR03, passando a ter a seguinte formulação: “variação do número de PME com processos de inovação processo e/ou produto na área territorial de referência (antes e depois da intervenção do FTJ)”.

159. Em síntese, em termos de indicadores de realizações e de resultados, a formulação do PR Centro é penalizada pela opção de recorrer à lista de indicadores comuns FEDER e FSE +, o que se traduz sobretudo no domínio das realizações, numa muito fraca cobertura dos domínios e tipologias de intervenção do PR. Essa questão é particularmente visível nos indicadores do OP1, sobretudo dos RSO 1.1 e 1.3, com a agravante de se tratar de dois RSO com apreciável magnitude de recursos. Tendo por base a opção de recorrer à lista de indicadores comuns, a proposta realizada pela AEA de novos indicadores fica comprometida, a não ser com o objetivo de apoiar a monitorização do Programa.

4.5.3. Análise crítica da relevância e adequação das metas do PR Centro 2030

160. A tabela seguinte analisa a adequação e realismo das metas definidas pelo PR Centro 2030, tendo em conta o ficheiro metodológico de construção de indicadores disponibilizado à equipa de avaliação.

Tabela 10 – Análise crítica das metas dos indicadores de realização e resultado

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
RSO 1.1	RCO01 e RCO02: enorme variabilidade ao longo dos <i>templates</i> analisados, estabilizando na versão submetida à CE no valor de 140 PME. No seu cálculo foi utilizado o fundo médio por empresa das operações de I&D	RCR02: Nada a comentar quanto à meta do indicador que mede o investimento privado que secunda o apoio público - 11M de euros, que aliás teve uma evolução ascendente ao longo dos sucessivos <i>templates</i> . A meta é

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	apoiadas pelo Centro 2020, que contribuem para o indicador O.01.02.07.C – Empresas e com base nesse valor médio a meta resultou da dotação do PR.	calculada com recurso ao histórico do indicador SGO O.01.02.06.C Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções), do Centro 2020, a 31-12-2021
	RCO05: A meta de 13 novas empresas apoiadas (empresas não existentes três anos antes do apoio) é excessivamente conservadora. O recurso ao histórico do fundo médio por empresa das operações apoiadas pelo Centro 2020 na tipologia de empreendedorismo qualificado e criativo, que contribuem para o indicador O.03.01.03.C – Empresas pode ser enganador, já que podem existir empresas a candidatarem-se que não existiam há mais do que 3 anos e que não recorreram ao Centro 2020. Além disso, o indicador não recorreu a qualquer dado de demografia empresarial na Região Centro nos últimos 3 anos.	RCR03: Algumas reservas colocadas à forte moderação de ambição da meta associada ao indicador, de 13 PME com inovação produto ou processo em projetos apoiados pelo RSO 1.1. Segundo o ficheiro consultado, a meta estima-se que será igual ao indicador de realização (RCO05) novas empresas apoiadas. Depreende-se que só os start-up's serão considerados. Não se compreende neste caso o não recurso ao histórico do Centro 2020 no que respeita ao SI I&DT, já que pode haver entre empresas existentes inovação produto ou processo.
	RCO06: Alguma generosidade da meta do indicador de 348 investigadores ETI a trabalhar em instituições apoiadas (348). O valor resulta da multiplicação do número médio de investigadores por projeto (18, segundo dados da tipologia SAICT, do Centro 2020, a 31-12-2021), pelo número previsto de projetos de investigação a apoiar. A construção do indicador não recorre a valores reais do SCTN representado na Região, o que nos parece ser uma limitação.	RCR06: Curiosamente, a meta de 280 pedidos de patentes associadas ao indicador RCR06 já reflete alguma ambição, com valor aumentado relativamente à última versão do <i>template</i> . A justificação é fornecida com base no histórico das operações aprovadas na tipologia SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica, do Centro 2020 (dados de 2022). Em média, cada projeto tinha 2,13 patentes contratualizadas, com valor arredondado.
	RCO10: A meta é também fortemente conservadora (20 empresas com atividades de cooperação com as organizações de investigação). A fonte é o fundo médio aprovado por empresa, considerando os projetos apoiados pelo Centro 2020, que contribuem para o indicador O.01.02.02.C - Empresas em cooperação com instituições de investigação. O valor da meta parece contraditório com o que é conhecido da dinâmica de participação empresarial nos trabalhos da RIS 3 Centro.	RCR102: A justificação para a meta de 116 empregos de investigação criados nas entidades apoiadas é muito pragmática: “não existindo indicador equivalente em períodos anteriores, mas tendo em conta a experiência anterior nesta tipologia, considera-se como meta 1/3 do valor do indicador de realização RCO06”. A não utilização de valores do IPCTN para calibrar pode penalizar a fundamentação.
RSO 1.2	RCO14: A meta de 120 instituições apoiadas em processos de digitalização parece equilibrada. O valor resulta do histórico do fundo médio por serviço apoiado, considerando os projetos aprovados pelo Centro 2020, até 31-12-2021, que contribuem para o indicador O232 - Serviços da Administração Pública apoiados, com saldo final validado (144.300€), corrigido de inflação acumulada para 7 anos.	RCR11: A meta de 775.810 utilizadores resulta do indicador do Centro 2020, R231 - Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos cujo valor, em 2021, foi de 34,8%. Este valor foi multiplicado pela população residente na região (2.229.331 pessoas), com arredondamento. A fundamentação é realista.
RSO 1.3	RCO01 e RCO02: A meta de 2.590 empresas apoiadas e de 1.490 apoiadas com subvenções é calculada a partir do fundo médio por empresa calculado com base na divisão da dotação pelo número de empresas resultante do somatório dos indicadores RCO02 e RCO03, para este objetivo específico (123.951,69€). Quanto ao RCO02 (subvencionadas) utiliza-se o fundo médio por empresa das operações das	RCR01: A meta de 2.690 postos de trabalho em entidades apoiadas recorreu ao indicador O.03.03.07.C Aumento do emprego em empresas apoiadas, do Centro 2020, a 31-12-2021 (2,95 postos de trabalho por empresa), para aplicação aos investimentos em inovação e do indicador R881 Postos de trabalho criados, cuja meta foi estabelecida em 1,4 postos de trabalho por empresa, para

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	tipologias PAPN, SI Inovação híbrido, SI internacionalização e SI Qualificação, apoiadas pelo Centro 2020, até 31-12-2021, com saldo final apresentado (167.397,07€). Quanto ao RCO03, recorreu-se ao fundo médio por empresa das operações dos IF dívida, da PI 3.3, apoiadas pelo Centro 2020, até 31-12-2021 (27.000,00€).	<p>aplicação aos instrumentos de base territorial. O racional de cálculo é realista.</p> <p>RCR02: Nada a comentar à utilização do indicador O.03.03.05.C - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções), do Centro 2020, a 31-12-2021, com saldo final apresentado. O investimento privado representa 2,95 vezes o fundo. Para apuramento da meta, este valor foi multiplicado pela dotação da tipologia alocada ao indicador, com arredondamento.</p> <p>RCR03: A meta de 120 empresas com processos de inovação processo e/ou produto revela uma assinalável falta de ambição. A influência do histórico de programação é saliente: utilização do indicador O.03.03.01.C PME apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa, do Centro 2020, a 31-12-2021, com saldo final apresentado. No final de 2021 era 24,5% do número de operações concluídas. Esta percentagem foi aplicada ao indicador RCO02, na parte respeitante aos apoios à inovação (inclui arredondamento).</p> <p>RCR19: A meta de 380 empresas apoiadas com aumento de volume de negócios foi gerada de modo pragmático: “não existindo indicador equivalente em períodos anteriores, mas tendo em conta a experiência anterior nesta tipologia, considera-se que apenas 80% das empresas apoiadas para a tipologia de inovação, aumentam o volume de negócios”.</p>
	RCO03: A meta de 1.100 empresas apoiadas reflete o relativo êxito que teve a utilização combinada de subvenções e IF dívida no quadro do Centro 2020.	
	RSO16: é um indicador novo relativamente a templates anteriores e mudou o número de empresas acolhidas pelas áreas empresariais apoiadas para a área infraestruturada. A meta prende-se com histórico de programação: “fundo médio aprovado por metro quadrado, considerado os projetos apoiados pelo Centro 2020, até 30-06-2022, na tipologia de áreas de acolhimento empresarial (10,41€).”	RSR02: A meta de 320 PME instaladas nas áreas de acolhimento empresarial resulta da utilização do indicador R.03.03.14.P Empresas/PME instaladas na AAE, das operações apoiadas pelo Centro 2020, a 31-12-2021, que apresenta um custo médio de 125.000€/empresa instalada. A meta foi calculada dividindo a dotação da tipologia alocada ao indicador, pelo custo médio por empresa instalada. O racional é compreensível e realista.
RSO1.4	A meta de 320 intervenientes institucionais foi calculada com base no histórico calculada com dos EDP - Entrepreneurial Discovery Process, realizados pela CCDRC, estimando-se a realização de 4 ações prioritárias, com uma média de 80 participantes por ação. A CCDR Centro foi das únicas a operacionalizar PDE pelo que o recurso ao histórico tem aqui cabal fundamento.	RSR03: foram utilizados os dados históricos dos EDP - Entrepreneurial Discovery Process, realizados pela CCDRC, estimando-se a realização de 4 ações prioritárias, com uma média de 50 instituições envolvidas em cada ação. A CCDR Centro foi das únicas a operacionalizar PDE pelo que o recurso ao histórico tem aqui cabal fundamento
RSO 1.5	RCO41: A meta de mais 115.592 habitações com acesso a banda larga de capacidade muito elevada resulta de informação com origem na ANACOM: “dados fornecidos baseados no total de alojamentos existentes nas “áreas brancas” identificadas (conforme metodologia abaixo) e os alojamentos não cobertos em subsecções estatísticas onde a percentagem de cobertura de redes de fibra ótica (FTTH) ou de redes híbridas de fibra e cabo coaxial (HFC-DOCSIS	RCR53: com base em informação ANACOM, foi aplicada a taxa de penetração de clientes residenciais de redes de elevada capacidade no final do 1T2022 ao número estimado do acréscimo de habitações com acesso a banda larga de capacidade muito elevada (72% aplicado ao indicador de realização RCO 41)

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	<p>3.1) é superior a 10% e inferior 100%. Trata-se de uma meta com robustez técnica de suporte.</p> <p>RCO42: O número de 6.623 novas empresas com acesso a banda larga de capacidade elevada tem origem em dados fornecidos pela ANACOM, calculado considerando a percentagem de cobertura de Redes de elevada capacidade por 100 Estabelecimentos*, no 1T022, por concelho. O valor é obtido por diferença entre o total de estabelecimentos existentes no concelho e o número de alojamentos cobertos, e depois agregado ao nível das NUTSII. É também uma meta com robustez técnica de suporte.</p>	<p>RCR54: Também com recurso a informação ANACOM, a meta foi calculada considerando a penetração de estabelecimentos cobertos com redes de elevada capacidade no final do 1T2022 e o número estimado do acréscimo de estabelecimentos com acesso a banda larga de capacidade muito elevada (RCO 42). Os cálculos foram efetuados ao nível do concelho e posteriormente agregados por NUTSII.</p>
RSO 2.1	Meta definida tendo por base um custo unitário baseado na dotação da componente C13 do PRR e pelo objetivo de atingir pelo menos ~2.6M m2 de área de edifícios renovada no setor residencial, serviços e administração pública. Ao custo unitário, foi aplicado um fator de correção ad inflação de 15%. De uma forma geral, a meta para o indicador parece-nos indicada.	Meta definida com base no indicador R431 do Centro 2020. Uma vez que para esta meta contribuem os apoios previstos nos RSO 2.1 e 5.1, meta foi dividida por ambos os RSO proporcionalmente ao valor das dotações. De uma forma geral, a meta para o indicador parece-nos indicada.
RSO 2.2	Meta definida considerando um custo unitário obtido por valores médios de mercado para instalação de painéis solares fotovoltaicos (1.250 €/kWh) para instalações até 1MW de potência (instalações de pequenas dimensões), chegando-se a um custo unitário total de ~1,25 M€. De uma forma geral, a meta parece-nos indicada.	RCR 31: meta definida tendo por base o pressuposto que a energia produzida por ano numa comunidade de energia renovável é de ~1,5 GWh/ano, multiplicando pelo indicador RCO 97. De uma forma geral, a meta para o indicador parece-nos indicada.
RSO 2.4	<p>RCO 25: Meta definida através de custo unitário, obtido pelo histórico do indicador O.05.02.03.P do PO SEUR (~182.5k €/km). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 28: Meta definida através de custo unitário, obtido pelo histórico do indicador O.05.02.15.P do PO SEUR (223 €/ha). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p>	<p>RCR 35: meta definida com base nos dados do Plano de gestão de Riscos e Inundações da APA, que quantificou a população residente nos municípios mais suscetíveis na região Centro (Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Coimbra, Estarreja, Figueira da Foz, Ílhavo, Mira, Murtosa, Ovar, Pombal e Vagos). De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCR 36: meta definida considerando a população residente nos concelhos da região Centro mais afetados pelos incêndios de 2017 (Arganil, Aveiro, Cantanhede, Carregal do Sal, Castelo Branco, Castro Daire, Figueira da Foz, Fornos de Algodres, Góis, Gouveia, Guarda, Lousã, Mangualde, Marinha Grande, Mira, Mortágua, Nelas, Oleiros, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Santa Comba Dão, Seia, Sertã, Tábua, Tondela, Trancoso, Vagos, Vila Nova de Poiares e Vouzela). De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p>
RSO 2.5	RCO 30: Meta definida através de custo unitário, obtido pelo histórico médio dos indicadores O.06.02.08.P e O.06.02.09.P do PO SEUR (~15,9k €/km). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de	RCR 41: meta definida através de custo unitário, considerando o histórico do indicador CO 18 do PO SEUR, que apresentava um custo de 142 €/pessoa, chegando a um custo

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	<p>15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 31: Meta definida através de custo unitário, obtido pelo histórico médio dos indicadores O.06.02.01.P e O.06.02.02.P do PO SEUR (~17,8k €/km). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 32: Meta definida através de custo unitário, obtido pelo histórico do indicador O.06.02.01.E PO SEUR (143 €/unidade equivalente de população). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p>	<p>unitário total de ~182 €/pessoa. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCR 42: meta definida através de custo unitário, considerando o histórico do indicador histórico dos indicadores O.06.02.01.E e O.06.02.03.E do PO SEUR que apresentavam um custo de 143 €/equivalente população e 126 €/equivalente população, respetivamente, resultando num custo médio de 130 €/equivalente população. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada</p> <p>RCR 43: meta definida através de custo unitário, considerando o histórico do indicador R.06.02.16.P do PO SEUR (1.201,66 €/m3/ano), resultando num custo unitário total de ~1.540 €/m3/ano. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p>
RSO 2.6	<p>RCO 01: Meta definida através de custo unitário, considerando o fundo médio por empresa nas operações das tipologias SI Qualificação, Internacionalização e Inovação das PI 3.2 e 3.3 apoiadas no Centro 2020 até 31-12-2021. A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 02: idem.</p> <p>RCO 34: Meta definida através de custo unitário obtido através do histórico do indicador CO 17 do PO SEUR (170 €/ton/ano). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 107: coincide com o custo total (valor da dotação da tipologia alocada ao indicador à qual foi aplicada a taxa média do eixo, de 78%). De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p>	<p>RCR 03: meta definida com base no indicador O.03.03.01.C do Centro 2020 que ascendia, no final de 2021 (31-12-2021) a 24,5% de operações concluídas. Este valor foi multiplicado pela meta do indicador RCO 01. De uma forma geral, a meta parece-nos indicada.</p> <p>RCR 47: meta definida através de custo unitário, considerando o histórico do indicador CO17 do PO SEUR (170 €/ton/ano), resultando num custo unitário total de ~218 €/ton/ano.</p>
RSO 2.7	<p>RCO 36: Meta definida através de custo unitário obtido através do histórico do indicador CO 38 do Centro 2020, com saldo final validado (~385k €/ha). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 37: Meta definida através de custo unitário obtido através do histórico do indicador CO 23 do PO SEUR (1.100 €/ha). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 38: meta definida através de custo unitário obtido através do histórico do indicador O.06.05.02.E do PO SEUR (136k €/ha). A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 39: corresponde ao número de zonas de medição da qualidade do ar na Região Centro, Zona Centro Interior, Zona Centro Litoral e</p>	<p>RCR 50: meta correspondente à população residente nos 77 municípios da região Centro. Esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCR 52: meta definida com base em estimativa correspondente a ~1/3 do valor do indicador de realização RCO 38. esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCR 95: meta definida tendo em consideração 1/5 da população residente nas áreas DUS (i.e. ~1,15k habitantes). Esta meta parece-nos indicada, embora pudesse ser mais ambiciosa</p>

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	Zona de Influência de Estarreja. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.	
RSO 2.8	<p>RCO 58: meta definida através de custo unitário obtido através do histórico do indicador O.04.05.05.P aprovadas pelo Cnetro 2020 (138k €/km), a 31-12-2021. A este custo unitário foi aplicado um fator de correção da inflação de 15%. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 60: meta definida através de custo unitário obtido dividindo a dotação da tipologia alocada ao indicador pelo número de vilas/cidades passíveis de apoio na região. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p>	<p>RCR 62: meta estimada tendo em consideração o histórico do Centro 2020 relativamente a projetos da tipologia mobilidade urbana sustentável, com um custo médio de 0,25 €/viagem/ano, acrescido de um fator de correção da inflação (15%). Esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCR 64: meta estimada com base no fundo médio verificado nas operações aprovadas no Centro 2020, através do indicador O.04.05.05.P (615k €/projeto). A este custo acresce um fator de correção da inflação (15%), resultando num custo unitário de ~707k e/projeto. Tendo em conta o número de utilizadores/na, estima-se que seja possível apoiar 19 projetos. Esta meta parece-nos indicada.</p>
RSO 3.2	RCO 50: meta estimada pelo Ministério das Infraestruturas e da Habitação.	RCR 58: meta estimada pelo Ministério das Infraestruturas e Habitação, com base em estudos de procura (2016) e CP (2019).
ESO 4.1	<p>EECO02: indicador calculado a partir do somatório do número de desempregados que beneficiam da operação FSE+. Diz respeito à situação no mercado de trabalho dos participantes no início da intervenção. Os dados são obtidos diretamente do participante agregados no SI PT2030.</p> <p>A meta foi calculada tendo em consideração o fundo médio aprovado por posto de trabalho, nos projetos da tipologia +CO3SO, do Centro 2020, a 30-06-2022 (44.432,43€), com uma duração de 36 meses. A este custo foi acrescido um fator de correção da inflação para o período (7 anos) de 1,15, resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de 51.097,00€.</p> <p>Atendendo a este valor de referência, a meta parece ajustadas ao tipo de apoios a conceder.</p>	<p>EECR05: O indicador contabiliza os participantes com emprego, seis meses depois de terminada a sua participação, face ao total de participantes (%). Será calculado a partir de dados do Instituto da Segurança Social, I.P.</p> <p>A meta tem por base a meta definida em 2014 para o indicador R831 Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio, do Centro 2020 (50%), sendo este o valor definido como meta 2029, ao ano de 2022. Considera-se uma meta ajustada relativamente ao tipo de apoiados financiados no ESO.</p>
ESO 4.4	<p>EECO11: indicador contabiliza o número de pessoas com ensino superior (CITE 5 a 8), no início da intervenção. Os dados são obtidos diretamente do participante, através de dados administrativos agregados no SI PT2030.</p> <p>A meta teve em consideração o histórico do fundo médio aprovado por participante (para 3 anos), na tipologia de recursos humanos altamente qualificados, da PI 8.5 (68.550€/pessoa). A este custo foi acrescido de um fator de correção da inflação para o período (7 anos) de 1,15, resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de 78.800€. Atendendo a este valor de referência a meta parece ajustada ao tipo de apoio a conceder.</p>	<p>EESR30: O indicador contabiliza a situação dos participantes no mercado de trabalho, seis meses depois de terminada a sua participação, no total de participantes na contratação de RHAQ (%) que será obtido através de dados administrativos do Instituto da Segurança Social, I.P. A meta tem por base, a meta definida em 2014 para o indicador R851 Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses após o apoio, do Centro 2020 (60%), com um acréscimo estimado de 10 p.p., sendo este o valor definido como meta 2029, ao ano de 2022. Meta adequada face às realizações previstas.</p>
ESO 4.6	EECO10: contabiliza o número de pessoas com ensino secundário ou pós-secundário não superior (CITE 3 ou 4), no início da intervenção. Os dados são obtidos diretamente do	EECR03: O indicador contabiliza os participantes que obtiveram uma qualificação, no final da participação, relativamente ao total de participantes (%). Os dados são obtidos de

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	<p>participante, através de dados administrativos agregados no SI PT2030.</p> <p>A meta teve em consideração o histórico do indicador O.10.02.02.E Estudantes apoiados nos TeSP de nível ISCED 5, tendo sido considerados apenas os participantes das operações com saldo final validado a 31-03-2022 (4.000€/pessoa/4 semestres). Este custo foi acrescido de um fator de correção da inflação para o período (7 anos) de 1,15, resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de 4.600€.</p> <p>Atendendo a este valor de referência a meta parece ajustada ao tipo de apoio a conceder.</p>	<p>uma base de dados administrativa da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.</p> <p>A meta tem por base a meta definida em 2014 para o indicador R1024 Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 ou que prosseguiram estudos no ensino superior, do Centro 2020 (60%), sendo este o valor definido como meta 2029, ao ano de 2022.</p> <p>Considera-se que a meta encontra-se ajustada atendendo à oferta formativa em causa.</p>
ESO 4.8	<p>EESO18: integra o somatório do número de iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social apoiados através da operação do FSE+ Será calculado a partir de dados administrativos do SI PT2030.</p> <p>A meta calculada com base no histórico das operações apoiadas na tipologia de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, do Centro 2020, (100.000€/projeto). Este custo foi acrescido de um fator de correção da inflação para o período (7 anos) de 1,15, resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de 115.000€. Dados os valores históricos e as dificuldades de trabalhar com públicos desfavorecidos, considera-se que a meta se encontra ajustada.</p> <p>EESO11: indicador contabiliza o número de projetos de inovação e experimentação social apoiados através do FSE+. Será calculado a partir de dados administrativos do SI PT2030. Foi considerado valor histórico das operações apoiadas pela EMPIS a 31-05-2022 (94.000€/projeto). A este custo foi acrescido um fator de correção da inflação para o período (7 anos) de 1,15, resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de 108.100€. Considera-se que face ao histórico de operações de inovação social no território, a meta poderia ser mais ambiciosa.</p>	<p>EESR23: indicador calculado através do ((Somatório do número de iniciativas concluídas de promoção da inclusão social /Somatório do número de iniciativas de promoção da inclusão social que beneficiam de apoio FSE+) x 100) obtido a partir de dados administrativos do SI PT2030.</p> <p>A meta considerou uma taxa de quebra mínima de 10%, para as operações apoiadas no indicador de realização. Meta ajustadas tendo em consideração as operações apoiadas.</p> <p>EESR14: O indicador contabiliza o número de instituições envolvidas, na execução reportada no projeto (beneficiários e investidores sociais) calculado a partir de dados administrativos do PT2030. Meta calculada a partir do histórico de operações apoiadas pelo Portugal Inovação Social a 31-05-2022 (2,47 entidades envolvidas por projeto). Considera-se que a meta poderia ser mais ambiciosa, como já referido ao nível do indicador de realização.</p>
ESO 4.11	<p>EESO07: O indicador contabiliza as escolas comunicadas pelo beneficiário, como tendo sido abrangidas por intervenções que têm como objetivo a promoção do sucesso educativo. Calculado a partir de dados administrativos do SI PT2030. A definição da meta considerou o fundo médio aprovado por agrupamento nas operações do Centro 2020, na tipologia planos inovadores de combate ao insucesso escolar, a 30-06-2022 (294.242€/36 meses). Este custo foi acrescido de um fator de correção da inflação para o período (7 anos) de 1,15, resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de 338.378€. A meta parece-nos ajustada face à dotação do ESO.</p> <p>EESO30: o indicador contabiliza o número médio de alunos comunicados pelo beneficiário, pertencentes a agrupamentos ou</p>	<p>EESR17: O indicador contabiliza a % de alunos das escolas abrangidas, que concluem em tempo normal os ciclos de estudos, no final da intervenção. Os dados são obtidos a partir de uma base de dados administrativa da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.</p> <p>A meta tem por base a meta definida em 2014 para o indicador R101A Alunos das escolas abrangidas pelo Programa TEIP que concluem em tempo normal os ciclos de estudos, do Centro 2020 (77,7%), sendo este o valor definido como meta 2029, ao ano de 2022.</p> <p>Considera-se que a meta se encontra ajustada face às realizações previstas.</p>

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	escolas abrangidas por intervenções que têm como objetivo a promoção do sucesso educativo. Calculado a partir de dados administrativos do SI PT2030. A meta foi definida considerando como proxy a estimativa do número de alunos em 1.º ciclo em atividades extracurriculares uma vez que, no período de programação 2014-2020, o histórico da medida PICIE revela que as intervenções foram muito ancoradas naquele nível de ensino. No entanto, esta meta considera que não serão alunos exclusivamente do 1.º ciclo, procurando-se apostar noutros ciclos. Considera-se que a meta ajustada face à dotação do ESO.	
RSO 4.2	RCO67: o indicador contabiliza a capacidade das salas de aula intervencionadas, no âmbito dos projetos apoiados. Será calculado a partir de dados do SI PT2030. Meta definida tendo em consideração o custo unitário histórico do indicador CO035 Acolhimento de crianças e educação Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas, das operações aprovadas pelo Centro 2020 a 31-12-2021 (1.312,65€/pessoa). A este custo foi acrescido um fator de correção da inflação para o período de 7 anos de 1,15 resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de 1.510€. Considera-se que a meta se encontra ajustada.	RCR71: indicador calcula-se através do somatório do número de utilizadores anuais, no âmbito dos projetos apoiados obtido a partir do SI PT2030. Para a definição da meta estima-se que será igual à capacidade (indicador de realização RCO67), que é totalmente utilizada. Considera-se uma meta adequada face às realizações previstas.
RSO 4.5	RCO69: o indicador contabiliza o número de pessoas passíveis de beneficiarem dos espaços intervencionados nos projetos apoiados. Será calculado a partir de dados do SI PT2030. A meta foi calculada tendo em consideração o custo médio por pessoa (capacidade das unidades/ano), de 5 hospitais apoiados pelo do Centro 2020, na tipologia de infraestruturas e equipamentos de saúde, a 31-12-2021 (125,23€/pessoa/ano). A este custo foi acrescido um fator de correção da inflação para o período (7 anos) de 1,15, resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de 144€. Considera-se que a meta se encontra ajustada face à dotação RSO.	RCR73: indicador calculado a partir do somatório do número de utilizadores anuais, no âmbito dos projetos apoiados obtido a partir do SI PT2030. Para a definição da meta estima-se que será igual à capacidade (indicador de realização RCO69), que é totalmente utilizada. Considera-se uma meta adequada face às realizações previstas.
RSO 4.6	RCO77: indicador considera o somatório do número de locais de interesse cultural e turístico, contabilizado após a conclusão do projeto. Será calculado a partir de dados do SI PT2030. O custo unitário é obtido pelo histórico do fundo aprovado por projeto nas operações apoiadas pelo Centro 2020, na PI 6.3, nas tipologias relativas a conservação e preservação do património cultural e natural, a 31-12-2021, com saldo final validado (246.000€/projeto). Este custo foi acrescido de um fator de correção da inflação para o período (7 anos) de 1,15, resultando num custo unitário fundo, por arredondamento, de	RCR77: integra o número de visitantes contabilizados, um ano após a conclusão do respetivo projeto apoiado obtido a partir do SI PT2030. A meta foi estimada com base no histórico do indicador O631 Aumento do n.º esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio, do Centro 2020 que, a 31-12-2021, era de 13.170/projeto (apurado com base nos saldos validados). Foi calculada multiplicando o número médio de visitantes por projeto, pelo número de sítios apoiados (meta do indicador de realização RCO77). Trata-se de uma meta adequada face à dotação financeira do RSO.

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	282.900€. Considera-se uma meta adequada face à dotação financeira do RSO	
RSO 5.1	<p>RCO 74: o indicador contabiliza a população abrangida no projeto. Indicador obtido de dados do SI PT2030. A meta foi definida com base na população da Região Centro.</p> <p>RCO 75: indicador contabiliza o número de estratégias apoiadas suportado em dados do SI PT2030. Meta estimada pelo somatório do número de ITI CIM (8) com o de ITI Urbanos (10).</p> <p>Consideram-se as metas adequadas face à dotação financeira do RSO</p>	<p>RSR10: o indicador contabiliza o número de projetos transversais apoiados calculado a partir de dados do SI PT2030. A meta considerou um projeto por CIM para as seguintes tipologias: sucesso educativo, modernização administrativa, produtos turísticos integrados, serviços de interesse geral, património natural e cultural e empreendedorismo (8 CIM x 6 tipologias).</p> <p>RSR11: o indicador contabiliza o número de instituições envolvidas, nos projetos apoiados calculado a partir de dados do SI PT2030. A meta foi estimada com base no somatório do número de Comunidades Intermunicipais (8), ITI Redes Urbanas (10) e municípios da Região Centro (100).</p> <p>Consideram-se metas ajustadas face às realizações previstas e dotação do RSO.</p>
RSO 5.2	<p>RCO 74: o indicador contabiliza a população abrangida no projeto. Indicador obtido de dados do SI PT2030. Meta definida população residente nos concelhos abrangidos pelas estratégias de valorização dos recursos endógenos, abordagens temáticas e parcerias para a coesão não urbanas.</p> <p>RCO 75: contabiliza o número de estratégias apoiadas através de dados SI PT2030. A meta foi estimada pelo somatório do número de estratégias que se prevê aprovar: valorização de recursos endógenos do Centro 2020 (5), abordagens temáticas (2) e parcerias para a coesão não urbanas (2).</p> <p>Metas adequadas face à dotação financeira do RSO</p>	<p>RSR10: o indicador é o somatório dos projetos apoiados calculado a partir de dados do SI PT2030. Meta estimada com base no somatório do número previsto de PROVERE (5) e abordagens territoriais integradas (2).</p> <p>RSR11: contempla o somatório das instituições dos projetos apoiados</p> <p>A meta considerou que, em média, cada projeto tenha a participação de 20 entidades (públicas e privadas), não necessariamente como beneficiários, mas entidades integrantes dos consórcios.</p> <p>Consideram-se metas ajustadas às realizações previstas e dotação do RSO.</p>
JSO8.1	<p>RCO 01: meta definida através de custo unitário resultante da divisão da dotação da tipologia alocada ao indicador, pela meta 2029 estimada pela Autoridade de Gestão, face ao plano a implementar. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCO 02: idem.</p> <p>EECO 02: meta definida através de custo unitário, obtido pela divisão da dotação da tipologia, pelo número de postos de trabalho diretos e indiretos perdidos, constantes do plano territorial de transição justa (420), o que resulta num valor de 8.464,31€. O custo unitário total é de 14.107,18€. De uma forma geral, esta meta parece-nos indicada.</p>	<p>RCR 01: meta definida com base no indicador O.03.03.07.C dos Centro 2020 (dados de 31-12-2021), com saldo de 8,7 postos de trabalho/empresa. A meta é calculada multiplicando este valor pela meta do indicador JSO3. Esta meta parece-nos indicada.</p> <p>RCR 02: meta estimada em 15 empresas (PME), das 23 constantes do indicador de realização JSO3. Esta meta parece-nos indicada.</p> <p>EECR 04: meta definida com base na meta do indicador R831 do Centro 2020 (50%), dada a falta de informação disponível atualizada.</p>

161. Em síntese, a tabela anterior permite concluir que a utilização do histórico de programação num PR como o Centro que corresponde a uma Região com forte dinâmica de execução em períodos de programação anteriores introduz na definição de metas condições de realismo e segurança que devem ser salientadas. Apesar disso, a AEA entende que, pelo menos no que respeita aos RSO 1.1 e 1.3, esse recurso ao histórico de programação e custos unitários associados poderia ter sido combinada com recurso a informação sobre o SCTN representado na Região, seja através de dados do CIS de vários danos, seja do próprio IPCTN. O recurso à informação ANACOM introduz nos RSO 1.2 e 1.5 uma adequada

robustez técnica, combinado no caso do RSO 1.2 com dados do histórico do Centro 2020. Refira-se ainda que, no caso da meta de realização do RSO 1.1 associada a novas empresas apoiadas, a associação do indicador aos projetos de empreendedorismo qualificado e criativo introduz uma limitação que consiste em admitir que não haverá empresas constituídas na região Centro nos últimos três anos que procurem apoio do PR Centro, o que nos parece muito redutor.

162. Analisando as metas de realização e resultado do ESO 4.4. (FSE+) confirma-se que o PR Centro não tem metas para o apoio à formação contínua de ativos empregados, o que evidencia também por esta via a desvalorização a que o tema é submetido no PR Centro.

4.5.4. Indicadores: qualidade de definição e metodologia de apuramento

163. A análise do ficheiro EXCEL relativo à construção dos indicadores e cálculo de metas da programação permite responder com alguma segurança à sub-questão 5.2: “Os indicadores propostos estão claramente definidos? A sua metodologia de apuramento é clara e robusta?”.

164. A resposta é afirmativa, sendo muito residuais os casos anteriormente identificados de insuficiências ou de aspetos mais equívocos. A leitura comparada do template do PR Centro em matéria de indicadores de realização e resultado para os diferentes RSO e ESO e o ficheiro de cálculo de indicadores e metas permite formar uma percepção bem mais fundamentada da capacidade de resposta do Programa a esta questão. E, não menos importante, o recurso ao histórico de programação para cálculo de metas a associar à dotação financeira do Programa tem numa região como o Centro, com procura tradicionalmente elevada dos apoios dos FEEI, menos inconvenientes quando comparada com outras regiões em que a formação de procura em algumas matérias é menos fluente.

165. Outro problema é a por vezes reconhecida inadequação dos indicadores comuns FEDER e FSE+ para descrever toda a riqueza de domínios de intervenção que o *template* do PR Centro contempla. A AEA identificou a este propósito **quatro famílias de insuficiências**:

- Há RSO cuja bateria de indicadores não reflete a importância relativa das medidas de políticas que o PR espera apoiar, perdendo-se capacidade de medida de dimensões muito relevantes da intervenção do PR; o exemplo mais significativo é o que se verifica nos RSO do OP 1, particularmente no RSO 1.3, mas também no RSO 1.1., em que por exemplo dimensões de intervenção como as “ações coletivas” ou os apoios à transformação digital das empresas e da inovação consequente em termos de modelos de negócio ficam totalmente a descoberto, não sendo medida de todo; esta insuficiência é particularmente gritante sobretudo se pensarmos a aprendizagem que poderia ter sido realizada com sucessivos períodos de programação e penalizará seriamente a monitorização do Programa;
- Uma outra insuficiência diz respeito à pobreza dos indicadores propostos quanto à natureza e alcance das intervenções dos RSO em causa; o exemplo mais evidente é o que se verifica nos RSO 5.1. e 5.2 em que a riqueza das intervenções territoriais apoiadas não encontra equivalente na bateria de indicadores; predominou na escolha dos indicadores selecionados uma preocupação de simplificação, mas esse produziu indicadores que acabam por não cobrir a riqueza dimensional das abordagens territoriais integradas;
- Uma outra insuficiência diz respeito à reduzida ambição com que a dimensão de alguns resultados é equacionada; o exemplo mais evidente é o que se verifica em alguns RSO do OP 2, nos quais a população abrangida se revela uma dimensão claramente insuficiente dos resultados a atingir, seja por exemplo em termos de redução de vulnerabilidades e riscos de territórios específicos, de qualidade da água e do ar, de redução das emissões de gases com efeito de estufa;
- Ainda no que respeita ao OP1, com exceção dos RSO 1.2 e 1.5 em que a mobilização de informação ANACOM introduz nos indicadores e metas um positivo grau de realismo, o sistema de indicadores recorre pouco aos dados sobre o SCTN representado na Região, seja da informação que os sucessivos CIS proporcionam, seja do próprio IPCTN.

4.5.4. A monitorização dos resultados

166. A CCDR Centro e as AG dos PR Centro de anteriores períodos de programação, particularmente no período de programação 2014-2020 e a propósito da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) Centro, têm desenvolvido um valioso trabalho de monitorização dos programas, com uma larga publicitação desses resultados e a sua utilização (designadamente na RIS 3 Centro) como matéria de animação e envolvimento de *stakeholders*.

167. Tendo em conta a valia desta experiência, a AEA entende que a ausência no *template* analisado (e a evolução ao longo de sucessivas versões do mesmo não mudou a situação) só pode ser explicada pela orientação nacional do processo de preparação dos PR que não terá considerado prioritária nesta fase as questões da monitorização, para além da seleção dos indicadores comuns a mobilizar. Neste contexto, a sub-questão de avaliação “Os processos e mecanismos de recolha e tratamento dos indicadores são adequados e atempados, incluindo a adequação da capacidade administrativa, permitindo um sistema de monitorização fiável, robusto e orientado para resultados?” tem de ser respondida essencialmente a partir da análise do ficheiro metodológico de todos os indicadores que integram o *template* do PR Centro. Ou seja, embora o PR não se refira explicitamente aos processos de monitorização, a base de definição e alimentação dos indicadores propostos abre a esse processo de monitorização um amplo campo de manobra. Como é generalizadamente conhecido, as condições de apuramento dos indicadores de resultado, implicando o encerramento de operações apoiadas, suscitam sempre problemas na monitorização atempada desses indicadores, já que dependem fortemente do ritmo de execução das operações aprovadas.

168. A resposta à sub-questão exige ainda a consideração dos seguintes aspetos adicionais:

- Face à escolha dos indicadores de realização e resultado que constam do *template* do PR Centro, a operacionalização de um processo de monitorização do PR Centro que contemple a dimensão de monitorização estratégica poderá exigir a disponibilização de indicadores adicionais, para que essa monitorização possa dar conta da diversidade de dimensões cobertas por cada RSO ou ESO dos diferentes OP;
- Em termos mais concretos, será necessário clarificar se a gestão do PR equaciona conceber e montar um sistema de monitorização que contenha duas dimensões – a monitorização de implementação (execução de realizações e resultados esperados) e a monitorização estratégica; esta última deve ser lida como a monitorização do modo como o PR estará ou irá contribuir para atingir os objetivos estratégicos que prossegue, sejam os que constam da sua própria formulação em *template*, seja os objetivos da Estratégia Regional Centro 2030 para os quais o PR deve contribuir;
- Esta questão não se confunde com a matéria dos indicadores de impacto, para cuja operacionalização a cooperação no quadro do PT 2030 será fundamental e que transcende em grande medida a ação da CCDR Centro;
- Ou seja, no entender da AEA, a possível monitorização estratégica do PR Centro poderá assumir duas versões: uma que dependerá unicamente da ação da CCDR Centro, AG do PR Centro, CIM apoiadas no âmbito dos CDCT e outras instituições apoiadas no âmbito do RSO 5.2; outra, mais ampla e ambiciosa, que envolverá projetos colaborativos no âmbito do PT 2030, cuja dimensão fundamental será a do compromisso dos PO Temáticos ITD, DQI e ACS, PEPAC FEADER e FEAMPA de disponibilizar atempadamente informação rigorosa sobre a incidência de tais programas nas regiões e na região Centro em particular;
- Como se trata de monitorizar o contributo estratégico do PR para o impacto esperado das suas intervenções, haverá que nessa monitorização distinguir sempre entre duas realidades: (i) intervenções do PR de natureza similar à dos outros PR ou instrumentos de política pública, apenas com a diferença da massa de recursos financeiros mobilizada pelas diferentes fontes de produção de impactos; (ii) intervenções de natureza diversa independentemente dos recursos financeiros alocados, que exige obviamente outro tipo de monitorização, designadamente das complementaridades esperadas entre as diferentes fontes de impactos.

5. AAE e AEA: algumas considerações

5.1. Síntese dos elementos centrais da AAE

169. A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PR Centro enquadra-se no disposto pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – adotada em julho de 2001, designadamente pelo facto de o PR Centro se enquadrar no conjunto de *“planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente”*.

170. Este processo visa três objetivos muito concretos:

- Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
- Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
- Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

171. De salientar que foi também desenvolvida, no contexto da AAE, a análise do princípio do DNSH (*Do No Significant Harm*), em que, de acordo com o Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho, deverá ser verificada a sustentabilidade dos investimentos em torno de 6 objetivos ambientais:

- A mitigação das alterações climáticas;
- A adaptação às alterações climáticas;
- A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
- A transição para uma economia circular;
- A prevenção e o controlo da poluição; e
- A proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

172. No âmbito da versão final do RF da AAE foram identificadas diversas questões consideradas estratégicas ao nível do ambiente e sustentabilidade (QEAS) no âmbito da área de intervenção da proposta PR Centro 2021-2027. Estas questões estão associadas a domínios relevantes abrangidos pelo próprio Programa, que este deverá procurar responder e sobre os quais terá intervenção. Estas QEAS foram igualmente analisadas tendo em consideração alguns elementos da AAE do PR Centro para o período de programação 2014-2020, por se considerar que é importante assegurar a coerência de princípios e objetivos entre os dois processos de desenvolvimento e sustentabilidade territorial. Foram assim identificadas as seguintes QEAS:

- QEAS1 — Reforço da competitividade, da atratividade e do desenvolvimento do território através da valorização do potencial dos recursos endógenos, ambientais, culturais e do potencial criativo do território, capacitação das empresas para o mercado externo e adaptação ao novo quadro de competitividade da economia global.
- QEAS2 — Promoção da equidade social e da coesão territorial, designadamente na cobertura de serviços sociais e na inclusão social de grupos vulneráveis.
- QEAS3 — Promoção do ensino qualificado e orientado para as necessidades e promoção da aprendizagem ao longo da vida como fatores cruciais para o emprego e desenvolvimento equilibrado da região.

- QEAS4 — Competitividade dos territórios, das cidades e das redes urbanas; competitividade e coesão na baixa densidade.
- QEAS5 — Promoção da coesão urbano-rural e qualidade ambiental no mosaico e identidade da Região através da regeneração urbana, infraestrutura e beneficiação dos sistemas e elementos centralizadores e geradores de dinâmicas territoriais.
- QEAS6 — Promoção de uma economia de baixo teor de carbono assente na penetração de soluções alternativas de energia e promoção da eficiência energética, contribuindo para a diversificação e autossuficiência energética, redução do consumo energético, nomeadamente aquelas provenientes de fontes fósseis, e redução das emissões de GEE.
- QEAS7 — Promoção de iniciativas no âmbito da recuperação de áreas naturais degradadas ou de focos eventuais de contaminação dos recursos hídricos, e gestão eficiente e integrada do ciclo urbano de água e resíduos, potenciando a transição para a economia circular.
- QEAS8 — Promoção a efetiva proteção e conservação da natureza e valorização dos elementos e valores biofísicos da Região do Centro.
- QEAS9 — Promoção e valorização do património natural e cultural.
- QEAS10 — Integração dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos e promoção da mitigação e da capacidade adaptativa às Alterações Climáticas.

173. Verificou-se que as QEAS identificadas pela AAE articulam-se significativamente com os objetivos específicos do PR Centro 2021-2027 e que estes apresentam, nesta fase, já um potencial de salvaguarda de resposta a estas QEAS.

174. Outro produto da AAE é também, para além do Quadro de Referência Estratégico (QRE), a seleção dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD). Foi proposto um conjunto de FCD considerados adequados para atingir os objetivos da AAE e considerados consistentes com a tipologia e âmbito de intervenção deste PR, tendo, também, sido analisado o quadro de fatores críticos para a decisão da AAE do anterior período de programação.

Tabela 11 - FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO: DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A AAE DO PR CENTRO 2021-2027

FCD	Pertinência	Critérios de Avaliação
Competitividade e I&D+i	<ul style="list-style-type: none"> — Avaliar o contributo do Centro 2030 para a promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, com especial foco nas áreas de ecoinovação e valorização dos recursos naturais; — Avaliar o contributo do Centro 2030 para o investimento das empresas em I&D&I, bem como para a criação de sinergias com centros de I&D&I e o ensino superior; — Avaliar o contributo do Centro 2030 para a capacitação das PME para o mercado externo, para a procura de novos mercados e para a dinamização do setor exportador; — Avaliar o contributo do Centro 2030 para a criação de novas empresas e áreas de negócio, com especial foco nas áreas do mar, indústria criativa, agricultura, floresta, turismo, biotecnologia e indústria sustentável; — Avaliar o contributo do Centro 2030 para o desenvolvimento de um modelo de competitividade que promova o aproveitamento e valorização dos recursos naturais do território. 	Sistema de I&D+i: De que forma o Centro 2030 promove a criação de sinergias entre o setor privado, os centros de I&D+i e o ensino superior, bem como o desenvolvimento de projetos de valorização económica e transferência de I&DT, de modo a promover a criação de valor e a otimização sustentada da produtividade?
		Competitividade, Produtividade e Internacionalização: De que forma contribui o Centro 2030 para uma região Centro mais competitiva, mais inteligente, com empresas que investem na inovação, na produção de bens e serviços diferenciadores, que investem na transição industrial e no empreendedorismo?
		Valorização económica dos recursos endógenos: De que forma o Centro 2030 contribui para assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, assim como para a dinamização de estratégias específicas de promoção da competitividade territorial?
		População: De que forma o Centro 2030 contribui para a renovação geracional e para o equilíbrio da estrutura etária da população?
Capital Humano, Inclusão Ativa e Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> — Avaliar o contributo do Centro 2030 no reforço do apoio à família e à natalidade em particular bem como para a minimização das assimetrias regionais. — Avaliar o contributo do Centro 2030 para combater o abandono escolar, a melhoria da qualidade pedagógica e o reforço das competências académicas e profissionais. — Avaliar o contributo do Centro 2030 para desenvolver uma rede de apoio social a idosos, crianças e população portadora de deficiência bem como a integração social dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social. — Avaliar de que forma o Centro 2030 promove a inclusão ativa de idosos. — Avaliar o contributo do Centro 2030 para a inclusão dos desempregados no mercado de trabalho, especialmente os recursos humanos qualificados. 	Qualificação do capital humano: De que forma o PR contribui para a melhoria das qualificações da população, com especial foco para a conclusão do ensino secundário? No que refere ao plano da aprendizagem ao longo da vida, de que forma o PR contribui para a adesão das pessoas que não completaram o ensino secundário e promove a qualificação dos adultos através da criação de cursos de educação e formação de adultos e de formação para ativos empregados e desempregados?
		Equidade social e inclusão: De que forma o Centro 2030 contribui para o apoio social a idosos, crianças e a grupos específicos mais vulneráveis bem como para o envelhecimento ativo e saudável? Além disso, de que forma contribui para a redução do número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social?
		Emprego: De que forma é promovido o desenvolvimento social através da criação de emprego, de emprego qualificado e diminuição da taxa de desemprego, em especial de jovens em idade ativa?
		Recursos energéticos: De que forma o Centro 2030 contribui para o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos como fontes de energia alternativas?
Energia	<ul style="list-style-type: none"> — Avaliar o contributo do Centro 2030 para a redução do consumo de fontes fósseis de energia, aproveitamento eficiente de recursos energéticos endógenos, bem como fontes de energia renováveis e limpas, e implementação de soluções que promovam a mobilidade urbana sustentável. 	Eficiência Energética: De que forma o PR contribui para a redução do consumo de energia nos vários sectores de atividade?
		Mobilidade Urbana Sustentável: O Centro 2030 promove a implementação de meios de mobilidade urbana sustentáveis?
Qualificação Territorial	<ul style="list-style-type: none"> — Avaliar o contributo do Centro 2030 para a melhoria das condições de habitabilidade, bem como a 	Qualificação Urbana: O Centro 2030 promove a conservação do edificado, e a reabilitação ou

FCD	Pertinência	Critérios de Avaliação
	manutenção da qualidade de ambiente urbano e paisagem.	<p>requalificação de espaços urbanos e zonas industriais degradadas ou abandonadas?</p> <p>Requalificação ambiental: O Centro 2030 promove a prevenção e controlo da poluição, preservação e melhoria das condições ambientais e eficiência no uso de recursos naturais, e reforço da transição para a economia circular dos serviços ambientais?</p>
Valores e Recursos Naturais, Patrimoniais e Paisagísticos	— Avaliar o contributo do Centro 2030 para a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	<p>Solo: O Centro 2030 promove a proteção e reabilitação dos solos, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental?</p> <p>Recursos Geológicos: Qual o contributo do Centro 2030 para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?</p> <p>Recursos Hídricos: O Centro 2030 promove a utilização sustentável dos recursos hídricos existentes?</p>
	— Avaliar o contributo do Centro 2030 para a proteção e utilização sustentável dos valores naturais.	Conservação da natureza e biodiversidade: o Centro 2030 promove a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes e da biodiversidade, quer na melhoria da qualidade de vida?
	— Avaliar o contributo do Centro 2030 para a proteção e valorização do património natural e cultural e para a paisagem associada.	Património: O Centro 2030 promove a recuperação, regeneração e viabilização do património natural e cultural e da paisagem associada?
Qualidade Ambiental	— Avaliar o contributo do Centro 2030 no que se refere aos Objetivos e medidas de política para a qualidade ambiental ao nível do ar e ambiente sonoro.	<p>Qualidade do Ar: De que forma o Centro 2030 contribui para a qualidade do ar da Região Centro?</p> <p>Ruído: De que forma a estratégia adotada pelo Centro 2030 contribui para a redução e mitigação do ruído, promovendo a qualidade do ambiente sonoro?</p>
	— Avaliar o contributo do Centro 2030 no que se refere aos objetivos e medidas de política para a minimização/eliminação e prevenção de dissonâncias ambientais.	Dissonâncias Ambientais: De que forma o Centro 2030 contribui para a minimização ou eliminação das dissonâncias ambientais identificadas no âmbito da contaminação de recursos hídricos e depósito ilegal de resíduos industriais?
Riscos, Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas	— Avaliar o contributo do Centro 2030 no que se refere aos seus Objetivos e Medidas relativamente à internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos.	Riscos naturais: De que forma a estratégia adotada pelo Centro 2030 contribui para a redução dos riscos naturais (e.g. risco de desertificação, risco de cheia, risco de erosão, risco de erosão costeira, risco sísmico)?
		Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pelo Centro 2030 contribui para a redução dos riscos tecnológicos (e.g. risco de rutura de barragens, risco de acidentes industriais)?
		Riscos Mistos: De que forma o Centro 2030 contribui para a redução das ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos

FCD	Pertinência	Critérios de Avaliação
		sistemas naturais (e.g. incêndios florestais, contaminação de aquíferos e solos).
	— Avaliar de que forma o Centro 2030 tem em consideração mitigação e adaptação às alterações climáticas.	Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo do Centro 2030 para a mitigação e adaptação às alterações climáticas?

175. Para além dos FCD acima referidos, a AAE considera pertinente abordar o contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, dada a sua importância e carácter fundamental à sustentabilidade de uma Região, cuja análise será apresentada na próxima fase (Relatório Final da AAE), por ser necessário a devida análise dos elementos e conteúdos que irão constituir a estrutura e estratégia consolidadas do PR Centro 2021-2027.

5.2. Implicações para a AEA

176. As questões consideradas estratégicas ao nível do ambiente e sustentabilidade (QEAS) no âmbito da área de intervenção da proposta PR Centro 2021-2027 que constam da síntese realizada na secção anterior constituem um input relevante para a organização da abordagem às questões de avaliação que o Caderno de Encargos define para a AEA.

177. Podemos considerar que o enunciado das referidas questões, bem como as exigências associadas à análise do princípio do DNSH que emergiram neste período de programação, suscitam para a AEA essencialmente quatro orientações a desenvolver:

- O foco direto que a AEA deve realizar sobre as realizações e resultados do OP2, o qual como o demonstrámos atrás reúne as principais medidas e ações dirigidas à sustentabilidade ambiental;
- Uma atenção ao efeito indireto sobre esta questão que as realizações e resultados do OP1 e do OP5 tenderão a exercer sobre o território da Região, com efeitos que tanto podem favorecer como comprometer as condições de sustentabilidade ambiental;
- Particular atenção às realizações e resultados do OP4, entendido como o principal domínio de intervenção do Centro 2030 dirigido à sustentabilidade social;
- E, finalmente, uma particular atenção à convergência de efeitos entre instrumentos de política relativos a diferentes RSO/ESO no âmbito de territórios específicos da Região.

178. Ponderadas estas implicações, pode concluir-se que os trabalhos de AEA e de AAE estão sintonizados nas suas prioridades de análise, circunstância que reforça de forma significativa significativamente a utilidade da avaliação em matéria de aperfeiçoamento do Centro 2030.

179. De uma forma mais concreta, o RF da AAE faz recomendações concretas ao PR Centro 2021-2027:

Tabela 12 -RECOMENDAÇÕES DO FCD “COMPETITIVIDADE E I&D+I”

Recomendação	Descrição
Rec_1.1	RSO1.2; RSO1.3; RSO1.1; RSO2.6: É importante que o Programa possa privilegiar o apoio / financiamento para as Novas Economias Rurais, mais verdes e diferenciadoras, assentes na Bioeconomia, na EcoInovação - como o Ecodesign, referido no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2019 (PNPOT), entre outras. É importante incluir critérios que permitam majorar ou dar mérito a candidaturas que assentem também na inovação e criatividade, apoiando jovens talentos, potenciando a Economia Circular, na Economia da Partilha e apoiar o desenvolvimento de novas ideias e modelos de negócio no turismo, empresas ligadas por sinergias e uso de recursos “mais Verdes”, e assim, atraindo “novos residentes empregadores-trabalhadores”.
Rec_1.2	Prioridade: 1A. Inovação e Competitividade; Prioridade: 2A. Sustentabilidade e Transição Climática; Prioridade: 2B. Mobilidade Urbana Sustentável; Prioridade: 5A. Centro + próximo; Prioridade: 6A. Transição Justa. Chama-se a atenção para o documento estratégico preparado para a Comissão

Recomendação	Descrição
	Europeia: “The vital role of Nature-Based Solutions in a Nature Positive Economy” (2022. Siobhan MCQUAID and Esmee KOOIJMAN, Daniela RIZZI, Thomas ANDERSSON, Joanne SCHANTÉ) onde se tenta salientar que o modelo económico atual está a destruir e a degradar os ecossistemas que são a base das nossas sociedades e economias, sendo necessário uma mudança de paradigma em direção a uma economia positiva, favorável à natureza, neutra em carbono e equitativa. Neste sentido, o Centro 2030 constitui uma oportunidade para dar destaque e incentivar os projetos assentes em Nature Based Solutions (NBS), para o ambiente urbano, saúde e bem-estar social, economia, bem como quanto ao meio ambiente e ecologia. Com o envolvimento de empresas privadas, investigadores, financiadores que discernem ganhos económicos e oportunidades de desenvolvimento de negócio em Nature Based Solutions (NBS). Sugere-se assim que a Autoridade de Gestão pondere a integração das Nature-Based Enterprises (NBE) e Nature Based Solutions (NBS) nos critérios de avaliação das candidaturas.

Tabela 13 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “CAPITAL HUMANO, INCLUSÃO ATIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL”

Recomendação	Descrição
Rec_2.1	Para transformar os sistemas sociais e económicos e promover a resiliência social é necessário referir especificamente a existência de apoios financeiros para o desenvolvimento de soluções baseadas na natureza (sistemas mais resilientes, sistemas mais adaptados), que respeitem os territórios, valorizando os recursos naturais, culturais, São urgentes mecanismos que sensibilizem, formem e acionem mudanças de mentalidades e comportamentos. Neste sentido, considera-se fundamental que ao nível da inovação e criatividade, e ainda das Novas Economias Rurais, no Desenvolvimento Territorial e Social, se apoiem novas dinâmicas e atrações, “Marcas Diferenciadoras”, que revitalizem nichos de negócio no setor do turismo e na valorização dos recursos endógenos e da biodiversidade. Deverão, assim, ser incluídos critérios de mérito na avaliação das candidaturas associados ao conceito de “Marcas Diferenciadas”.

Tabela 14 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “ENERGIA”

Recomendação	Descrição
Rec_3.1	RSO 1.2.: Avaliar a pertinência de consideração de investimento no domínio de intervenção “017. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública, conformes com os critérios de redução das emissões de gases com efeito de estufa ou de eficiência energética”, em detrimento ou complementar ao domínio de intervenção já elencado “016. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública”, em sede de eventual reprogramação.
Rec_3.2	RSO1.3.: Avaliar a pertinência de consideração de investimento no domínio de intervenção “043. Construção de novos edifícios energeticamente eficientes” em sede de eventual reprogramação
Rec_3.3	RSO4.6; RSO5.1; RSO5.2: Introdução de critérios de mérito (quando aplicável considerando o tipo e natureza do projeto) em candidaturas que visem o incentivo à aquisição de boas práticas de construção sustentável e de conforto térmico, e introdução no parque edificado de equipamentos de microgeração de energia a partir de fontes renováveis em concordância com a legislação em vigor, e equipamentos de domótica que favoreçam ganhos energéticos (eficiência energética).

RECOMENDAÇÕES DO FCD “QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL”

Recomendação	Descrição
Rec_4.1	Apoio de ações ou inclusão de critérios de mérito de seleção de candidaturas de projetos que incentivem a reabilitação urbana e do edificado e espaços públicos, respeitando a paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (se aplicável), execução de ações de sensibilização das entidades locais para a construção sustentável e reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos (p.e. RCD), ou uso de subprodutos produzidos nas indústrias da região no desenvolvimento de projetos de construção sustentável, visando a sua aplicação nas obras de edificação da Região.
Rec_4.2	Inclusão de critérios de mérito de seleção de candidaturas de operações que salvaguardem aspetos associados a: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais, preservação da biodiversidade, da qualidade ambiental dos espaços a intervir, da redução dos passivos ambientais e focos de poluição, da requalificação do edificado e enquadramento com a paisagem envolvente; ▪ Aquisição de ecoeficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; ▪ Redução das emissões de GEE; ▪ Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização, e da preferência por métodos de construção sustentável, aproveitamento in loco de materiais, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD);

Recomendação	Descrição
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Otimização de espaços subutilizados integrados em zonas residenciais, centros históricos, zonas urbanas, espaços industriais e parque empresais existentes, em detrimento da ocupação de novas áreas
Rec_4.3	Inclusão de critérios de mérito a integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras no âmbito da seleção de projetos, cuja concretização deverá ser assegurada, por exemplo, nos cadernos de encargos a desenvolver para a concretização das mesmas.
Rec_4.4	Inclusão em sede dos avisos dos critérios associados ao cumprimento da contratação segundo o <i>green public procurement</i> .
Rec_4.5	RSO2.5: Sugere-se a atribuição de critérios de mérito a candidaturas de beneficiação física das redes e infraestrutural hidráulicas, que promovam a aquisição de conhecimento infraestrutural nas componentes em alta e baixa, bem como ações materiais ou imateriais de eficiência hídrica e reutilização de águas pluviais e residuais tratadas no consumidor, designadamente, no parque edificado e equipamentos públicos ou coletivos. As ações previstas pelos programas de medidas preconizados pelos PGRH são fulcrais para atingir a sustentabilidade e eficiência na gestão dos recursos hídricos. Neste sentido, as candidaturas que surjam no âmbito destes instrumentos de gestão dos recursos hídricos devem ser igualmente alvo de mérito acrescido no processo de seleção. Considera-se relevante o investimento em ações que aumentem não apenas a cobertura de rede e beneficiação física e tecnológica dos sistemas de modo a incrementar a eficiência no tratamento das águas residuais e melhorar a capacidade separativa das águas pluviais, mas também adquirir níveis superiores de eficiência energética nas estações elevatórias e órgãos de tratamento, uso de fontes renováveis de energia, aproveitamento energético ou material dos subprodutos do tratamento (p.e. biogás, lamas, nutrientes, etc.) e ações de reutilização de águas residuais tratadas e águas pluviais, contribuindo assim para a circularidade regional. Considera-se que candidaturas que cumpram estas exigências suplementares ao nível da sustentabilidade, circularidade e eficiência no tratamento devem ser alvo de atribuição de critérios e mérito acrescido no processo de seleção.
Rec_4.6	RSO4.6; RSO5.1; RSO5.2: Inclusão de critérios de mérito das candidaturas associados à eficiência hídrica dos projetos (quando aplicável considerando o tipo e natureza do projeto), designadamente, associados à reutilização de águas residuais para outros usos que não consumo humano (p.e. rega ou lavagem de espaços exteriores, sanitários, entre outros, em conformidade com a legislação em vigor), à captação, armazenamento, aproveitamento de águas pluviais, à implementação de equipamentos ou tecnologias que assegurem uma maior eficiência hídrica de forma evidente, bem como projetos que minimizem o nível de impermeabilização de solos, com recurso, sempre que possível, a soluções permeáveis ou semipermeáveis em espaços como zonas de estacionamento, entre outros.
Rec_4.7	RSO2.6: Recomenda-se a atribuição de mérito acrescido e respetivos critérios no processo de seleção, a candidaturas que contribuam efetivamente para realizar a recolha seletiva e reaproveitamento dos resíduos urbanos na origem e reutilização de materiais e reforçar a capacidade operacional de preparar os resíduos para a reciclagem, reutilização ou valorização, concorrendo para a redução na produção de resíduos e deposição destes em aterro.
Rec_4.8	Tendo em consideração a forte correlação entre as ações de qualificação territorial e de eficiência energética, recomenda-se que se tenham em consideração neste FCD das recomendações patentes no FCD “Energia”, nomeadamente: <i>RSO4.6; RSO5.1; RSO5.2: Adoção de disposições regulamentares e introdução de critérios de mérito (quando aplicável considerando o tipo e natureza do projeto) em candidaturas que visem o incentivo à aquisição de boas práticas de construção sustentável e de conforto térmico, e introdução no parque edificado de equipamentos de microgeração de energia a partir de fontes renováveis em concordância com a legislação em vigor, e equipamentos de domótica que favoreçam ganhos energéticos (eficiência energética).</i>

Tabela 15 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “VALORES E RECURSOS NATRAIS, PATRIMONIAIS E PAISAGÍSTICOS”

Recomendação	Descrição
Rec_5.1	As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.
Rec_5.2	<p>Nas ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, com o objetivo de contribuir para aumentar a resiliência de edifícios sociais e centros educacionais, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e

Recomendação	Descrição
	<p>demonstração;</p> <ul style="list-style-type: none"> Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios.
Rec_5.3	Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis (classificados ou identificados como pertinentes corredores ecológicos), afetados pela realização de obras de requalificação ou construção com impacto significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.
Rec_5.4	Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte. Um exemplo é considerar a plantação de floresta de proteção nos espaços naturais associados a áreas de intervenção de projetos / operações. Essas questões podem ser asseguradas, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções e/ ou como critérios de mérito de seleção de candidaturas.
Rec_5.5	Desenvolvimento de um sistema de informação / ficha de base para checklist de verificação de requisitos ambientais para análise de candidaturas e para as candidaturas aprovadas, tendo por base a legislação em vigor, ao nível da Avaliação Ambiental Estratégica, da Avaliação de Impacte Ambiental e do Licenciamento Ambiental (bem como de outros regimes que são abrangidos por licenciamento ambiental), das áreas protegidas e classificadas na Região, do cruzamento com informação relativa à existência de riscos naturais na área de intervenção, do seu enquadramento face às áreas protegidas e classificadas na Região e de condicionantes associadas a regimes legais, mediante comprovativo de parecer da respetiva entidade com competência em matéria de ambiente e ordenamento do território, e, por fim, da aplicação do princípio Do No Significant Harm (DNSH). Deverão igualmente constar desse sistema de informação elementos relativos ao enquadramento da área a intervencionar / abrangida pelo projeto nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor, assim como as servidões e restrições de utilidade pública, e que contribuam para a concretização do modelo de desenvolvimento territorial definido nos IGT.
Rec_5.6	Inclusão de requisitos de elementos a entregar conjuntamente com as candidaturas de identificação e delimitação georreferenciada da área de intervenção dos projetos das várias tipologias de ação a implementar (quando são projetos passíveis de territorialização), tendo em conta a vocação endógena do território, relativamente aos diversos setores de atividade (ex: floresta, mar, áreas protegidas/Rede Natura 2000, património, etc.). Deverão, assim, ser incluídos requisitos de elementos a entregar pelo promotor em sede de candidatura que demonstrem o respetivo enquadramento face à legislação em vigor e do seu enquadramento face às áreas protegidas e classificadas na Região e de condicionantes associadas a regimes legais, mediante comprovativo de parecer da respetiva entidade com competência em matéria de ambiente e ordenamento do território. Deverão igualmente constar desse sistema de informação elementos relativos ao enquadramento da área a intervencionar / abrangida pelo projeto nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor e a fundamentação da aplicação e cumprimento do princípio Do No Significant Harm (DNSH).
Rec_5.7	Inclusão de critérios de mérito de seleção de candidaturas de operações que promovam a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou renaturalização
Rec_5.8	Apoio de tipologias de ações que promovam o interesse e a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional.
Rec_5.9	RSO2.5: Inclusão de critérios de mérito de seleção de candidaturas para tipologias de ação que tenham como objetivo a implementação dos Programa de Medidas dos PGRH inseridos na Região que tenham como objetivo promover o acesso à água e a gestão sustentável da água, bem como tipologias de ação que visem a aquisição de informação relevante ao nível dos parâmetros meteorológicos, hidrológicos e edafoclimáticos de modo a identificar atempadamente potenciais situações de seca meteorológica através da implementação (ou manutenção) de estações de monitorização e realização de estudos.

Tabela 16 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “QUALIDADE AMBIENTAL”

Recomendação	Descrição
Rec_6.1	Internalização de orientações de prevenção e/ou minimização de situações de poluição do ar e/ou ruído nos projetos apoiados no âmbito do Programa Regional Centro 2030 (p.e. através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).
Rec_6.2	Inclusão de orientações para a promoção de um planeamento rigoroso, eficaz e eficiente, de todas as intervenções no âmbito de cada projeto de modo a minimizar ou eliminar os efeitos decorrentes da sua implementação, passíveis de se constituírem dissonâncias ambientais. Para tal recomenda-se a inclusão,

Recomendação	Descrição
	nos critérios de seleção de projetos apoiados, de uma análise detalhada de cada etapa de implementação do mesmo e, sempre que considerar no devido enquadramento legal a prevenção e gestão e resíduos, o devido tratamento das águas residuais, a promoção da qualidade do ar, deve ser um projeto com mérito ao nível da qualidade e diferenciação face a outro projeto que não verifique as mesmas condições. Estas orientações contribuirão para a minimização / eliminação dos problemas ambientais associados a resíduos industriais não tratados e focos de deposição de recursos hídricos. <u>Nota: esta recomendação aplica-se igualmente ao FCD “Qualificação territorial”.</u>
Rec_6.3	Inclusão de orientações no sentido de promover a educação e sensibilização dos visitantes nos projetos apoiados no âmbito das ações de promoção, proteção e valorização da biodiversidade. Os projetos de promoção, proteção e valorização da biodiversidade, sempre que possível e pertinente, devem incluir ações de educação e sensibilização (por exemplo atividades de promoção das ações implementadas, ao nível das escolas, dos meios de comunicação), destacando a(s) sua(s) potencialidade(s) e necessidade de salvaguarda) de modo a potenciar a consciencialização da população para as mais-valias nomeadamente ao nível dos serviços prestados pelos ecossistemas. <u>Nota: esta recomendação aplica-se igualmente ao FCD “Valores E recursos naturais, patrimoniais e Paisagísticos”.</u>

Tabela 17 - RECOMENDAÇÕES DO FCD “RISCOS, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”

Recomendação	Descrição
Rec_7.1	Inclusão de critérios de seleção de candidaturas, a incluir em sede de aviso de concurso, que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, bem como o respetivo potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo Programa Regional, nomeadamente de regeneração física, requalificação e construção de infraestruturas (p.e. os projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável e com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas) com medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às Alterações Climáticas). Os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre. Esta orientação deve constar do aviso de concurso. <u>Nota adicional: a temática dos riscos é do âmbito do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo Programa Regional contribuam para a prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, pelo que a descrição do projeto que considere o contributo do mesmo para a prevenção e/ou minimização dos riscos deverá ser considerado um projeto com mérito ao nível da diferenciação (e.g. projetos que incluam análise de vulnerabilidades aos potenciais riscos da área de intervenção e atividades associadas).</u>
Rec_7.2	Inclusão de requisitos de elementos a entregar conjuntamente com as candidaturas de identificação e delimitação georreferenciada da área de intervenção dos projetos das várias tipologias de ação a implementar (quando são projetos passíveis de territorialização), tendo em conta o cruzamento com áreas de riscos naturais identificados em sede de instrumentos de gestão territorial, designadamente, programas setoriais que incidam sobre riscos naturais, planos especiais de ordenamento do território e planos municipais de ordenamento do território.
Rec_7.3	Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas ou equipamentos existentes, em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da génese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma exceção: deve considerar-se um projeto com mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (por exemplo edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira, etc.). Esta orientação deve constar do aviso de concurso.
Rec_7.4	Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do Programa Regional com o PACS.
Rec_7.7	Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos últimos períodos de programação (2000-2006, 2004-2013 e 2014-2020), e do período até 2030, e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do Programa Regional, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o Programa para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Regionais se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas-quadros, quer ao nível das

Recomendação	Descrição
	ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um fluxo de informação entre entidades e de articulação da mesma.
Rec_7.6	Cumprimento da legislação no que respeita à necessidade de proceder ao controlo dos efeitos ambientais significativos identificados em sede de Relatório Ambiental e Declaração Ambiental, de modo a garantir que são identificados efeitos negativos imprevistos e aplicação das recomendações – Programa de Seguimento e Monitorização (identificada como fase 3 no que concerne aos procedimentos metodológicos da AAE). <u>Nota: esta recomendação, apesar de identificada neste FCD, é transversal a todos os FCD.</u>
Rec_7.7	Inclusão de um critério de elegibilidade na candidatura de projetos com vista à mineração de aterros sanitários, a incluir em sede de aviso de concurso, de demonstração da viabilidade técnica (ambiental, arquitetónica, outras) e financeira.
Rec_7.8	Inclusão nos Relatórios Anuais de Execução do Centro 2021-2027 de uma avaliação das medidas implementadas/por implementar, por projetos, e respetiva eficácia.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. Conclusões

De natureza geral

C1. A arquitetura do PR Centro segue nas suas linhas gerais a estrutura de programação de praticamente todos os PR do continente, refletindo orientações das autoridades nacionais e comunitárias, tendo por base os regulamentos dos Fundos e o Acordo de Parceria PT 2030. Tendo em conta a valia da ER Centro 2030, a dinâmica participativa e de envolvimento da generalidade dos *stakeholders* regionais e as expectativas que ela suscitou na Região, estendidas posteriormente aos trabalhos de revisão das EIDT CIM, a formatação do PR Centro 2021-2027 apresenta uma arquitetura de programação demasiado rígida para responder a tais expectativas. Embora a ER Centro 2030 tenha sido concebida a pensar num espectro de instrumentos de financiamento mais lato do que o do PR, o seu contributo não pode ser considerado lateral. Ao nível da programação, a homogeneização nacional pretendida em termos de arquitetura dos PR penaliza o referido contributo.

C2. Em consequência da conclusão anterior, abre-se um espaço de manobra para a AG do PR Centro 2021-2027 em termos de operacionalização/implementação do Programa, de maneira a mitigar a anteriormente referida rigidez e a permitir atribuir maior prioridade e seletividade de apoios a necessidades de intervenção identificadas pela ER. Esse espaço de manobra assentará obviamente no pressuposto de que em matéria de operacionalização (modalidades de avisos, critérios de priorização de apoios, grelhas de análise de mérito de operações) a AG possa dispor do grau de autonomia necessário para o fazer.

C3. Embora globalmente não sejam identificáveis prioridades estratégicas regionais não cobertas pelo PR, a AEA identificou exemplos de alocação de recursos não proporcionada face à importância que a ER lhes concedeu. É o caso da redução de recursos financeiros alocados às dimensões da investigação científica e tecnológica, transferência de conhecimento e de inovação e competitividade empresarial (em grande medida o OP1) quando confrontada com a que assumiu na programação 2014-2020. Embora não possa ser ignorado o importante contributo do PRR para mitigar essa descida; a AEA não identificou conclusões ou elementos de outras avaliações que justifiquem essa diminuição, não se observando também problemas de formação de procura no último período de programação. Regista-se, entretanto, como inovação positiva a alocação de recursos específicos à dinamização de processos de descoberta empreendedora (RIS 3 Centro), que poderá assegurar à Região avanços nesse desígnio, sobretudo se a referida dinamização incidir e trabalhar as oportunidades de atividades transformativas que a revisão da RIS 3 permitiu identificar.

C4. Em contraponto a essa desconformidade, deve salientar-se que os temas da transição energética (descarbonização) e climática apresentam no OP2 do PR Centro um lugar de grande relevo em termos de magnitude de recursos alocados, mais do que respondendo ao relevo que essas matérias apresentam na ER. É um facto que, no âmbito do RSO 2.6 (resíduos e economia circular), existe a possibilidade de mobilizar recursos para as empresas apostadas em valorizar economicamente soluções de economia circular. Do mesmo modo, a dotação equilibrada que o OP5 apresenta, compatível com a dinâmica de transformação das EIDT CIM em Planos de Ação consequentes, não permitira compensar a redução de recursos operada no OP1.

C5. A estrutura de programação do PR Centro não apresenta uma resposta suficiente e proporcionada ao diagnóstico do constrangimento das qualificações na Região, que a ER assinala com clareza, sobretudo no contexto das competências necessárias às transições energético/climática e digital. O que exigirá uma maior atenção ao modo como o PT DQI incidirá no território da Região Centro.

C6. A impossibilidade de garantir no FTJ o apoio à adaptação dos setores da cerâmica e do vidro às novas condições de oferta e de preço da energia constitui uma importante penalização para a Região, gerando a necessidade de tal tema ser objeto de intervenções específicas FEDER a realizar no âmbito do OP1 (RSO 1.3), OP2 e OP4 (essencialmente ESO 4.4. FES+).

Sobre os fundamentos estratégicos do Programa

C7. O PR Centro realiza um notório esforço de incorporação no diagnóstico do Programa dos elementos fundamentais que a ER Centro 2030 permitiu identificar em matéria de constrangimentos estruturais, desafios e prioridades estratégicas, podendo dizer-se que o diagnóstico da ER se revê no diagnóstico do Programa. No entanto, dada a já mencionada rigidez da arquitetura da programação, em que o PR Centro herda orientações seguidas a nível nacional e europeu, existem prioridades estratégicas regionais que apresentam uma deficiente cobertura na programação tal qual está estabilizada. É este o caso da abordagem ao declínio demográfico e também às questões do reforço da resiliência dos territórios e combate às suas vulnerabilidades. No caso do declínio demográfico, o texto do PR fornece um apurado e consistente guia orientador para a abordagem integrada que a resposta ao declínio demográfico exige, que não tem, porém, consequência na estrutura da programação. No caso do reforço da resiliência dos territórios e combate às suas vulnerabilidades ele está mesmo deficientemente acusado no texto do *template*. No entender da AEA, isso é essencialmente fruto da rigidez do modelo de programação, sendo possível admitir que a AG do PR se reserva a possibilidade de, em sede de operacionalização/implementação do Programa, criar as condições para a emergência de projetos que revelem a capacidade de integrar diferentes instrumentos de combate aos constrangimentos acima referidos (declínio demográfico e resiliência dos territórios).

C8. Nessa mesma linha, levanta-se a interrogação sobre a capacidade dos Planos de Ação das ITI CIM a reconverter em CDCT de submeter à mobilização dos recursos do OP5 e mobilização complementar a partir de outros OP operações que respondam a uma abordagem integrada desses constrangimentos, consoante eles se apresentem territorializados nas respetivas NUTS III. Afinal, acaba por ser na formulação dos RSO do OP5 que a questão do declínio demográfico é registada na estrutura da programação, embora sujeita à partida a uma tipificação de ações que se compreende para garantir condições de equidade de acesso aos recursos desse RSO 5.1. Ou seja, a AEA conclui que os Planos de Ação ITI CIM estarão sujeitos a uma outra exigência, a de serem capazes de combinar adequadamente as intervenções tipificadas nos três eixos dos ITI CIM no sentido de conceber respostas integradas ao declínio demográfico e à promoção da resiliência dos territórios.

C9. O grau de adequação dos fundamentos estratégicos do PR Centro 2021-2027 ganhará em clareza se tivermos em conta a articulação estratégica que o PR deverá manter com a RIS 3 Centro revista. Os domínios de intervenção nesta contemplados e as atividades transformativas propostas para desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora (RSO 1.4), essenciais para a seletividade da aplicação do OP1, sobretudo do RSO 1.1., juntam-se à pretensão que continua válida na RIS 3 Centro revista de fazer participar tanto quanto possível os territórios de mais baixa densidade das dinâmicas de investigação científica e tecnológica, transferência de conhecimento e de tecnologia e de inovação.

Em termos de coerência interna

C10. O PR Centro 2021-2027 é, do ponto de vista da sua estrutura em OP, um programa globalmente coerente. Os cinco grandes OP alinham com os grandes objetivos estratégicos nacionais e comunitários (o que facilita a legibilidade da sua articulação com esses racionais), aos quais se juntam os recursos do FTJ. Os 5 OP não são estanques e não se bastam a si próprios, mas pelo menos o OP1, em parte o OP 2 e claramente o OP3 dedicado a duas operações ferroviárias acolhem OE e medidas bem delimitadas. O OP 4 continua a apresentar as já usuais exigências de complementaridade interna FSE + (este com recuo de

alocação de recursos) e FEDER, que a experiência de programações anteriores mostra que nem sempre conduzem a operações apoiadas articuladas entre si.

C11. Dada a possibilidade de parte das operações apoiadas pelo OP5 (ITI CIM, ITI Redes Urbanas e PROVERE no RSO 5.2) mobilizarem recursos de outros OP, a intervenção transcende os limites do próprio OP, suscitando questões de coerência com os OP a partir dos quais podem ser mobilizados recursos adicionais. Para além disso, no que diz respeito às ITI CIM, coloca-se a questão de saber como é que os quadros estratégicos da EIDT revistas e acolhidas na ER 2030 como uma dimensão de territorialização dessa ER poderão utilizar o quadro desenhado pelo OP5 para financiarem os seus Planos de Ação.

C12. Entre as tipologias de intervenção do OP5, a dotação de recursos alocados às atividades culturais, sejam elas ou não articuláveis e/ou integráveis com produtos turísticos, continua a ficar aquém da relevância do tema para a estratégia regional. Para além disso, embora seja justificável a integração do património cultural e do papel da cultura no desenvolvimento urbano (competitividade das cidades) e nas abordagens e estratégias territoriais, a dimensão da cultura deverá também ser considerada como uma fator de desenvolvimento e qualificação das pessoas, de inclusão e de inovação social, bem como, como motor de criatividade e inovação (podendo até articular-se, por exemplo, com o RSO 1.4, em termos do desenvolvimento de competências para especialização inteligente e o empreendedorismo).

C13. Para além da redução da alocação de recursos financeiros que o FSE + representa face a períodos de programação anteriores, o que pode sugerir maior aposta no novo PT Demografia, Qualificações e Inclusão, e da conhecida limitação imposta pela CE ao apoio à formação avançada, a estratégia de programação do PR é bastante conservadora. A ER Centro 2030 fazia positivamente referência às implicações que a pandemia trouxe a variadas dimensões da política social, com relevo para a saúde, mas a formulação do PR não é nada inovadora nessa matéria. O único fator de novidade é a componente da dimensão da inovação social que passa a ser exclusivamente manejada pelos PR.

C14. A dimensão da formação contínua como componente de adaptação de trabalhadores, de empresas e de empresários continua a assumir na programação do PR um lugar e uma magnitude claramente aquém das necessidades e desafios da Região, sobretudo se tivermos em conta que neste período de programação a transição digital, a transição energética e a transição climática serão geradoras de necessidades de novas competências. Nem todas essas novas competências serão asseguradas por formação inicial e qualificação de jovens. Ora, o texto e estrutura do ESO 4.4 (FSE+) são ambíguos quanto ao relevo que a programação dá à formação contínua de ativos empregados. O ESO 4.4. não tem qualquer indicador de realização ou resultado para a formação de adaptação e na matriz financeira do PR Centro o apoio ao emprego qualificado supera numa relação de 6 para 1 as Competências e qualificações no âmbito empresarial e da administração local. O PR Centro não é legível no modo como as mudanças em matéria de inovação, digitalização e internacionalização empresariais serão colmatadas com as competências necessárias.

Em termos de coerência externa

C15. Avaliando o *template* do PR Centro, devem ser registados dois elementos positivos na sua formulação. Por um lado, é realizado um notório esforço de clarificação do modo como as intervenções do PR Centro, dos PT e do PRR são delimitadas. Por outro lado, é pela primeira vez realizada uma referência ao campo de intervenção do PEPAC FEADER e do FEAMPA, bem como é também realizado um grande esforço de identificação de projetos e ações de cooperação transfronteiriça e inter-regional às quais o PR aloca recursos. Embora a delimitação rigorosa dos campos de intervenção dos diferentes programas não deva ser confundida com a coerência externa das mesmas, evitar pelo menos sobreposições é um primeiro passo para tal.

C16. Analisadas as tabelas de coerência externa entre programas elaborada pela AEA, conclui-se que o PR Centro será particularmente exigente em matéria de coerência externa das suas intervenções, com projeção óbvia dessa exigência na construção do sistema de monitorização. A AEA identificou pontos quentes de necessidades de monitorização da convergência de efeitos entre o PR Centro e os diferentes programas analisados. Entre esses pontos quentes destacam-se as articulações com o PRR (implicando a primeira fase de implementação do PR Centro dado o tempo de vigência do PRR) que transcendem o efeito de mitigação de perda de recursos da programação regional e com os PT ITD e DQI e para os territórios litorais da Região a programação MAR (FEAMPA).

C17. Entre as prioridades da ER Centro 2030 que exigirão maior intensidade de coerência externa com PRR e PT contam-se a questão da abordagem ao declínio demográfico e a promoção da resiliência dos territórios.

C18. A AEA regista como exemplo de boa prática a alocação de recursos da programação regional ao apoio à participação de entidades regionais em redes e processos de cooperação internacional com o objetivo de apoiar a internacionalização das empresas e das instituições da Região. Seria fundamental que o PR pudesse apoiar explicitamente, nos seus vários domínios de intervenção, operações cuja inovação resulta de ideias geradas na participação nessas redes e projetos de cooperação, criando condições para um *pipeline* fluido entre os dois processos de programação, discriminando positivamente os promotores de projetos com maior capacidade de montagem de pontes entre os dois mundos e fertilizando cruzadamente as suas participações. Essa coerência externa não se concretiza apenas com a importante fonte do Horizonte Europa, mas a própria cooperação inter-regional tem sido uma fonte de inspiração para projetos com financiamento posterior no PR Centro. Essa componente é extensível às intervenções do PR Centro que contarão para os objetivos do DUS.

Sobre a dimensão da Teoria da Programação (TdP)

C19. Mais do que uma exigência metodológica do Caderno de Encargos para esta AEA, interessa avaliar em que medida é credível construir uma TdP para o PR Centro 2021-2027 a partir do *template* analisado e da interação com a equipa que preparou o Programa e se essa formulação é considerada útil para a AG. O investimento realizado pela EA na construção dos quadros lógicos de suporte à intervenção do PR permite identificar, sem surpresa, um quadro lógico de intervenção bastante complexo, que se torna mais legível definindo quadros lógicos por OP e PI do PR. Embora o *template* analisado do PR Centro não os contemple, os quadros lógicos elaborados pela AEA só adquirem uma interpretação plena considerando indicadores de impacto para os quais o PR Centro se propõe contribuir. Nestas condições, conclui-se que o PR Centro pode contemplar uma TdP estaticamente representada, com explicitação dos quadros lógicos anteriormente referidos.

C20. Já na perspectiva mais ambiciosa de uma TdP dinâmica que atenda à sequência causal de transformações atividades-realizações-resultados-impactos, com a correspondente identificação dos mecanismos que tornarão possíveis tais transformações e dos fatores críticos ou riscos que as possam comprometer, a AEA considera não ser credível a existência dessa formulação. Do contexto avaliado, resulta que não estão na programação reunidas as condições de informação para aplicação dessa perspectiva dinâmica da TdP.

Em termos de dimensão e estrutura financeira do PR

C21. Após alguma evolução, o quadro financeiro do PR Centro está estabilizado na versão submetida à CE. Por vezes, não é totalmente legível a equivalência existente entre a matriz financeira por OP, RSO/ESO e medidas de política e a estrutura financeira por domínio de intervenção. De qualquer modo, o quadro financeiro do PR apresenta uma redução de recursos relativamente ao período de programação anterior que não tem uma explicação cabal. OP1 (particularmente o RSO 1.3) e OP4 FSE + são as principais fontes

para essa redução, questão que a magnitude financeira das operações do OP2 e a do FTJ (mesmo amputado de 25 M de € face a versões anteriores do quadro financeiro) não mitiga completamente. Acresce que o OP3, dedicado às operações ferroviárias, não pode claramente ser identificado como um ganho de recursos a nível regional. As operações que estão aqui em causa tanto poderiam incorporar um programa nacional como o Fundo de Coesão como o PR. Convocando os elementos de diagnóstico (necessidades e desafios) e a necessidade aí enunciada de assegurar uma maior consequência de efeitos em termos de produtividade e competitividade empresarial esses referentes apontariam pelo menos para uma estabilidade da massa de recursos do PO, o que não se verifica.

C22. Quanto ao OP2, a sua dimensão financeira ganhou ainda mais expressão na última versão do PR e está em linha com a relevância da agenda comunitária e nacional que lhe está associada, diversificando-se por um conjunto vasto de OE e de medidas de política, embora possa antecipar-se alguma falta de ambição nas dimensões mais inovadoras deste OP, particularmente comunidades de energias renováveis e economia circular.

C23. Quanto à magnitude do OP5, os 18,4 % da dotação total de recursos do PR estão em linha com a diversidade de abordagens territoriais integradas em formação na Região. Pode discutir-se se a programação por domínio de intervenção neste OP será rígida ou simplesmente indicativa. Seguramente que outras distribuições de recursos pelas mesmas tipologias seriam possíveis e só em última instância quando os diferentes Planos de Ação (PA) se perfilarem para aprovação será possível aferir se a estrutura financeira a que se chegará estará em linha com as iniciativas CIM e outras.

C24. O PR assenta numa **elevada parcimónia de mobilização de instrumentos financeiros**, explorando práticas já seguidas na programação anterior (RSO 1.3. com a boa prática da combinação de instrumentos de crédito com garantia mútua e subvenções reembolsáveis nos apoios às empresas e OP5 para as questões da reabilitação urbana). Estima-se que prosseguirá a abordagem segundo a lógica do financiamento baseado em resultados.

C25. A análise comparativa dos **recursos financeiros alocados à assistência técnica** no período 2014-2020 (Centro 2020) e neste PR (2021-2027), esta última estabilizada nos 44 milhões de € evidencia uma perda de cerca de 19,1% relativamente ao Centro 2020. Esta menor alocação de recursos não está em linha com o aumento global de recursos entre os dois períodos de cerca de 1,3%. A AEA, sem ter encontrado uma lógica satisfatória para esta redução, conclui que a dotação em recursos técnicos e humanos da gestão pode estar comprometida em matéria de reforços técnicos e humanos a realizar. Em articulação com os serviços da CCDR Centro que colaboram regularmente com a gestão do PR Centro, a AG do PR Centro está obrigada a avaliar a experiência da gestão do Centro 2020, para identificar margens de eficiência adicional e libertação de recursos para outras atividades, incluindo a monitorização. Sem essa libertação de recursos, o reforço desta última pode estar comprometido.

Em termos de sistema de indicadores

C26. O PR Centro seguiu a linha assumida a nível nacional de limitar o sistema de indicadores a indicadores de realizações e de resultado, definidos por RSO/ESO, escolhidos a partir da lista de indicadores comuns FEDER e FSE+. Quanto à possibilidade de consideração de indicadores de impacto, ausentes do sistema de indicadores dos PR, não é de afastar a hipótese de ser equacionado ao nível do PT 2030 como um todo, avaliando nesse espaço mais global o contributo de cada PR e de cada PT para a sua concretização. Esta questão interessa essencialmente aos eventuais processos de monitorização estratégica do Programa que a AG entenda desenvolver.

C27. Embora o cardápio dos indicadores comuns seja vasto e diversificado, obviamente que a cobertura do contributo do PR Centro para a ER Centro 2030 e a cobertura de todos os RSO e ESO do Programa tendem nesse modelo a poderem ficar comprometidos. Esses riscos são aumentados com a opção

assumida de não exagerar na lista de indicadores de realização e resultado, que se compreende por motivos de simplificação de gestão do sistema de informação, mas que reduz o campo de monitorização possível. Isso é particularmente visível quando se compara os indicadores selecionados com os domínios de intervenção por RSO/ESO com programação financeira, ainda que indicativa, estabelecida.

C28. A AEA realizou uma análise crítica circunstanciada do painel de indicadores e de metas que consta do PR submetido à CE, chegando por essa via a uma tipologia de elementos de caracterização:

- O OP1, particularmente no que respeita aos RSO 1.1 e 1.3, constitui o exemplo mais evidente de não cobertura plena da riqueza de tipologias de intervenção a que correspondem magnitudes de recursos financeiros não despendidos e de formulações senão equívocas, pelo menos imperfeitas;
- Situações que revelam falta de ambição do mapa de indicadores propostos, como é particularmente o caso do OP5 (RSO 5.1 e 5.2) com um conjunto de indicadores muito limitado face à riqueza temática das abordagens territoriais integradas e de alguns RSO do OP2 em que a população abrangida surge como o único indicador de resultado e também no caso do OP4 em que para além da taxa de empregabilidade a questão do vínculo contratual com que essa empregabilidade é alcançada deveria ser considerada;
- Opção por uma lógica de determinação de metas predominantemente centrada na utilização do histórico de programação do Centro 2014-2020, regra geral com uso complementar de custos unitários corrigidos da inflação para sete anos; esta lógica de determinação de metas numa Região com a experiência e dinâmica de utilização de FEEL acaba por conduzir a uma segura definição de metas face às dotações disponíveis;
- O recurso pontual a fontes de informação como o INE (caso de alguns RSO do OP2 dos RSO do OP5) ou a ANACOM (caso dos RSO 1.2 e 1.5) poderia ser alargado à utilização de fontes de informação estatística extra PR no âmbito do SCTN, como o são por exemplo os dados do CIS e do IPCTN, com relevo particular para os RSO 1.1 e 1.3 do OP1;
- Analisando combinadamente o sistema de indicadores que consta do PR submetido à CE e o ficheiro metodológico de indicadores disponibilizado à equipa de avaliação, pode concluir-se que o PR avançou bastante em termos de qualidade de definição de indicadores e da sua alimentação.

C29. A proposta realizada pela AEA de alguns novos indicadores não significa questionar a opção da seleção a partir de indicadores comuns FEDER e FSE+, mas tão só o propósito de melhoria das condições de monitorização do Programa.

Em termos de monitorização e avaliação

C30. Sobretudo em matéria de monitorização, a experiência de períodos de programação anteriores mostra que a CCDR Centro e a AG dos seus Programas Regionais têm sido particularmente ativas nessa matéria, na qual se integra também o trabalho reconhecido de monitorização da implementação da RIS 3 Centro, que tem particular articulação com a do PR Centro. Porém, nada é referido de concreto acerca da montagem do sistema de monitorização.

C31. De qualquer modo, face ao conteúdo do PR Centro, às expectativas do seu contributo para a ER e à imperiosa necessidade do PR Centro ser considerado em sinergia e complementaridade com outros Programas com incidência na Região, a AEA considera que seria vantajosa a definição de dois processos de monitorização integrados num único sistema: (i) a monitorização estratégica em que, para além da concretização de resultados se avalie os contributos do PR para os impactos esperados, se acompanhe também a incidência na Região do PRR e dos PT com maior intensidade de articulação com o PR Centro; e a (ii) a monitorização da implementação que alimenta regularmente os Relatórios de Execução. Como é conhecido, a monitorização de resultados enfrenta a dificuldade tradicional de dispor atempadamente de informação sobre projetos concluídos, dificuldade que só uma monitorização estratégica que não tem de ser exaustiva e pode recorrer a outros métodos de inferência de resultados que o sistema de informação do PR não poderá fornecer.

C32. A possibilidade de criação de um espaço de monitorização estratégica requer obviamente a existência de recursos técnicos e humanos para o fazer, pelo que constitui uma decisão de inteira responsabilidade da AG que está em melhores condições para aferir da sua viabilidade em função dos

montantes da assistência técnica que foi assegurar em sede de programação. A perda de recursos observada na AT penaliza obviamente esta possibilidade.

Articulação com a AAE

C33. Concluído que está o processo da AAE, a AEA foi sendo realizada com permanente conhecimento da interação realizada entre a equipa da AAE e a equipa que preparou o Programa. As chamadas questões estratégicas e as recomendações da AAE (ver capítulo 5 deste RFP) foram devidamente tidas em conta pela equipa da AEA, sobretudo no capítulo de recomendações que se apresentam na secção seguinte.

7.2. Recomendações

180. A tabela seguinte sistematiza as recomendações que decorrem do trabalho de avaliação. A fundamentação destas recomendações é realizada invocando na segunda coluna as conclusões que suportam as propostas realizadas. O foco das recomendações está essencialmente centrado nas condições de operacionalização/implementação do PR Centro. Outro tipo de recomendações visa períodos de programação futuros. Na tabela referida existe a preocupação de tentar identificar os destinatários a que se dirigem, sempre numa ótica de facilitação da operacionalização das recomendações realizadas.

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
Recomendações decorrentes das conclusões de natureza geral				
R1	Dada a experiência de planeamento participativo que tem caracterizado os exercícios de elaboração de estratégias regionais na Região Centro, recomenda-se que, em próximos períodos de programação, a arquitetura de programação possa ser mais flexível, de modo a não penalizar a consolidação desse modelo de planeamento regional. Recomenda-se ainda que a ER Centro 2030 possa ser mobilizada como referencial orientador da incidência na Região de Programas Temáticos como o ITD e o DQI, bem como da aplicação do PEPAC FEADER.	C1	Programação/Operacionalização	Entidade coordenadora do PT 2030 e futuros períodos de programação
R2	Recomenda-se que, em sede de operacionalização/implementação do PR Centro, a gestão do Programa possa mitigar a rigidez da arquitetura de programação, através de uma política de avisos, de critérios de priorização de apoios e grelhas de análise de mérito que aproxime a implementação do PR Centro da Estratégia Regional Centro 2030, estimulando os <i>stakeholders</i> regionais a combinar virtuosamente diferentes RSO/ESO do Programa.	C2	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro 2021-2027
R3	Tendo em conta as situações identificadas de desproporção entre magnitude de recursos financeiros alocados no PR Centro e a relevância de algumas das prioridades estratégicas da ER Centro 2030, visíveis sobretudo no OP1 (RSO 1.1 e RSO 1.3), recomenda-se que através da seletividade adequada e articulando com as realizações do PRR na Região a aplicação dos recursos do OP1 possa orientar-se para intervenções marcadamente estruturantes da consolidação do sistema regional de inovação. Para que tal desígnio possa ser atingido, recomenda-se ainda que a dinamização efetiva do RSO 1.4 possa ser conduzida essencialmente em torno das atividades transformativas identificadas na revisão da RIS 3 Centro.	C3	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro 2021-2027/Equipa responsável pela condução e monitorização da implementação da RIS 3 Centro
R4	Tirando partido da muito satisfatória dotação de recursos do OP2, recomenda-se que a implementação dos recursos desse OP possa ser orientada para um avanço e consolidação da transição energética e climática na Região, com relevo para a concretização da Agenda Regional para a Economia Circular.	C4	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro 2021-2027

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
R5	Tendo ainda em conta a redução observada nos recursos da programação para a competitividade, recomenda-se que no âmbito das intervenções do OP5, ITI CIM, ITI Redes Urbanas, IIBTdo Oeste e Vale do Tejo e Pinhal Interior e PROVERE, os temas da competitividade mereçam das entidades promotoras e da AG do PR Centro a devida atenção, designadamente para dar resposta ao alargamento da base territorial de competitividade da Região, aspeto fortemente sublinhado na ER.	C4	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro 2021-2027
R6	Sem embargo da operacionalização do PR Centro permitir ainda mitigar a não cobertura do tema da formação contínua de ativos que a formulação do ESO 4.4. do OP4, recomenda-se especial acompanhamento da incidência do PT DQI na Região, com uma atuação concertada entre as duas AG.	C5	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro/AG do PT DQI
R7	Face à configuração final do FTJ para a Região e dada a relevância de adaptação de setores da economia regional como a cerâmica e o vidro à crise energética, recomenda-se que esse tema possa merecer atenção específico na implementação do OP1 (RSO 1.3), OP2 (em geral e em particular o RSO 2.6), OP4 (essencialmente ESO 4.4. do FSE +) e OP5.	C6	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro 2021-2027
Sobre a fundamentação estratégica do Programa				
R8	Recomenda-se que em sede de operacionalização da programação seja concedida especial atenção à promoção de algumas prioridades estratégicas da ER Centro 2030 penalizadas pela rigidez da arquitetura da programação. Estão nessas condições a abordagem ao declínio demográfico na Região, que tem no diagnóstico do PR uma promissora abordagem, e o reforço da resiliência dos territórios, particularmente dos territórios de mais baixa densidade. Trata-se essencialmente de integração e combinação de diferentes RSO/ESO do Programa, embora caiba às ITI CIM a maior responsabilidade nessa abordagem.	C7	Programação/operacionalização	AG do PR Centro/CIM e outras parcerias
R9	Recomenda-se do mesmo modo que a transformação das EIDT NUTS III a cargo das CIM em Planos de Ação submetidos ao apoio do RSO 5.1 possa ser concretizada em abordagens consistentes ao declínio demográfico e à promoção da resiliência dos territórios, combinando os diferentes instrumentos tipificados nos três eixos de intervenção das ITI CIM	C8	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro/ CIM

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
R10	Recomenda-se que a implementação do OP1, particularmente dos RSO 1.1. e 1.3, sejam monitorizados conjuntamente com a do novo ciclo de implementação da RIS 3 Centro, sobretudo da dinamização dos processos de descoberta empreendedora em torno das atividades transformativas da RIS 3, de modo a garantir o <i>policy-mix</i> possível a partir dos instrumentos do PR Centro.	C9	Operacionalização/implementação/Monitorização	AG do PR Centro /CCDR Centro (equipa responsável pelo acompanhamento da RIS 3 Centro)
Em termos de coerência interna e externa				
R11.	Recomenda-se que, em sede de monitorização do PR Centro, a AG siga com maior regularidade e rigor de acompanhamento os “pontos quentes” de coerência interna identificados pela AEA, com relevo para a articulação do RSO 1.3 com o ESO 4.4, a mobilização por parte do RSO 5.1 e 5.2 de instrumentos de outros OP e as complementaridades internas ao OP4 entre intervenções FEDER e FSE +.	C10 e C11	Operacionalização/implementação/monitorização	AG do PR Centro
R12	Considerando que a alocação de recursos concedida pela programação às atividades e ao património culturais fica aquém da relevância do tema para a ER Centro, recomenda-se que em sede de operacionalização da programação possa ser mitigada essa limitação de origem através da concessão de um papel importante à cultura como fator de desenvolvimento e qualificação das pessoas, inclusão e de inovação social, com as consequentes combinações com os RSO e ESO em que tais matérias são apoiadas.	C12	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro/CIM e outras parcerias
R13	Dada a relevância que a abordagem inovação social pode representar na introdução de fatores de novidade na implementação do PR Centro 2021-2027 face ao período de programação anterior, recomenda-se que a implementação do ESO 4.8 possa contar com a dinâmica de cooperação possível com a EMPIS, capitalizando a importante experiência de implementação das medidas de promoção da inovação social no período 2014-2020	C13	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro
R14	Face à conclusão da AEA de que a formação contínua de ativos de adaptação, designadamente às exigências da transição digital e também da energético-climática, fica aquém do necessário e reclamado na ER Centro 2030 (sem ignorar a perda de recursos do FSE +), recomenda-se que a implementação	C14, C5	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
	do ESO 4.4 seja conduzida numa ótica de apoio a ações estruturantes e não atomizadas, com foco designadamente nas ações de adaptação às anteriormente referidas transições digital e energético-climática.			
R15	Recomenda-se que em sede de monitorização da programação sejam capitalizados os pontos positivos de no template do PR Centro se dedicar especial atenção à delimitação das ações do PR Centro relativamente às do PEPAC FEADER, FEAMPA, PRR e PT, dedicando à convergência/divergência de efeitos dos diferentes instrumentos um lugar de realce na monitorização do PR Centro, designadamente atendendo às intensidades dos “pontos quentes” de articulação entre eles que a AEA identificou.	C15, C16	Monitorização	AG do PR Centro
R16	Do ponto de vista da monitorização das condições de coerência externa do PR Centro, recomenda-se que seja atribuída especial importância à complementaridade de instrumentos visando a mitigação do declínio demográfico e a promoção da resiliência dos territórios, seguindo a abordagem que a ER Centro dedica a estas matérias, em parte retomadas na parte do diagnóstico do <i>template</i> analisado.	C17	Monitorização	AG do PR Centro
R17	A AEA recomenda que a CCDD Centro/AG do PR Centro possam intensificar a sua boa prática de alocar recursos de programação ao apoio à participação de entidades regionais em processos de cooperação inter-regional e transfronteiriça, independentemente dos apoios próprios desses programas; a articulação entre fundos do PR e a mobilização competitiva de fundos geridos diretamente por autoridades comunitárias deve ser encarada como uma adaptação crucial a eventuais períodos futuros com rarefação de recursos para apoio a PR.	C18	Operacionalização/implementação	CCDD Centro/AG do PR Centro
Sobre a Teoria da Programação como instrumento de gestão do PR Centro				
R18	Embora a AEA tenha concluído não existirem condições para uma plena aplicação da TdP (estática e dinâmica), recomenda-se mesmo assim que os quadros lógicos formulados pela equipa de avaliação por OP e PI (dimensão estática da TdP) possam ser utilizados como elemento de suporte e enquadramento do sistema de monitorização do PR Centro. Do mesmo modo, a título seletivo e limitado a transformações consideradas	C19, C20	Operacionalização/implementação/monitorização	AG do PR Centro

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
	estruturantes do êxito do Programa, recomenda-se que algumas dimensões de transformação da TdP (de realizações em resultados) possam ser objeto de aprofundamento por parte da equipa técnica de apoio à gestão do PR Centro.			
Em termos de dimensão e estrutura financeira do PR Centro				
R19	Já que a estrutura e dotação financeira do PR Centro parece estabilizada com a última alteração observada na alocação do FTJ, por isso sem viabilidade de alteração, a AEA recomenda que as diminuições observadas de recursos financeiros, sobretudo no OP1 (RSO 1.3) e no OP4 FSE +, sejam encaradas pela AG como um estímulo a uma maior seletividade dos apoios a prestar, com aposta em operações estruturantes suscetíveis de, por via dos seus efeitos, de mitigar o efeito massa de recursos.	C21	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro
R20	Recomenda-se que, no sentido de maximizar os efeitos da massa de recursos financeiros que atinge quase 20% da dotação total do Programa, a AG do PR Centro siga com especial atenção o modo como as diferentes abordagens territoriais integradas consagradas no OP5 adaptarão em termos de investimentos a apoiar as suas EIDT (no caso das ITI CIM) e outros referenciais estratégicos à tipologia de eixos e de domínios de intervenção contemplados no PR Centro.	C23	Operacionalização/implementação	AG do PR Centro/CIM
R21.	Já que também está estabilizada a escolha de modalidades de financiamento, em que a mobilização de instrumentos financeiros é bastante residual e por isso sem perspectivas viáveis da AEA poder gerar efeitos de alteração, recomenda-se que a aplicação, embora residual, das modalidades de instrumentos financeiros (RSO 1.3 e RSO 5.1) possa dar origem a efeitos de demonstração de boas práticas e assim conduzir à intensificação dessas modalidades no futuro.	C24	Operacionalização/implementação/ Próximos períodos de programação	AG do PR Centro/ Entidade coordenadora do PT 2030 e futuros períodos de programação
R22	Recomenda-se que, face à redução de verbas observada na assistência técnica do Centro 2030 face à do Centro 2020, equivalente a uma redução de 19,1% relativamente a 2020, que não está em linha com a subida de 1,3% na dotação total, a AG do PR Centro maximize a aprendizagem da experiência de gestão do período 2014-2020 no sentido de atingir a maior eficiência	C25	Gestão do Programa	AG do PR Centro

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
	possível dos recursos que conseguir mobilizar a tal diminuição de recursos. Recomenda-se também que sejam procuradas formas de cooperação com os serviços da CCDR Centro de modo a mitigar os efeitos da referida perda de recursos para a assistência técnica.			
Em termos de sistema de indicadores				
R23	Estabilizada que está também a lista de indicadores de realização e de resultado a construir, o mesmo podendo ser dito a respeito da opção de escolha realizada a partir dos indicadores comuns de FEDER e FSE+, as recomendações da AEA limitam-se a dois tipos: recomendação de afinamentos da interpretação de alguns indicadores sem alterar a escolha realizada de indicadores comuns; recomendações/propostas de novos indicadores não para alterar o <i>template</i> do Programa mas para melhorar as condições de monitorização do mesmo, cobrindo mais alargadamente o rol de instrumentos do PR e melhorando a resposta às prioridades da Estratégia Regional	C26, C27, C28, C29	Operacionalização/implementação/monitorização	AG do PR Centro
Em termos de monitorização e avaliação				
R25	Face à redução de recursos observada na assistência técnica do Programa, recomenda-se que a AG do PR Centro em articulação com os serviços da CCDR Centro mais diretamente ligados à recolha e sistematização de informação regionalizada, avalie em termos de recursos a mobilizar a viabilidade de montagem de dois processos de monitorização, de implementação e estratégica, convenientemente definidos neste RFP.	C30, C31	Monitorização	AG do PR Centro
R26	Na eventualidade da análise de recursos determinar a não criação de uma unidade de monitorização estratégica, recomenda-se que pelo menos seja estudada a possibilidade de monitorização de problemáticas estruturantes, como por exemplo a da resposta do Programa ao declínio demográfico da Região.	C31, C32	Monitorização	AG do PR Centro

7. BIBLIOGRAFIA

- Acordo de Parceria PT 2030 (2022). Governo da República
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão e Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 (2015). Plano Global de Avaliação Portugal 2020
- Avril Blamey e Mhairi Mackenzie (2007), **Theories of Change and Realistic Evaluation -Peas in a Pod or Apples and Oranges?** *Evaluation*. Vol 13(4): 439 – 45. Sage Publications
- Lorenza Campagnolo, Carlo Carraro, Fabio Eboli, Luca Farnia, Ramiro Parrado & Roberta Pierfederici (2017), The Ex-Ante Evaluation of Achieving Sustainable Development Goals, *Social Indicators Research*, volume 136, pages 73–116
- INTRAC (2017), Realist Evaluation: <https://www.intrac.org/wpcms/wp-content/uploads/2017/01/Realist-evaluation.pdf>; acedido em 18 de abril de 2020.
- CCDR Centro (2022). Barómetro Centro de Portugal, Abril: Coimbra - http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2613&Itemid=839 (acesso em 12.05.2022)
- CCDR Centro (2021a). Agenda de Economia Circular do Centro: <http://agendacircular.ccdrc.pt/> (acesso em 30.04.2022)
- CCDR Centro (2021b). Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro - Revisão para o período 2021-2027, Abril: Coimbra : <https://ris3.ccdrc.pt/> (acesso em 30.04.2022)
- CCDR Centro (2020a). Economia Social e Inovação Social na Região Centro em análise. Abril, Coimbra: CCDR Centro
- CCDR Centro (2020b). Estratégia Regional Centro 2030, Coimbra
- Comissão Europeia (2013), EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development
- Comissão Europeia (2015), Direção-Geral da Política Regional e Urbana, EVALSED Sourcebook: Method and Technics
- Comissão Europeia (2021), Orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» ao abrigo do Regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência, (2021/C 58/01)
- Dinâmia/CET (2018). Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas. Lisboa: AD&C
- Christine Hamza (2017). “ERDF Ex-post Evaluation of Urban Development and Social Infrastructure Interventions”. *European Structural Funds and Investment Journal*, nº 2
- Jan-Philipp Kramer e András Kaszap (2017). “Theory-based Impact Evaluation in Practice - Key Findings and Policy Learnings from the Ex-post Evaluation on Cohesion Policy Support to Large Enterprises”. *European Structural Funds and Investment Journal*, nº 2
- Pawson, R. (2006). *Evidence-based Policy: A Realist Perspective*. London: SAGE Publications.
- Pawson, R. (2013). *The Science of Evaluation: A Realist Manifesto*. London: SAGE Publications.
- Pawson, R., & Tilley, N. (1997). *Realistic Evaluation*. London: Sage.
- Laura Polverari (2017). “Smart Specialisation in 2014-2020 ESI Funds Programmes: Not Just a Narrative”. *European Structural Funds and Investment Journal*, nº 1
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, que estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021 -2027
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro, que aprova a Estratégia Portugal 2030
- Steve Rolfe (2019). Combining Theories of Change and Realist Evaluation in practice: Lessons from a research on evaluation study, *Evaluation*, volume 25, nº 3) pp. 294-316.
- Rod Sheaf; Natasha Doran e Michael Harris (2021). Categories of context in realist evaluation, *Evaluation*, Vol. 27(2) 184–209
- Elliott Stern e outros (2012). BROADENING THE RANGE OF DESIGNS AND METHODS FOR IMPACT EVALUATIONS. Report of a study commissioned by the Department for International Development. DFID Working paper nº 38
- TECHNOPOLIS GROUP (2017). Portugal: Assessment of the RIS3 implementation Contract, No.2016CE160AT076 - Directorate General for Regional and Urban Policy - Unit G.3 Portugal, Julho

8. ANEXOS

Para apoiar o trabalho desenvolvido, a equipa de avaliação sintetizou a Estratégia Regional Centro 2030 numa formulação abaixo reproduzida.

8.1. Leitura da Estratégia Regional Centro 2030

VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO CENTRO 2030

CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS DA REGIÃO	PRINCIPAIS DESAFIOS
DECLÍNEO DEMOGRÁFICO Diáspora qualificada Envelhecimento Imigração	TRANSFORMAR AS DINÂMICAS DE I&D Superar o gap entre potencial de inovação e níveis de competitividade
INSUFICIÊNCIAS QUE PENALIZAM O DESEMPENHO DA INOVAÇÃO NA REGIÃO Condições organizacionais e estratégias organizacionais problemas na transferência de conhecimento para as empresas e para o setor público Capacidade de absorção do conhecimento pelas PME Problemas de internacionalização das empresas da região Atomização dos centros de inovação Necessidades de territorialização da política científica/ problemas do ecossistema científico	REDUZIR OS NÍVEIS DE VULNERABILIDADE DOS TERRITÓRIOS DO INTERIOR E RECUPERAR A SUA IMAGEM E RESILIÊNCIA Aumentar atração junto de iniciativas, jovens e investimentos Promover alterações de perceção sobre estes territórios sistemas económicos locais Cadeias de valor agroflorestais PROMOVER A RESILIÊNCIA E A ATRAÇÃO DE PESSOAS E INVESTIMENTOS COM MUDANÇAS ESTRUTURAIS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DE MODO A INTEGRAR A SITUAÇÃO DE STRESS HÍDRICO
GOVERNAÇÃO MULTINÍVEL INCONGRUENTE Problemas e debilidades na cooperação horizontal Coordenação na cooperação vertical – a governação nacional não valoriza a governação multinível Um tecido institucional muito heterogéneo Necessidade de capacitação das CIM e aposta nas relações entre CIM e outros agentes As EEF são um desafio para a governação multinível	APROFUNDAR E INTENSIFICAR AS DINÂMICAS DE INOVAÇÃO DE FORMA A EQUILIBRAR O TERRITÓRIO Inovação em meio rural Inovação no turismo, produto Valorização das áreas protegidas Inovação na agricultura COBERTURAS SOCIAIS PARA NOVOS PROBLEMAS SUSCITADOS PELO DECLÍNIO DEMOGRÁFICO E AS AMEAÇAS DA DIGITALIZAÇÃO E DA GLOBALIZAÇÃO Resolução de problemas Inovação nas respostas Resposta aos impactos da digitalização
DÉFICE DE QUALIFICAÇÕES Agravado pelo declínio demográfico Questões associadas com população migrante / atração de alunos pelas EES (IP's) Estratégias a superar	TRANSFORMAR O CONHECIMENTO E CAPACIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR
CARÊNCIAS DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS AVANÇADOS DE SUPORTE À INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE Virtualidades do sistema urbano policêntrico / relação com as AM – AMP e AML Constrangimentos ao nível das infraestruturas ferroviárias, aeroportuárias, portuárias Debilidade dos serviços avançados	QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS Como articular com dinâmicas de inovação e de reforço da competitividade <i>skill bias</i> vs profissões rotineáveis resolver iliteracias INCREMENTAR A VARIEDADE RELACIONADA E A PROGRESSÃO NA CADEIA DE VALOR INDUZIDAS PELA RIS3 CENTRO Transformação económica <i>place-based</i> envolvimento de territórios de baixa densidade
	ORGANIZAR A REDE TERRITORIAL REGIONAL DE SUPORTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL (SIG) Relações PNPOT – EIDT's CIM

VISÃO: 5 DESÍGNIOS	Uma região que procura reforçar a competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusivo		Uma região que pretende trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e sem “energia demográfica”		Uma região que ambiciona liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável		Uma região que procura aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial de equilíbrio entre territórios diferenciados		Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e de competências que a sua transformação estrutural exige							
	*alargar as dinâmicas de inovação no território *criação de novos focos de inovação em territórios menos densos e empreendedores, através da transferência de conhecimento para atração e investimentos e de jovens mais qualificados e da valorização das artes, cultura e criatividade * através das cidades mais internacionalizadas		*valorizar criatividade de organização dos territórios * valorizar capacidade de iniciativa local * promover condições de atração de população (i)migrante		*inovação e transição para a descarbonização da economia *integração da emergência climática nos sistemas produtivos e na organização territorial		*combinar de forma virtuosa territórios competitivos e inteligentes e territórios deprimidos		*qualificação inicial de jovens *formação avançada de profissionais *formação contínua de ativos *atração de população qualificada							
8 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de INOVAÇÃO		Promover a melhoria das condições de CONETIVIDADE DIGITAL e de MOBILIDADE em geral		Valorizar e densificar o SISTEMA URBANO regional		Combater a FRAGILIDADES E VULNERABILIDADES de diferentes tipos de TERRITÓRIOS da região		Adaptar proactivamente a região à EMERGÊNCIA CLIMÁTICA e á DESCARBONIZAÇÃO		Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos PROBLEMAS SOCIAIS		Promover e reforçar a melhoria de QUALIFICAÇÕES dos ativos e de população em geral		Promover as melhores condições para a INTERNACIONALIZAÇÃO e cooperação internacional	

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de INOVAÇÃO	<p> Acelerar processos de transformação das dinâmicas de I&D e inovação em melhorias efetivas de produtividade de trabalho e competitividade empresarial Alargar incidência territorial dos focos de inovação e de transferência de conhecimento e tecnologia Fornecer condições de reindustrialização </p>	<p>Dimensões essenciais de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> -seletividade nas apostas de alocação de recursos em matéria de capacidades regionais de produção de conhecimento e tecnologia (processos de variedade relacionada e análise de mérito de projetos de investimento mais fundamentada) -áreas tecnológicas mais transversais com maior potencial de aplicações -valorizar relações entre ENEI e EREI com domínios de investigação considerados prioridades nacionais e regionais -mecanismos de extensão de dinâmicas virtuosas geradas pela implementação da RIS3 aos territórios de mais baixa densidade, apostando na valorização e aprofundamento da cadeia de valor de produtos endógenos - reforçar e robustecer instituições com capacidade de transferência e disseminação de conhecimento nesses territórios - afinar modelo de governação da RIS3 - melhorar articulação da RIS3 com Espaços de Descoberta Empreendedora
		<p>Implicações geradas pelo efeito da pandemia:</p> <p>Sem implicações significativas, mas justificando reequacionamento face às dimensões da crise</p> <ul style="list-style-type: none"> - efeito nas prioridades da investigação científica e tecnológica ditadas pelo surto pandémico e pela necessidade de capacitação de sistemas públicos de resposta à pandemia - desempenho das empresas em matéria de inovação, modernização, qualificação e internacionalização condicionado pelo contexto recessivo, aumentando probabilidade de diferimentos na sua ação minimizados por apoios à recuperação económica - ambiente de incerteza no estado da arte das cadeias de valor global com impactos na internacionalização das empresas e novos mixes de oportunidades e ameaças -turismo enquanto setor fortemente impactado pela pandemia fortemente impelido para projetos de inovação - aceleração ao nível dos desafios organizacionais de flexibilização das empresas baseados na digitalização - evolução do trabalho à distância acelerada pela pandemia com impactos não apenas nas empresas, mas nas condições de mobilidade e na criação e novas oportunidades para os territórios da baixa densidade

		- intensificação da reconversão dos modelos de negócio e modelos organizacionais provocada pelos desafios da transformação digital e da Economia 4.0 e efeito de alavanca de novos modelos da economia circular e/ou economia verde
Promover a melhoria das condições de CONETIVIDADE DIGITAL e de MOBILIDADE em geral	<p>Melhoria do posicionamento geoestratégico da região através de melhorias das infraestruturas e das ligações com exterior (transportes e sistemas de infraestruturas): condições favoráveis à internacionalização (bens e serviços transacionáveis) e competitividade</p> <p>Superação dos défices de mobilidade</p> <p>Posicionamento da região face aos aeroportos de Porto e Lisboa</p>	<p>Dimensões essenciais de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> -cobertura territorial da rede de telecomunicações - formação de competências para a transformação digital / reorganização de centros de formação e outras entidades com intervenção na formação de competências digitais -promover zonas industriais inteligentes - promover novos modelos de negócio com base no digital e digitalização de processos produtivos -centros de disseminação e de concentração ed competências digitais para territórios de baixa densidade -capacitação digital de autoridades intermunicipais de transportes (organizar e institucionalizar a rede de cooperação de Autoridades regionais e municipais de transporte - redes de infraestruturas de transporte competitivas
		<p>Implicações geradas pelo efeito da pandemia:</p> <p>A elevada capacidade de reatividade às exigências de confinamento provocadas pela pandemia, inclusive nas condições de coabitação da vida familiar com o teletrabalho, nas exigências organizacionais nas empresas decorrentes dos processos prolongados de trabalho à distância ou nas respostas da logística às novas situações do confinamento, colocaram uma pressão elevadíssima nos serviços e sistemas de telecomunicações, penalizando os territórios menos dotados ao nível da conectividade digital.</p> <p>As insuficiências e lacunas nesta matéria tornaram-se mais evidentes e exigem um forte investimento na valorização da conectividade digital:</p> <ul style="list-style-type: none"> - insuficiência de competências digitais, - má qualidade dos sistemas e serviço de telecomunicações e de internet em determinados territórios, - agravamento de desigualdades económicas e sociais gerado pelas soluções à distância

<p>Valorizar e densificar o SISTEMA URBANO regional</p>	<p>Cidades do sistema urbano policêntrico do Centro com elevado potencial de competitividade, internacionalização e sustentabilidade</p> <p>Cidades nos territórios de baixa densidade - organização de recursos em contexto de forte declínio demográfico e potencial para organizar atracção de jovens qualificados</p> <p>Relação sistema urbano com rede de SIG</p>	<p>Dimensões essenciais de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - programas de internacionalização e competitividade para cidades do sistema urbano - promoção projetos cidades inteligentes/ novo ciclo de experiências “smat cities” - projetos urbanos baseados nas comunidades de energia - planos estratégicos exemplares de cidades circulares (com eixo 5) - projetos exemplares de reabilitação de património histórico e habitacional -promover projetos boas práticas de cooperação e qualificação cultural e animação urbana - rede regional de estruturas culturais marcantes/ consagração da cultura como recurso de desenvolvimento dos territórios -internacionalização de cidades e EES - estratégias urbana focadas na dinamização de territórios de baixa densidade e racionalização da localização de SIG
		<p>Implicações geradas pelo efeito da pandemia:</p> <p>O sistema urbano da Região do Centro não apresenta os riscos e as penalizações que as grandes concentrações metropolitanas tendem a poder apresentar face a situações de crise pandémica e os efeitos agravados de contágio em concentrações populacionais mais densas.</p> <p>A sua estrutura policêntrica tende a favorecer uma organização dos Serviços de interesse Geral (SIG) mais próxima das populações, designadamente nos setores da saúde, do apoio à doença, da proteção social aos idosos e das estruturas de proteção civil.</p> <p>O planeamento e organização destes sistemas (especialmente saúde, proteção social e proteção civil) devem ser reequacionados com base nos ensinamentos retirados deste processo pandémico, numa lógica de valorização do sistema urbano regional, adequando a situações idênticas que se venham a verificar.</p>

<p>Combater a FRAGILIDADES E VULNERABILIDADES de diferentes tipos de TERRITÓRIOS da região</p>	<p>É essencial erradicar a incidência de um conjunto diverso de fragilidades e vulnerabilidades do território para promover sustentadamente a competitividade e coesão regionais (territórios de baixa densidade, territórios vulneráveis limítrofes aos espaços de competitividades e inovação, litoral, etc)</p> <p>Acesso universal a bens e serviços essenciais de qualidade e a preços acessíveis a todos os cidadãos</p> <p>Capacitar os serviços para abordagens mais integradas e inovadoras</p> <p>Clarificação dos vários níveis de governação envolvidos e capacitação de todos os atores/ sistema de governança multinível e multiescala</p> <p>Cruzamento com as estratégias sub-regionais ao nível das NUT III /CIM</p>	<p>Dimensões essenciais de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - estratégias das sub-regiões e articulação com os GAL-ADL - novos modelos institucionais de prestação de serviços - novas soluções de provisão de SIG baseadas na tecnologia digital - resiliência da população nos territórios com maior risco de incêndios florestais - emprego jovem no tecido institucional com necessidades de capacitação - valorização económica de recurso endógenos baseados no fortalecimento dos tecidos empresariais - estratégias locais de atração de jovens qualificados - concentração de serviços de suporte à atividade económica na baixa densidade - programa de espaços de incubação na baixa densidade - modelos de negócio digitais para os recursos endógenos - apoio ao microempreendedorismo (CIM com as GAL-ADL) - políticas de atração e integração de imigrantes no mercado de trabalho / territorialização de políticas de imigração - programa de envelhecimento ativo e saudável <p>Implicações geradas pelo efeito da pandemia:</p> <p>Ainda sem uma avaliação aprofundada dos efeitos da crise pandémica e da crise económico a social que lhe está associada (com especial incidência no setor do turismo) nos diferentes territórios da região, é evidente a necessidade de equacionar as vulnerabilidade e fragilidades dos diferentes tipos de território face aos riscos associados a situações futuras similares. Entre os domínios em que a atenção deve ser redobrada no caso dos territórios mais vulneráveis e frágeis contam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a segurança sanitária associada aos serviços turísticos, especialmente nos segmentos do turismo de natureza, - a cobertura digital e a qualidade dos serviços de internet - a qualidade em geral dos sistemas dos Serviços de Interesse Geral (SIG) - a valorização do sentido de pertença da população dos diferentes territórios enquanto fator favorável à coesão territorial
---	---	--

<p>Adaptar proactivamente a região à EMERGÊNCIA CLIMÁTICA e á DESCARBONIZAÇÃO</p>	<p>Articulação com domínios estratégicos: política climática e de transição energética, adaptação e valorização do território, mobilidade sustentada, economia circular, gestão de resíduos, eficiência energética das cidades e ciclo urbano da água</p> <p>Estratégia ambiental diferenciadora de largo espectro: profunda revisão do ordenamento agrícola e florestal / os novos instrumentos de ordenamento e gestão da paisagem</p> <p>Iniciativas num novo paradigma energético / ligações com RIS3 do centro</p> <p>Territorialização da política do recurso água</p>	<p>Dimensões essenciais de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - planos para a mitigação e combate às alterações climáticas - execução da agenda regional para a economia circular / disseminar práticas na baixa densidade - organizar "comunidades de energia" a nível urbano - projetos e boas práticas de inovação nos sistemas de produção agrícola / modernização e digitalização agrícola - promover práticas de serviços de ecossistema e biodiversidade - programas de redução do metabolismo económico urbano - melhoria das condições de uso racional da água- incremento da mobilidade sustentável - programas de intervenção na orla costeira - ações de valorização de recursos hídricos - liderança na valorização da floresta como ativo específico regional de fins múltiplos / Centro Tecnológico para a Valorização dos recursos florestais <p>Implicações geradas pelo efeito da pandemia:</p> <p>Apesar dos efeitos de sentido contrário que a pandemia pode ter gerado em matéria de posicionamento face à emergência climática e à questão ambiental (a perceção de que o impacto do confinamento na redução do tráfego intenso e das deslocações se iria prolongar; o argumento da crise económica para contrair as medidas de controlo e proteção ambiental), é fundamental reconhecer as novas oportunidades de abordagem que a pandemia pode ter gerado favorecendo projetos e ações inovadoras do tipo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reorganização do trabalho à distância com impacto na intensidade das deslocações casa-trabalho, - intensificação dos modos de mobilidade suave (substituindo a utilização dos serviços públicos de transporte mais massificados), - reorganização e reformulação de espaços públicos de proximidade, especialmente dentro dos grandes aglomerações urbanas, favorecendo o acesso e condições de fruição generalizadas, - revisão de estratégias de habitação, com impacto na eficiência energética e hídrica e na construção e tipologias mais ajustadas ao trabalho à distância.
--	--	--

<p>Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos PROBLEMAS SOCIAIS</p>	<p>Efeitos positivos no emprego, na economia, nas qualificações e no desenvolvimento humano Qualidade de vida dos cidadãos baseada na provisão de SIG de apoio social, emprego, educação e saúde Resposta aos princípios e direitos estabelecidos no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais Melhorar a territorialização das políticas sociais (não sucedeu nos instrumentos nos anteriores períodos de programação) / modelo territorial suficientemente flexível e mais adaptado à recente transferências de competências para os níveis municipal e intermunicipal</p>	<p>Dimensões essenciais de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conceção de referenciais regionais e sub-regionais de identificação de tipologias de exclusão social e de desigualdade e de abordagens integradas na resposta a estes fenómenos – estratégias multissetoriais mobilizadoras de políticas - assegura capacidade técnica e organizativa dos municípios e das organizações da economia social - novo ciclo de apoio a projetos de empreendedorismo social numa ótica de inovação social - projetos geradores e disseminadores de boas práticas em resposta aos problemas do envelhecimento e isolamento residencial - projetos geradores e disseminadores de boas práticas na articulação entre atividades culturais, desportivas e educativas de combate à exclusão social - oferta de serviços de saúde de proximidade, com qualidade e integração social - projetos boas práticas de valorização de recursos de investigação e intervenção na saúde preventiva e promoção de estilos de vida saudáveis - estratégias sub-regionais de mapeamento de carências em tipologia de equipamentos e serviços <p>Implicações geradas pelo efeito da pandemia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os impactos da pandemia na população idosa, e particularmente neste segmento etário da população em situações de isolamento e institucionalizada, vieram colocar novas exigências em termos das respostas do sistema de proteção social em matéria de reequipamento, de reorganização social e técnica e de robustecimento de competências. - ao nível das Estratégias Locais de Habitação impõe-se repensar algumas das soluções de combate às situações de coabitação descontrolada. - em matéria de integração de comunidades migrantes, é fundamental encontrar respostas para uma maior segurança no acolhimento e integração, incluindo no campo habitacional, em especial em territórios de dinâmica demográfica negativa, - o impacto da expansão/ explosão de modelos de trabalho a distância pode ser aproveitado no sentido da favorecer a conciliação entre vida profissional e vida familiar, contribuindo para a igualdade de oportunidades e de género.
---	---	--

<p>Promover e reforçar a melhoria de QUALIFICAÇÕES dos ativos e de população em geral</p>	<p>Necessidade de aumentar a territorialização das políticas de educação e de formação (défice nos períodos anteriores) Esforço adicional na capacitação das regiões, em linha de conta com o reforço de competências das autoridades municipais e intermunicipais Resposta às necessidades de novo impulso de qualificação dos ativos que a região necessita para melhoria estrutural a nível da economia</p>	<p>Dimensões essenciais de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - processo de identificação de competências digitais a suprir - quadro prospetivo de necessidades de competências intermédias, superiores e avançadas induzidas pelas propostas da RIS3 - novo ciclo de PIICIE - abordagens focadas na redução de jovens NEET - conceção e formatação de programas de formação de ativos empregados com base em evoluções tecnológicas - programas de formação e jovens para a indústria, incluindo reforço de CET e TeSP - programas formativos de apoio à reconversão de trabalhadores para novas áreas de trabalho - dinamização de educação e formação de adultos - capacitação de quadros técnicos municipais face às novas competências em matéria de educação - projetos geradores e disseminadores de boas práticas em matéria da articulação entre a formação de técnicos intermédios e os domínios prioritários da RIS3 - apoio centros de excelência de formação avançada articulada com prioridades de especialização inteligente - projetos de valorização e implementação de pactos urbano-rurais focados na cooperação de recursos entre os territórios <p>Implicações geradas pelo efeito da pandemia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - acentuou-se a importância do reforço das competências digitais enquanto fator de capacitação e de flexibilização a sociedade face aos novos desafios, incluindo aqueles que se acentuaram com a crise pandémica: competências para o trabalho à distância; competências ao nível das práticas pedagógicas dos professores de forma a reagirem às necessidades de combinarem formação presencial com formação à distância; competência para novos modelos de logística de proximidade; competências para exploração nas empresas de novos modelos de negócio; competências ao nível dos profissionais de saúde para o incremento da medicina à distância, - novas competências exigidas pela pandemia aos profissionais de saúde e de proteção social, - competências nas empresas mais adequadas para enfrentar o contexto de incerteza e ambientes mais contingenciais.
--	--	--

<p>Promover as melhores condições para a INTERNACIONALIZAÇÃO e cooperação internacional</p>	<p>Mobilização de instrumentos de cooperação internacional a nível comunitário, seja cooperação transfronteiriça seja em redes de cooperação no quadro europeu</p> <p>A cooperação como instrumentos importante de internacionalização da região: binómio cooperação-internacionalização fundamental a diversos níveis: afirmação regional e melhores condições de inserção das cadeias de valor internacionais; acesso ao que melhor se concretiza na EU em termos empresariais, organizativos e institucionais; caminho para a trair para a região recursos avançados; melhor integração com agendas europeias, projeta empreendedores regionais em mercados europeus</p> <p>A CCDRC tem mantido uma ativa posição em fóruns internacionais europeus</p> <p>Também importante a inserção dos EES nas redes</p>	<p>Dimensões essenciais de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - alargar campo da variedade relacionada e da transferência de tecnologia na RIS3, com práticas colaborativas em parcerias internacionais - participação de projetos empreendedorismo de base tecnológica em mecanismos de financiamento internacional -melhorar condições de acesso da governação municipal e intermunicipal a bos práticas internacionais - capacitação de agentes institucionais e empresariais para programas de financiamento comunitário - capacitação do sistema de ensino superior e investigação para maior escala na participação de projetos europeus -criar condições de excelência na investigação promovendo condições de cooperação de recursos como instrumentos de ganho de massa crítica -promover maior notoriedade das agendas comunitárias e dos desafios sociais da região - alavancar projetos de alcance multiplicador gerados em programas de cooperação transfronteiriços -apoiar circulação internacional de agentes regionais focados na captação e transferência de conhecimento -apoiar participação de agentes regionais em projetos piloto europeus que disseminem boas práticas de inovação e governação - promover programas de cooperação conjunta entre Centro de Portugal e Castilla y León, Euroregião EUROACE – Alentejo, Centro, Extremadura e definir nova estratégia de participação da região no Espaço Atlântico <p>Implicações geradas pelo efeito da pandemia:</p> <p>Exigências que se colocam à governação regional suscitadas pela crise pandémica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumento da fluidez e de cooperação de recursos na governação multinível para fazer face de forma rápida aos problemas sanitários, económicos e sociais decorrentes de crises de saúde pública - reforço da posição regional nos sistemas de investigação e inovação, nacional e europeu, cruciais para dar resposta a nível europeu às crises de saúde pública de natureza pandémica, <p>Cooperação com outras regiões a nível europeu detentoras de boas práticas de governação no combate e controlo pandémico e na organização de serviços públicos para a resiliência territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> - cooperação com territórios que apostem em novos modelos de destino turístico, - estudar a viabilidade de criação da figura de Agentes de Promoção Económica, com ação contratualizada ao nível de resultados
--	--	---

Articulação com as Agendas Estratégicas Europeias e nacionais

8 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS								
AGENDAS EUROPEIAS	Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de INOVAÇÃO	Promover a melhoria das condições de CONETIVIDADE DIGITAL e de MOBILIDADE em geral	Valorizar e densificar o SISTEMA URBANO regional	Combater a FRAGILIDADES E VULNERABILIDADES de diferentes tipos de TERRITÓRIOS da região	Adaptar proactivamente a região à EMERGÊNCIA CLIMÁTICA e à DESCARBONIZAÇÃO	Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos PROBLEMAS SOCIAIS	Promover e reforçar a melhoria de QUALIFICAÇÕES dos ativos e de população em geral	Promover as melhores condições para a INTERNACIONALIZAÇÃO e cooperação internacional
Uma Europa mais inteligente								
Uma Europa mais verde e hipocarbónica								
Uma europa mais conectada								
Uma Europa mais social								
Uma Europa mais próxima dos cidadãos								
As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade								
Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento								
Transição climática e sustentabilidade dos Recursos								
Um país competitivo externamente e coeso internamente								

8.2. Formulação dinâmica da Teoria da Programação (TdP)

8.2.1. TdP do OP1

Retoma-se a observação atrás realizada de que o OP1 do PR Centro assenta numa equivalência clara entre os impulsos da programação que as medidas de política dos Objetivos específicos 1 e 2 representam e as prioridades estratégicas 1 e 2 da Estratégia Regional, estas por sua vez bem articuladas com o desígnio da Visão Centro 2030 – “Uma região que procura reforçar a competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusivo”. Esta equivalência facilita a exposição dinâmica da TdP.

Regista-se, entretanto, que a Estratégia Regional Centro 2030 inscreve as dinâmicas de inovação não só numa lógica empresarial e de competitividade, mas também de diversificação territorial, com referência explícita a objetivos de alargamento da base territorial de competitividade. É uma orientação que vem desde a formulação inicial da RIS 3 Centro, que foi mantida na sua revisão e que constitui uma especificidade da programação dos FEEI na Região. Mantém-se, assim, a preocupação de inscrever as dinâmicas de inovação não apenas numa lógica de concentração de recursos e de aproveitamento de rendimentos crescentes, mas também segundo uma lógica de fortalecimento de energias e de forças de inovação nos territórios menos desenvolvidos da Região, tirando partido nomeadamente da distribuição territorial de universidades, politécnicos, centros de investigação e infraestruturas de base científica e tecnológica pelo território da região Centro.

A transformação de atividades em realizações

Por questões de simplificação de formulação, as atividades da sequência causal de efeitos que a programação visa alcançar tendem a coincidir com as medidas de políticas anunciadas para os objetivos específicos abrangidos por cada OP. Aliás, na versão de PR analisada, a alocação financeira de recursos está circunscrita aos objetivos específicos (3 para o OE1.1, 1 para o 1.4, 1 para o 1.5) e não é possível trabalhar sobre a dimensão financeira da multiplicidade de medidas de política abrangidas por cada Objetivo Específico. Claro, que verdadeiramente, as atividades não se circunscrevem às medidas de política mobilizadas para a programação. Existe todo um aparato de procedimentos de gestão e administrativos, tais como política de avisos, comunicação e indução de procura, grelhas de análise de mérito, condições de elegibilidade e de seleção que podem fazer a diferença em matéria de realizações. Por se tratar de uma AEA e não de implementação ou de operacionalização, essas dimensões não integram esta primeira versão dinâmica da TdP, embora a equipa se reserve a possibilidade de formular propostas nessa matéria sempre que tal opção corresponda a uma boa prática para atingir resultados e facilitar impactos desejados.

Tabela 18 - Mecanismos de transformação de atividades em realizações (A – RLz)

Código	Mecanismos	Observações
MRz1	Atração e envolvimento de instituições de investigação com maior potencial de conhecimento transferível para o tecido empresarial	Uma questão de seletividade que os trabalhos de elaboração da RIS 3 terão permitido avaliar, identificando os promotores passíveis de apoio
MRz2	Formação de novas parcerias colaborativas envolvendo designadamente instituições e empresas localizadas em	Prática que a programação pode induzir

Código	Mecanismos	Observações
	territórios com potencial diferenciado de recursos diferenciados	
MRz3	A continuidade das orientações da programação permite que novas empresas com atividades de I&DT possam ser apoiadas	A formação de núcleos intra-empresa de I&D e o recrutamento de RH qualificados é vital
MRz4	O apoio a infraestruturas de base tecnológica com maior potencial de procura empresarial de serviços de conhecimento e inovação intensifica a procura empresarial	Os trabalhos de elaboração da RIS 3 terão permitido avaliar, identificando os promotores passíveis de apoio
MRz5	Os serviços da administração local com projetos de digitalização apoiados intervêm em domínios que correspondem a custos de contexto empresarial	Mecanismo essencial para que os efeitos sobre a competitividade empresarial sejam mais salientes
MRz6	A procura de investimento inovação e internacionalização por parte das empresas da região reage aos incentivos da programação	Com o pressuposto de que o incentivo facilita o aproveitamento de oportunidades de investimento já identificadas
MRz7	Os apoios proporcionados atraem investidores com projetos em territórios de baixa densidade	Com o pressuposto de que esses territórios definiram oportunidades de valorização económica de recursos endógenos
MRz8	Formação de capacidade institucional e de liderança de ações coletivas com externalidades positivas para um número significativo de micro e de PME	Uma questão de seletividade ou de associação de instrumentos de capacitação nos apoios concedidos
MRz9	Formação ou existência prévia de capacidade institucional de promoção de infraestruturas de acolhimento, incubação e oferta de serviços não tecnológicos às empresas	Uma questão de seletividade ou de associação de instrumentos de capacitação nos apoios concedidos
MRz10	A emergência de oportunidades de investimento em torno de dimensões de variedade relacionada da RIS 3 Centro cria condições para a formação de processos de descoberta empreendedora	O caráter concreto das oportunidades de investimento e negócio é vital para a participação de empresas e investidores neste processo
MRz11	Os apoios às infraestruturas de banda larga criam condições e oportunidades para oferta de novos serviços digitais	Criação de oportunidades de negócio
MRz12	As empresas apoiadas em matéria de I&DT e de investimentos em inovação produtiva e internacionalização encontram os recursos humanos qualificados, superiores e intermédios, de que necessitam	A influência possível da programação nesta confluência não é ainda clara

A transformação de realizações em resultados

Pressupondo que a procura aos diferentes instrumentos do PR se concretiza, esta dimensão da transformação passa por conseguir que a procura formada atinja com as suas operações de investimento os resultados pretendidos.

Tabela 19 - Mecanismos de transformação de realizações em resultados (RLz – RSt)

Código	Mecanismos	Observações
MRs1	A intensificação das práticas colaborativas apoiada pelo PR aumenta o I&DT empresarial por duas vias: cria novas empresas com atividades de I&D e empresas já com atividades desse tipo aumentam a intensidade do esforço tecnológico com novos projetos	Um mecanismo que está claramente ao alcance da programação assegurar
MRs2	Os serviços públicos às empresas aumentam por via da digitalização a cobertura, celeridade e qualidade de resposta	Trata-se de uma dimensão que os avisos para a apresentação de candidaturas podem eleger como objetivo principal
MRs3	A capacitação para o registo de patentes de infraestruturas de base tecnológicas e outras estruturas de investigação faz parte das ações de apoio a este tipo de entidades	A programação favorece a especialização e profissionalização de serviços nas instituições apoiadas

Código	Mecanismos	Observações
MRs4	Formação de externalidades positivas nas Ações Coletivas apoiadas alcançando uma massa significativa de PME	Trata-se de uma dimensão que as condições de elegibilidade e de seleção de propostas para apoios a Ações Coletivas podem proporcionar
MRs5	A massa crítica de empresas apoiadas e as condições de seletividade de apoios à inovação produtiva, qualificação, digitalização e internacionalização das empresas permite aumentar o peso de PME que declara, desenvolver inovações produto ou processo	Uma combinação de níveis de procura e de qualidade de operações aprovadas
MRs6	O apoio à oferta de novos serviços digitais induz processos de inovação produto, com introdução de novos modelos de negócio digitais	A concretização deste mecanismo está dependente do peso relativo de habitações e de empresas como assinantes das novas redes de alta capacidade
MRs7	A qualidade de funcionamento dos PDE apoiados e a natureza das oportunidades de investimento aí formadas tende a determinar o grau de concretização de oportunidades de investimento dos PDE	Essencialmente questões de dinâmica colaborativa e de diversidade complementar de interesses criados
MRs8	Emergência de estratégias empresariais de investimento suscetíveis de integrar atividades de I&D, inovação, internacionalização e procura de recursos humanos qualificados em processos coerentes de candidatura ao PR	Trata-se de um mecanismo para o qual a programação tem experimentado dificuldades de favorecimento, já que tradicionalmente as candidaturas integradas com diferentes dimensões não têm sido contempladas na engenharia dos PR

A transformação de resultados em impactos

Esta transformação diverge substancialmente das duas anteriores, já que ao contrário das duas últimas, em que a capacidade de intervenção do PR é manifesta e autónoma, esta sequência implica que a produção de impactos dependa de outros fatores que não estão necessariamente ao alcance da intervenção do PR. Compreensivelmente, a natureza dos mecanismos também se altera.

Tabela 20 - Mecanismos de transformação de resultados em impactos (RSt - I)

Código	Mecanismos	Observações
MI1	Complementaridade de efeitos entre apoios PR Centro e PO COMPETE	A articulação RIS 3 Centro e ENEI deve ser considerada como o principal fator de geração de complementaridade de efeitos
MI2	Criação de efeitos de sinergia entre I&D empresarial, inovação/internacionalização, recursos humanos qualificados e organização/gestão como passaporte para o aumento da produtividade aparente do trabalho	É um mecanismo para o qual a engenharia da programação tem pouco contribuído, exigindo espaços institucionais complementares de intermediação que no caso da região Centro encontram nos clusters setoriais instalados o seu principal campo de concretização
MI3	A capacitação já existente nas instituições estruturantes do SRI Centro tende por via de dinâmicas dos rendimentos crescentes a incrementar a intensidade colaborativa no interior do SRI Centro	Quanto mais institucionalmente capacitado se revelar o SRI maior propensão haverá à intensificação colaborativa
MI4	As instituições com oferta de formação superior e avançada e de oferta de formação contínua apreendem no âmbito da RIS 3 Centro oportunidades de reforço e diversificação de oferta	As limitações colocadas ao apoio de formação avançada poderão limitar a observação deste mecanismo
MI5	A atração à região Centro de investimento direto estrangeiro tecnológico e estruturante e de investigadores e recursos humanos qualificados	A internacionalização e participação em redes internacionais de I&D das instituições estruturantes do SRI Centro

Código	Mecanismos	Observações
	tenderá a alargar o “efeito pedra no lago” dos impulsos do PR	podem favorecer a observação deste mecanismo
MI6	O aumento da intensidade em conhecimento na valorização económica de recursos endógenos tende a gerar novas oportunidades de investimento nos territórios com mais baixa concentração empresarial	O papel da RIS 3 Centro é central na observação deste mecanismo
MI7	As instituições de investigação e desenvolvimento tecnológico instaladas e com influência nos territórios de baixa densidade conseguem integrar parcerias com instituições localizadas nas três NUTS III mais dinâmicas da Região (Aveiro, Coimbra e Leiria) e/ou desenvolver espaços próprios de internacionalização	A seletividade da programação e a dinâmica de implementação da RIS 3 Centro podem favorecer a observação deste mecanismo
MI8	A transformação digital apoiada por via da sua influência na redução dos custos de contexto empresarial tenderá a aumentar a produtividade total dos fatores da economia da Região	Mecanismo com observação dependente do grau de influência que a transformação digital tiver nas empresas da Região

Fatores críticos/riscos da transformação desejada

A tabela seguinte identifica os principais fatores críticos que no entender da EA podem comprometer a sequência causal de efeitos contemplada na TdP para o OP1 do PR Centro.

Tabela 21 – Fatores críticos das transformações esperadas no OP1

Código	Fatores Críticos	Observações
A- RLz		
FLz1	O prolongamento dos efeitos recessivos pandémicos e de disrupção da guerra podem inibir o investimento empresarial e a procura de apoios	Um efeito conjuntural observado em programações anteriores
FLz2	Inércia das instituições de investigação científica pouco propensas à valorização económica do conhecimento e à sua transferência	Algo que pode ser contrariado pela seletividade dos apoios à investigação científica e tecnológica
FLz3	Baixa capacidade de absorção de conhecimento-inovação nas PME determinada por insuficiências organizacionais e de recursos humanos	Dimensão que pode ser pelo menos parcialmente colmatada pela própria programação
FLz4	Atomização de infraestruturas não tecnológicas de apoio às empresas	Um problema que a seletividade dos apoios pode contrariar
FLz5	Descontinuidade entre apoio aos investimentos na digitalização e negócio digital (infraestrutura versus serviço)	Dimensão crítica que a programação pode mitigar
RLz - RSt		
FRs1	Maturação longa até ao mercado do desenvolvimento tecnológico apoiado não necessariamente apoiada	Risco fortemente testemunhado por <i>stakeholders</i>
FRs2	Situação conjuntural recessiva pode comprometer a execução de projetos e a concretização de resultados esperados	Um risco típico de alteração de contexto
FRs3	Pressão para a utilização dos sistemas de incentivos como instrumento de reanimação económico e redução da seletividade	Observado em períodos de programação anteriores
FRs4	As instituições mais internacionalizadas do SRI Centro tendem a enfraquecer a dinâmica colaborativa a nível regional	Um risco do sucesso na internacionalização
FRs5	RIS 3 Centro deficientemente orientada para atividades transformativas	Uma questão crítica dos processos de revisão das RIS 3 em Portugal
RSt - Impactos		
FI1	“Efeito pedra no lago” insuficiente e ausência de efeitos de demonstração e contágio a partir de empresas apoiadas	Risco associado à dimensão financeira do PR e à não comunicação de boas práticas de operações bem sucedidas
FI2	Rigidez da oferta de formação superior e avançada	Algo que a programação dificilmente poderá mitigar

Código	Fatores Críticos	Observações
FI3	Capacidade de gestão e organização empresarial inibidora da produtividade e do reconhecimento do potencial da transformação digital	Um problema central da economia portuguesa a que a programação por si só não pode resolver
FI4	Política nacional de atração de IDE deficientemente territorializada	Um problema que a programação do PO por si só não pode mitigar

8.2.2. TdP do OP2

O esquema seguido para este OP é favorecido pela relativa autonomia das suas intervenções, embora com uma forte diversidade de OE e de medidas de política.

A transformação de atividades em realizações

As atividades apresentadas, nos diagramas acima relativos à parte estática da TdP, coincidem com as medidas de política definidas no PR para os objetivos específicos abrangidos pelo OP2. A tabela seguinte apresenta os mecanismos que permitem a transformação das atividades no âmbito dos OE do OP2 em realizações.

Tabela 22 - Mecanismos de transformação de atividades em realizações (A — RLz) no OP2

Código	Mecanismos	Observações
MRz1	A existência prévia de diagnósticos e de investigação sobre situações-problema induz a procura de apoios de entidades públicas em matérias como eficiência energética em edifícios públicos, ciclo urbano da água, biodiversidade, riscos naturais, passivos ambientais, mobilidade urbana sustentável	Existe aqui o pressuposto da procura estar praticamente formada a partir das entidades públicas convocadas para este tipo de apoios
MRz2	A intensidade e divulgação dos apoios induz associações e outros coletivos de cidadãos a elaborar projetos de comunidades de energia	Existem dinâmicas embrionárias nestas modalidades de associativismo energético, estimando-se que essas dinâmicas serão suficientes para gerar uma dinâmica de procura
MRz3	Práticas já em curso de gestão de resíduos são atraídas para o PR	A gestão de resíduos é provavelmente a manifestação de economia circular mais praticada, pelo que se estima existir uma procura solvente
MRz4	Lançamento de sistemas de incentivos dedicados a projetos de economia circular	Pressupõe-se que a transformação será facilitada pela existência de um sistema de incentivos autónomo, em que os projetos de economia circular não tenham de concorrer com todo o investimento produtivo empresarial

A transformação de realizações em resultados

Considerando que se os instrumentos tiveram procura (realizações), a passagem de realizações para resultados pretende que os investimentos realizados produzam os resultados desejados.

A tabela seguinte elenca os mecanismos que procuram explicitar a transformações de realizações para resultados ao nível do OP2.

Tabela 23 - Mecanismos de transformação de realizações em resultados (RLz — RSt) no OP2

Código	Mecanismos	Observações
MRs1	A qualidade das operações apoiadas garantida pelas condições de seleção e de análise de mérito permite concretizar um número significativo de operações com cumprimento de resultados	Trata-se de matéria ao alcance da intervenção da gestão do PR, formada que esteja a procura de apoios

Código	Mecanismos	Observações
MRs2	O número de operações apoiadas permite alcançar níveis de redução de consumo de energia primária, de produção de energias renováveis, de reciclagem de resíduos e de população envolvida em linha com as metas estabelecidas para o OP2	Embora dependente da massa de operações que seja possível apoiar com os recursos financeiros disponíveis e como o apoio depende do cumprimento de resultados o mecanismo de transformação está também ao alcance da intervenção do PR
MRs3	O nº de PME apoiadas no sistema de incentivos dedicado à economia circular permite consagrá-la como uma modalidade representativa de inovação produto/processo a nível nacional	O mecanismo aqui implícito é fornecido pelo carácter favorável de ser concebido e implementado um sistema de incentivos autónomo

A transformação de resultados em impactos

A última transformação da TdP visa a transformação dos resultados atingidos com os investimentos realizados em impactos, transformação que não está totalmente ao alcance do PR mas que implica a mobilização de outros fatores, não diretamente relacionados com o PR.

A tabela seguinte procura traduzir os mecanismos que permitem a transformação dos resultados em impactos dos OE relacionados com o OP2.

Tabela 24 - Mecanismos de transformação de resultados em impactos (RSt — I) no OP2

Código	Mecanismos	Observações
MI1	As condições de coerência externa entre PRR, PO Temático nacional e PR amplificam os resultados alcançados pelo PR em matéria de redução de consumo de energia primária, produção de renováveis, de reciclagem de resíduos, de estratégias de circularidade na economia e de população envolvida	Forte dependência da monitorização que seja possível realizar da convergência de efeitos de diferentes impulsos da programação
MI2	A qualidade das operações apoiadas e a divulgação das boas práticas associadas geram efeitos de demonstração e de generalização de processos	O mecanismo da demonstração/divulgação de resultados deve ser realçado
MI3	A extensão dos impactos alcançados tende circularmente a incentivar o reforço de investigação científica e tecnológica nas áreas da descarbonização, transição energética e combate às alterações climáticas reforçando a dinâmica do processo	Um típico efeito de <i>feed-back</i> positivo com repercussão nas atividades de I&D designadamente empresarial

Fatores críticos/riscos da transformação desejada

A tabela seguinte elenca os principais fatores críticos que poderão vir a comprometer as sequências causais dos diferentes efeitos considerados na TdP do OP3 do PR Centro

Tabela 25 – Fatores críticos OP2

Código	Fatores Críticos	Observações
A- RLz		
FRz1	Ausência de diagnósticos energéticos	Inércia possível de serviços
FRz2	Divergência de perceções quanto à valoração dos apoios	Inexistência de contactos com <i>stakeholders</i> para valoração dos apoios programados
FRz3	Dificuldades administrativas e burocráticas impedem a criação de um sistema de incentivos autónomo para a Economia Circular	Questão que pode transcender a ação do PR pois pode depender de decisões de coordenação global e nacional do PT 2030
RLz - RSt		
FRs1	Insuficiência de recursos financeiros programados	

Código	Fatores Críticos	Observações
FRs2	Deficiente qualidade de operações	Baixa seletividade de aprovações perante uma procura menos solvente do que o esperado
RSt - Impactos		
FI1	Descoordenação de impulsos de programação ditadas por deficiente monitorização	Risco regra geral determinado por uma não atempada e regular territorialização da incidência de Programas Temáticos
FI2	Desarticulação entre políticas de habitação e de transição energética	
FI3	Problemas de formação de massas críticas empresariais e de simbioses industriais	Risco associado à natureza de experimentação do processo

10.2.3. TdP do OP3

A transformação de atividades em realizações

As atividades apresentadas, nos diagramas acima relativos à parte estática da TdP, coincidem com as medidas de política definidas no PR, para os objetivos específicos abrangidos pelo OP3. A tabela seguinte apresenta os mecanismos que permitem a transformação das atividades no âmbito dos OE do OP3 em realizações.

Tabela 26 - Mecanismos de transformação de atividades em realizações (A — RLz) no OP3

Código	Mecanismos	Observações
MRz1	A inscrição das operações no Plano Nacional da Ferrovia e no PNI e o pressuposto estado do projeto constituem o principal mecanismo de realização	Evidência de que o mecanismo estará garantido
MRz2	A inscrição das operações no PNI pressupõe também que esteja analisada a pertinência do investimento, com ligação a uma procura efetiva de passageiros	No pressuposto de que foram realizados estudos de procura

A transformação de realizações em resultados

Considerando que se os instrumentos tiveram procura (realizações), a passagem de realizações para resultados pretende que os investimentos realizados produzam os resultados desejados.

A tabela seguinte elenca os mecanismos que procuram explicitar a transformações de realizações para resultados ao nível do OP3.

Tabela 27 - Mecanismos de transformação de realizações em resultados (RLz — RSt) no OP3

Código	Mecanismos	Observações
MRs1	As características do projeto induzem maior atratividade de procura em função da qualidade do serviço e da redução de tempo de deslocação	Em função do projeto existente

A transformação de resultados em impactos

A última transformação da TdP visa a transformação dos resultados atingidos com os investimentos realizados em impactos, transformação que não está totalmente ao alcance do PR mas que implica a mobilização de outros fatores, não diretamente relacionados com o PR.

A tabela seguinte procura traduzir os mecanismos que permitem a transformação dos resultados em impactos dos OE relacionados com o OP3.

Tabela 28 - Mecanismos de transformação de realizações em resultados (RSt — I) no OP3

Código	Mecanismos	Observações
MI1	Coordenação de projetos com calendarização articulada	

Fatores críticos/riscos da transformação desejada

A tabela seguinte elenca os principais fatores críticos que poderão vir a comprometer as seqüências causais dos diferentes efeitos considerados na TdP do OP3 do PR Centro

Tabela 29– Fatores críticos OP3

Código	Fatores Críticos	Observações
A - RLz		
FRz1	Possíveis problemas de financiamento de contrapartida nacional	
FRz2	Problemas de capacidade de execução	
RLz - RSt		
FRs1	Não concorrencialidade do transporte ferroviário associada a uma acumulada perda de qualidade de serviço no passado	Não agressividade de políticas de preços e de serviço necessária para recuperar imagem de qualidade de serviço
RSt - Impactos		
FI1	Problemas de execução ditados por sobrecarga das empresas construtoras	Um risco difícil de contornar
FI2	Atrasos de concretização de projetos gerando indivisibilidades potenciais (melhorias potenciais adiadas pela não concretização de operações aprovadas)	Um risco inerente a este tipo de projetos, indivisíveis por natureza, ou seja só existem economicamente quando plenamente concretizados

8.2.3. TdP do OP4 FSE e OP4 FEDER

Conforme referido anteriormente, o OP4 do PR Centro encontra expressão em oito objetivos específicos (4a, 4d, 4f, 4h, 4k para as tipologias FSE e 4.2., 4.5. e 4.6. para as tipologias FEDER), que se relacionam com as prioridades estratégicas 3, 4, 6 e 7 da Estratégia Regional Centro 2030. Esta relação facilita a explicitação da parte dinâmica da TdP.

Neste caso, a Estratégia Regional inscreve dinâmicas que visam a inclusão social e a coesão como aspetos fundamentais para o desenvolvimento sustentável de uma região, bem como um esforço adicional na capacitação regional para correção dos défices existentes, por falta de investimento nestes domínios.

A transformação de atividades em realizações

As atividades apresentadas, nos diagramas acima relativos à parte estática da TdP, coincidem com as medidas de política definidas no PR para os objetivos específicos abrangidos pelo OP4. A tabela seguinte apresenta os mecanismos que permitem a transformação das atividades no âmbito dos OE do OP4 em realizações.

Tabela 30 - Mecanismos de transformação de atividades em realizações (A – RLz) (OP4)

Código	Mecanismos	Observações
MRz1	A oportunidade de financiamento dinamiza a oferta de oportunidades de emprego por parte dos empregadores	Mecanismo essencial para o alargamento do mercado de trabalho regional
MRz2	O apoio técnico aos projetos de empreendedorismo assegura condições adequadas à sua viabilização	A apresentação de projetos mais robustos favorece a sua viabilidade e probabilidade de sucesso

Código	Mecanismos	Observações
MRz3	Os apoios proporcionados atraem trabalhadores e respetivas famílias para o interior	Com o pressuposto de que esses territórios definiram oportunidades de fixação de famílias
MRz4	As administrações públicas e os serviços públicos aderem a ações de modernização e inovação administrativa	Mecanismo essencial para a melhoria da governação regional e local
MRz5	As empresas apoiadas em matéria de I&DT e investimento de inovação/ internacionalização encontram, por via dos apoios FSE, os RH superiores e intermédios que necessitam	O recrutamento de RH qualificados é vital para a competitividade regional Articulação OP1
MRz6	A oferta é adequada ao perfil dos potenciais formandos, à dinâmica da procura por parte dos empregadores e aos domínios prioritários regionais de especialização inteligente	Uma questão de seletividade que haverá que ter em consideração na avaliação dos TeSP
MRz7	A oferta de continuidade do ensino secundário contribui para o aumento da procura de Tesp por parte dos jovens	Pressupõe-se que haverá um maior interesse no prosseguimento de estudos e melhoria das qualificações por parte dos jovens
MRz8	Os apoios levam ao desenvolvimento de projetos que propõem respostas sociais complementares às respostas sociais tradicionais e contratualizadas com o Estado	Pressupõe-se o desenvolvimento de respostas sociais mais eficientes e que proporcionem poupança de recursos públicos
MRz9	Os apoios levam ao desenvolvimento de competências e a integração de grupos vulneráveis (como sem abrigo)	Mecanismo essencial para o aumento da igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis
MRz10	As CIM; municípios, escolas e outros parceiros desenvolvem ações no âmbito dos Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE)	Pressupõe o desenvolvimento de ações complementares ao PNPSE e outras iniciativas de promoção do sucesso educativo
MRz11	Os apoios disponibilizados levam à criação de unidades móveis/balcão único em territórios de baixa densidade	No pressuposto de maior acessibilidade a um leque de serviços por parte da população dos territórios de baixa densidade
MRz12	O aumento da capacidade das salas de aula favorece a infraestruturação digital	Associadas a mudanças necessárias ao nível da digitalização e transição digital, bem como à diversificação da oferta formativa
MRz13	O aumento da capacidade de resposta das unidades de saúde potencia a procura	Maior e melhor capacidade de atendimento dos utentes, adaptações ao nível da digitalização e transição digital
MRz14	A divulgação e apropriação das estratégias nacional e regional para o setor do turismo geram capacidade de integração e convergência nas apostas locais de criação de infraestruturas de suporte à competitividade turística e de valorização de recursos turísticos	As entidades setoriais, a nível regional e nacional, clarificam e apoiam outras entidades, Municípios e outros agentes privados não empresariais, na identificação de prioridades em matéria de produtos turísticos e mercados
MRz15	Os apoios são estruturados de forma a atraírem ou selecionarem preferencialmente os agentes culturais e criativos inseridos em redes ou comunidades /formas colaborativas e de cooperação	É desejável evitar a fragmentação e atomização de projetos e alguma redundância dos apoios com outros instrumentos de política pública (por ex. Apoios diretos da DGARTES)
MRz16	A diversificação dos meios e suportes de comunicação utilizados na divulgação das medidas e apoios de forma a alargar o universo de potenciais promotores de projetos e investimentos do setor cultural e criativo	Persiste um considerável afastamento das instituições do setor cultural, artístico e criativo face aos órgãos de gestão e comunicação do Programa
MRz17	Elaboração de guias práticos / manuais simplificados e de divulgação alargada sobre os instrumentos e medidas disponíveis e acessíveis ao setor cultural e criativo	Contributo para aumentar a acessibilidade das instituições setoriais ao Programa

A transformação de realizações em resultados

Considerando que se os instrumentos tiveram procura (realizações), a passagem de realizações para resultados pretende que os investimentos realizados produzam os resultados desejados.

A tabela seguinte elenca os mecanismos que procuram explicitar a transformações de realizações para resultados ao nível do OP4.

Tabela 31 - Mecanismos de transformação de realizações em resultados (RLz – RSt) (OP4)

Código	Mecanismos	Observações
MRs1	O nível dos apoios à contratação é um incentivo suficientemente forte para criar novas oportunidades de emprego	Mecanismo dependente do interesse dos empregadores pelos incentivos
MRs2	A disponibilidade de incentivos financeiros e de apoio técnico à iniciativa empreendedora contribui para dissipar barreiras à iniciativa empresarial	Incremento das iniciativas de empreendedorismo de base local
MRs3	Os incentivos financeiros disponibilizados contribuem para a permanência dos trabalhadores e das famílias na Região	A concretização do mecanismo está dependente da robustez destes incentivos financeiros
MRs4	A capacitação apoiada promove a aquisição de competências relacionadas com a melhoria da qualidade da governação regional e local	Mecanismo dependente da capacidade de as entidades internalizarem as competências das ações de formação
MRs5	Emergência de estratégias empresariais de investimento suscetíveis de integrar atividades de I&D, investimento-inovação e procura de RH qualificados em processos coerentes de candidatura	A valorização de RH qualificados para a concretização de atividades de I&D
MRs6	A diversificação da oferta de formação e dos estágios pedagógicos reforça o quadro de adequação entre oferta e procura	Alargamento de especializações no território mais ajustadas ao mercado de trabalho
MRs7	A articulação entre a oferta de formação e o perfil de especialização produtiva da região fortalece a eficácia e sustentabilidade das dinâmicas de ajustamento entre oferta e procura no mercado de trabalho regional	Importância da articulação com a RIS 3 Centro, ajustamento da oferta aos domínios de especialização inteligente.
MRs8	O desenvolvimento de projetos de novas respostas sociais leva ao envolvimento de diversas entidades regionais nestas dinâmicas	Mecanismo dependente da capacidade de compreensão das entidades regionais das respostas geradas no âmbito da inovação social
MRs9	As ações desenvolvidas favorecem a integração de grupos vulneráveis	Mecanismo dependente do ajustamento das medidas desenvolvidas aos grupos apoiados
MRs10	A criação de estratégias de proximidade à comunidade e famílias promove o sucesso escolar	Mecanismo que pode potenciar a valorização da escola por parte das famílias e uma maior integração da escola na comunidade local
MRs11	O desenvolvimento de PIPSE tem efeitos positivos ao nível da redução do insucesso escolar e incremento do sucesso educativo	Mecanismo dependente de um trabalho de forte articulação entre as escolas, municípios e CIM
MRs12	As unidades móveis/balcão único em territórios de baixa densidade melhoram o acesso a serviços coletivos de proximidade	Potencia a maior atratividade de territórios de baixa densidade pela maior diversidade de serviços de proximidade disponíveis
MRs13	A melhoria das condições físicas da rede de ensino superior qualifica a oferta e contribui para a mobilização e sucesso dos estudantes	Maior adesão dos jovens ao ensino superior motivada pela melhoria e capacidade das instalações de ensino superior
MRs14	O reforço da cobertura da rede de cuidados de saúde reforça a acessibilidade aos serviços prestados e promove condições de reforço da sua qualidade	Melhores cuidados de saúde proporcionados pela melhoria das instalações e equipamentos que permitem diagnósticos mais céleres e menor tempo de espera (?)

Código	Mecanismos	Observações
MRs15	Os projetos e intervenções municipais cumprem condições de complementaridade e sinergias de modo a aumentar uma oferta estruturada de elementos de atratividade e competitividade turística	Mecanismo importante para que as infraestruturas-chave assumam escala e qualidade, reforçando a competitividade do destino turístico
MRs16	Papel da Entidade Regional de Turismo do Centro no estabelecimento de critérios e a apreciação e priorização dos investimentos a apoiar	Aumenta as garantias de seletividade e de coerência dos investimentos com a estratégia regional de promoção e valorização do destino
MRs17	Reforço de competências da Agência de Promoção Turística do Centro e da sua concertação com a ERT e os Municípios	Trabalho em rede entre as entidades setoriais e os Municípios e dispor de uma estratégia de marketing e promoção a nível regional
MRs18	Capacitação das instituições do setor do turismo em matéria de canais digitais de comunicação turística	Prioridade às soluções e mecanismos de comunicação baseados no digital
MRs19	As entidades competentes e os parceiros são chamados a convergir no sentido de garantirem as condições e mecanismos para a promoção de um modelo de turismo sustentável	É desejável clarificar princípios e modelos para um novo tipo de instrumentos, Estratégias Territoriais de Turismo Sustentável
MRs20	Formação e desenvolvimento de competências nas instituições tendo em vista a preparação de candidaturas para entidades artísticas, culturais e criativas do terceiro setor e microempresas	O nível de competências e a falta de técnicos com capacidade de preparação de projetos e de candidaturas constitui um elevado estrangulamento do lado da procura
MRs21	As condições de gestão e promoção das estruturas e serviços turísticos apoiados podem determinar o posicionamento e nível de atração no mercado	Trata-se no essencial de garantir que os investimentos feitos em infraestruturas e organização integrada de produtos e serviços turísticos são acompanhados por condições de funcionamento capazes de atrair visitantes.
MRs22	Elaboração de guias práticos / manuais simplificados e de divulgação alargada sobre os instrumentos e medidas disponíveis e acessíveis ao setor cultural e criativo	Contributo para aumentar a acessibilidade das instituições setoriais ao Programa
MRs23	Os apoios a projetos e intervenções no domínio da cultura, seja na vertente infraestrutural ou imaterial, devem orientar-se prioritariamente para aqueles que se enquadrem em estratégias culturais locais, setoriais ou multisetoriais	A Direção Regional da Cultura do Centro dispõe de uma estratégia para a próxima década e é favorável à elaboração de estratégias culturais de iniciativa municipal com capacidade de enquadrarem projetos e intervenções abrangidas pela programação
MRs24	Os projetos e intervenção culturais de natureza infraestrutural demonstram condições futuras de sustentabilidade e viabilidade, institucional e programática	Trata-se no essencial de garantir que as estruturas culturais apoiadas estão capacitadas para gerar procura
MRs25	O apoio a projetos e iniciativas de natureza criativa baseados em interfaces entre cultura e outros domínios (turismo, tecnologia, ambiente, etc.) permite alargar o âmbito dos modelos de negócio no setor cultural	Os apoios favorecem interfaces entre as estruturas culturais e outras atividades dentro do campo da economia criativa

A transformação de resultados em impactos

A última transformação da TdP visa a transformação dos resultados atingidos com os investimentos realizados em impactos, transformação que não está totalmente ao alcance do PR mas que implica a mobilização de outros fatores, não diretamente relacionados com o PR.

A tabela seguinte procura traduzir os mecanismos que permitem a transformação dos resultados em impactos dos OE relacionados com o OP4.

Tabela 32 – Mecanismos de transformação de resultados em impactos (RSt – I) (OP4)

Código	Mecanismos	Observações
MI1	Complementaridade entre o PR Centro, o Programa Demografia, Qualificações e inclusão e Compete	Articulação com Programa Temático e com RIS 3 Centro, em algumas tipologias.
MI2	As experiências profissionais e as competências para a empregabilidade adquiridas por via da proximidade ao mundo laboral reforçam a adequação entre oferta e procura e contribuem para a sustentabilidade do emprego (1º emprego e novas oportunidades de emprego)	Este mecanismo favorece a inclusão e coesão social
MI3	As ações desenvolvidas potenciam a inclusão social	Este mecanismo favorece a coesão social e territorial
MI4	Transferibilidade dos projetos de inovação social aprovados para a política pública social	Mecanismo dependente da transferibilidade das soluções apresentadas para a política pública
MI5	Os resultados alcançados em termos de redução de insucesso e abandono escolar completam a melhoria dos níveis de qualificação induzida pelo aumento das taxas de escolarização	Este mecanismo favorece o aumento das competências e níveis de qualificações da população regional
MI6	A ligação entre TeSP e prosseguimento de estudos superiores alarga-se	Este mecanismo favorece o aumento de qualificações da população regional
MI7	Convergência de efeitos entre melhoria de qualificações induzida pelo PR e inovação empresarial apoiada	Este mecanismo favorece a competitividade regional
MI8	Oportunidades de atração de investimento e de criação de emprego na baixa densidade induzidas pela capacitação e robustecimento de operadores turísticos	Este mecanismo favorece a competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos gerando efeitos positivos
MI9	Atração de jovens e de emprego qualificado favorecida pela qualificação e modernização/ inovação do património cultural e das estruturas culturais em complementaridade com outros instrumentos de apoio direto à criação e produção artística	Este mecanismo gera condições de atratividade de talentos e de jovens qualificados para territórios menos atrativos
MI110	O processo de transição digital no setor cultural apoiado pelo PRR potencia as oportunidades e a inovação nos modelos de negócios e nas atividades apoiadas no âmbito desta programação	É essencial uma articulação entre os diferentes instrumentos
MI11	A diversificação e intensificação de práticas culturais e artísticas nas populações, seja nas cidades / centros urbanos ou nos territórios de baixa densidade contribuem para promover de forma sustentada a coesão regional	Este mecanismo contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações
MI12	O robustecimento dos operadores e entidades com intervenção no setor turístico através da sua inserção em estratégias de promoção e sustentabilidade do turismo gera oportunidades de atração de investimento e de criação de emprego na baixa densidade	Este mecanismo favorece a competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos gerando efeitos positivos
MI3	A densificação e diferenciação e as sinergias geradas dentro da oferta de serviços culturais e criativos e turísticos contribuem para reforçar a atratividade e afirmação das cidades	Este mecanismo favorece estratégias integradas de internacionalização e a competitividades das cidades
MI4	O alargamento e qualificação da oferta de bens e serviços culturais pode potenciar novas respostas para os problemas sociais, quando articulado com processos de inovação social	Este mecanismo reforça as condições de inclusão e de coesão social e territorial

Fatores críticos/riscos da transformação desejada

A tabela seguinte elenca os principais fatores críticos que poderão vir a comprometer as sequências causais dos diferentes efeitos considerados na TdP do OP4 do PR Centro.

Tabela 33 – Fatores críticos OP4

Código	Fatores Críticos	Observações
B- RLz		
FRz1	Empregadores com incapacidade de projetar a formação como um investimento	Falta de interesse nos apoios
FRz2	Baixa capacidade empresarial de absorção de RH, nomeadamente altamente qualificados	
FRz3	Escassez de mão-de-obra	Contexto
FRz4	Inércia das entidades da economia social em aderir à inovação social	Falta de perceção da inovação social
FRz5	Dificuldade de atração de estudantes do ensino superior	Compromete o aumento do número de utilizadores das instituições de ensino superior
FRz6	Dificuldade de atração de profissionais de saúde	Compromete a capacidade de melhoria dos cuidados de saúde prestados
FRz7	As condicionantes de contexto internacional e a inflação podem exigir uma resposta crescente das entidades públicas locais aos problemas de foro social e de acolhimento de refugiados, reduzindo a capacidade de investimento em infraestruturas e recursos turísticos e culturais	O efeito nas prioridades de investimento público especialmente ao nível da Administração Local
FRz8	O enfraquecimento da capacidade financeira do terceiro setor cultural e criativo em virtude da reorientação de recursos para as questões sociais e ambientais	A dificuldade de as entidades do terceiro setor disporem de condições para assegurar a contrapartida nacional, que pode ser contrariada com majorações eventuais das taxas de financiamento
RLz - RSt		
FRs1	Adequação do ajustamento entre o perfil de oferta e procura de competências	Deficiente ajustamento das competências
FRs2	Motivações dos jovens para frequência do ensino superior	Pouca valorização do prosseguimento de estudos face aos custos associados
FRs3	Motivação das instituições e colaboradores da economia social para adesão à inovação social	Resistência, desconhecimento
FRs4	Incidência das intervenções nas infraestruturas e equipamentos responde às necessidades diagnosticadas	Resposta eficaz à digitalização e transição digital
FRs5	Os impactos no mercado turístico europeu decorrentes da situação na Europa e da guerra	Um risco que se fará sentir na capacidade de atração de visitantes
FRs6	A intensificação de eventos e de riscos associados às alterações climáticas inibem a capacidade de afirmação do destino turístico no mercado internacional	Um risco na imagem ao nível da segurança apesar da qualificação da oferta turística
FRs7	Os impactos da inflação nos consumos e despesas das famílias	Um risco que se fará sentir na capacidade de atração de visitantes e de intensificação das práticas culturais e artísticas da população
FRs8	Perda de recursos humanos qualificados das estruturas culturais no contexto de uma conjuntura recessiva com consequências na sustentação de novos serviços, atividades e modelos de negócio	Um risco que se fará sentir na dinâmica de atividade relacionada com os projetos apoiados
RSt - Impactos		
FI1	Dinâmica do mercado de trabalho	Ritmo mais lento face às necessidades de criação/reconversão de emprego
FI2	Qualificações e competências dos beneficiários são procuradas/ valorizadas pelos empregadores	Ajustamento ao mercado de trabalho
FI3	Efeito-pedra no lago na resolução de problemas sociais e relacionados com o emprego	Apoios insuficientes para fazer face às necessidades
FI4	Motivação dos jovens para frequência de escolaridade de nível superior e falta de valorização pelas famílias	Falta de perceção da importância da melhoria de qualificações
FI5	Política pública não adota a abordagem de inovação social	Falta de transferibilidade das soluções criadas

Código	Fatores Críticos	Observações
FI6	Articulação da melhoria das infraestruturas e equipamentos com intervenções complementares necessárias para o acesso aos serviços	Risco de desajustamento
FI7	Risco de não se virem a alterar outras condições de contexto na baixa densidade (por exemplo, oferta de habitação a preços acessíveis) que viabilizem a fixação de jovens e pessoas qualificadas e empreendedoras ligadas à economia criativa	Um problema de integração multi-setor e multinível das políticas para a baixa densidade
FI8	Competências digitais insuficientes nas equipas dos organismos e instituições culturais que limitam o aproveitamento das oportunidades geradas pelo investimento tecnológico	Risco associado à falta de integração de vários instrumentos de política (formação e capacitação de recursos humanos e investimentos em tecnologia digital)

8.2.5. TdP do OP5

Como referimos atrás, o OP5 (Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos) tem uma lógica de base territorial e a sua operacionalização assenta num conjunto de instrumentos de intervenção multissetoriais, podendo mobilizar tipologias (e dotações financeiras) de outros OP/OE, nomeadamente do OP1, OP2, OP4 e OP5. A TdP associada a este objetivo deve, nesse sentido, valorizar os mecanismos gerados no quadro da definição e implementação desses instrumentos.

A transformação de atividades em realizações

No essencial, os mecanismos, a este nível, relacionam-se com a qualidade e a fundamentação da configuração das abordagens territoriais. Importa traduzir, em cada território específico, a convergência de objetivos e políticas europeias, nacionais e regionais com as especificidades e as visões sub-regionais – aspeto em que a qualidade das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial de cada NUTS III é essencial.

A combinatória virtuosa de tipologias, metas e dotações financeiras com as declinações nos territórios sub-regionais das estratégias de escala mais ampla será a chave do sucesso para a boa utilização de recursos. Dá-se, também, grande importância à capacitação das entidades que farão a gestão destes instrumentos territorializados (especialmente nos casos em que houver contratualização), sugerindo-se que a mesma (ou os mecanismos para a garantir) seja garantida *a priori*.

Tabela 34- Mecanismos de transformação de atividades em realizações (A – RLz) - OP5

Código	Mecanismos	Observações
MRz1	Divulgação dos quadros estratégicos e operacionais setoriais (nacionais e regionais) que favoreçam a integração e articulação com os instrumentos das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial, em especial contribuindo para uma articulação mais estruturada entre as redes nacionais e regionais e as redes locais no que se refere à provisão dos Serviços de Interesse Geral	Facilitar a concertação multinível e a inter-setorialidade, de modo a aumentar o conhecimento dos instrumentos de planeamento setoriais por parte dos organismos intermédios
MRz2	Promoção de capacidade institucional para participação em instrumentos das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial potenciando as experiências participativas nos processos de planeamento estratégico à escala regional e sub-regional	Reforçar os apoios à capacitação associados às Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial

Código	Mecanismos	Observações
MRz3	Dinamização de mecanismos colaborativos envolvendo organismos intermédios e Autoridade de Gestão, tendo em vista uma maior consistência e harmonização entre instrumentos das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial	Contribuir ao nível da programação para reduzir a heterogeneidade de desempenhos dos organismos intermédios (CIM e Autoridades Urbanas)
MRz4	Operações que mobilizam diferentes Objetivos Estratégicos / Prioridades apoiadas numa articulação mais intensa e eficaz seja ao nível dos Avisos de concurso, seja ao nível da concertação entre prazos de candidatura, ou através de informação e capacitação dos beneficiários	Trata-se de garantir melhores complementaridades e sinergias apesar da segmentação dos fundos e das operações dentro do mesmo instrumento
MRz5	Definição em concreto das Abordagens Integradas (e, se for o caso, da contratualização da sua gestão) com base nas prioridades e objetivos específicos de cada uma das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial nas diversas NUTS III ou outros espaços pertinentes.	As tipologias, a dotação financeira, as metas e os critérios de seleção de projetos apoiados devem ser diferenciados em cada espaço de intervenção das abordagens territoriais

A transformação de realizações em resultados

A este nível, os critérios de seleção de projetos, a qualidade dos indicadores, o diálogo institucional e uma boa promoção de procura são os mecanismos mais relevantes. Deve ter-se em conta a transversalidade temática da intervenção no quadro deste OP5.

Tabela 35- Mecanismos de transformação de realizações em resultados (RLz – RSt) - OP5

Código	Mecanismos	Observações
MRs1	Integração mais equilibrada das dimensões de coesão social e de convergência económica nos instrumentos das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial	Aumenta a capacidade destes instrumentos acelerarem as dinâmicas funcionais em matéria de desenvolvimento regional
MRs2	As respostas em matéria de provisão dos Serviços de Interesse Geral a nível sub-regional devem alcançar níveis de acessibilidade e de qualidade compatíveis com um quadro racional e eficiente de investimentos, nomeadamente mobilizando soluções ao nível dos sistemas de mobilidade e das tecnologias	Este mecanismo está dependente da coerência que a programação possa garantir ao nível dos instrumentos mobilizados pelas entidades intermunicipais
MRs3	O apoio integrado às estratégias urbanas assegura uma maior coerência e complementaridade operacional em matéria de promoção do policentrismo e do impacto na coesão social e na convergência económico nas escalas sub-regional e regional	A programação cumpre um papel no alcance deste mecanismo
MRs4	As entidades privadas beneficiárias de medidas de diferenciação positiva orientadas para os territórios de baixa densidade e territórios vulneráveis permitem assegurar impactos significativos ao nível da convergência económica, na valorização dos ativos específicos e inimitáveis dos territórios e no reforço das cadeias de especialização produtivas	A programação assegura critérios e indicadores que evidenciem a resposta dos investimentos apoiados ao tipo de problemas e vulnerabilidades destes territórios
MRs5	Reforço do diálogo entre os organismos intermédios apoiados e entre esses e os organismos setoriais da Administração Central	Prática que a programação pode dinamizar
MRs6	Formação de entidades beneficiárias dos instrumentos orientados para a baixa densidade e os territórios não urbanos garantindo maior robustez nas iniciativas de valorização dos ativos do território	Trata-se de uma prática que a programação pode garantir ao longo dos processos de execução dos instrumentos
MRs7	Formação de organismos intermédios e parceiros em matéria sistemas de monitorização e avaliação partilhada dos resultados dos instrumentos dentro das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial	Reforçar a associação de instrumentos de capacitação às abordagens territoriais

Código	Mecanismos	Observações
MRS8	Articulação operacional entre as Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial e outros instrumentos no quadro do PO Regional e no quadro de outros instrumentos, garantindo a complementaridade das intervenções	A AG deve apoiar ativamente os OI e monitorizar esta articulação.

A transformação de resultados em impactos

Uma boa articulação operacional garantida ao longo do processo de implementação das Abordagens Territoriais é muito relevante para garantir a consistência da TdP ao nível da obtenção dos impactos, já que estes dependem muito de outros fatores que não estão, na sua generalidade, dentro do âmbito intervenção do PR Centro.

Tabela 36 - Mecanismos de transformação de resultados em impactos (RSt - I) - OP5

Código	Mecanismos	Observações
MI1	Complementaridade entre os instrumentos das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial e outros apoios no quadro do PR e no quadro de outros PT	Estas complementaridades dependem do grau de articulação multinível e intersectorial, tanto na esfera das dimensões da coesão social, como da competitividade e convergência económica
MI2	A mobilização pelas Comunidades Intermunicipais e as Autoridades Urbanas de instrumentos mais adequados para dar respostas aos problemas e oportunidades específicos dos seus territórios, em matéria de provisão de Serviços de Interesse Geral e numa lógica de competitividade e convergência económica, tenderá a contribuir a valorização e coesão do sistema territorial regional	A articulação e coerência entre os diferentes instrumentos de abordagem territorial integrada é fundamental para o alcance deste mecanismo
MI3	O robustecimento de intervenções colaborativas orientadas para o alargamento da base territorial da competitividade tende a reduzir os desequilíbrios intra-regionais e a contrariar as tendências estruturais de perda nos territórios de baixa densidade	Mecanismo que depende do grau de articulação com outras políticas setoriais territorializadas
MI4	A capacitação existente de autoridades locais e intermunicipais e outras entidades parceiras dentro dos instrumentos de base territorial tende a reforçar dinâmicas colaborativas com impacto na animação e dinamização territorial	A capacidade institucional dos sistemas de atores de base local é determinante

Fatores críticos/riscos da transformação desejada

A tabela seguinte identifica os principais fatores críticos que, no entender da equipa de avaliação podem comprometer a sequência causal de efeitos contemplada na TdP para o OP5 do PR Centro:

Tabela 37 – Fatores críticos das transformações esperadas no OP5

Código	Fatores Críticos	Observações
A- RLz		
FLz1	Progressão do processo de transferência de competências para os níveis intermunicipal e municipal, incluindo a adequação das dotações financeiras transferidas	Trata-se de uma dimensão crítica a abordar pela programação, importando que o quadro de responsabilidades de cada nível da administração esteja clarificado e que os recursos financeiros nacionais sejam devidamente alocados
FLz2	Falta de diálogo entre entidades setoriais e entidades territoriais nos processos de definição das operações, inclusive no seio das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial	A programação poderá evitar processos de definição de operações ou investimentos de natureza setorial que não são concertados previamente com as

Código	Fatores Críticos	Observações
		autoridades de base territorial (CIM e Autoridades urbanas)
FLz3	Capacidade de articulação entre as Autoridades de Gestão dos diferentes Programas Operacionais tendo em vista a concretização dos ITI temáticos multi-Programa	Dimensão crítica que se tem vindo a verificar em anteriores períodos de programação
RLz - RSt		
FRs1	Prolongamento ou agravamento do contexto recessivo podem inibir o investimento privado	Efeito que se fará sentir particularmente no caso das abordagens temáticas e funcionais e nos instrumentos de valorização dos recursos endógenos
FRs2	Debilidade das lideranças territoriais e empobrecimento dos sistemas de atores, em particular nos territórios de baixa densidade	Uma condicionante que se tem mantido ao longo dos últimos ciclos de programação, com tendência em certos territórios para se agravar
FRs3	Debilidade dos beneficiários privados presentes nos territórios de baixa densidade menos dificulta a resposta aos desafios que a RIS3 Centro coloca em matéria de estratégias de alargamento da base territorial e competitividade	Existe um risco associado á capacidade destes atores de intervir em setores prioritários da EREI
RSt - Impactos		
FI1	Insuficiente ou mesmo ausência de territorialização das políticas setoriais	Problema que a programação pode tentar ajudar a superar

8.2.6. TdP do FTJ

Tabela 38 – Mecanismos de transformação do FTJ Artigo 3º e artigo 4º

Código	Mecanismos	Observações
A- RLz		
MRz1	Existência de oportunidades económicas de investimento a apoiar como mitigação dos efeitos do encerramento da central termoelétrica do Pego	O mecanismo pressupõe condições de divulgação e prospeção de novas oportunidades
MRz2	Ações de formação e reciclagem de ativos envolvidos no encerramento	Envolvimento de novos investidores e de empresas em modernização para a neutralidade carbónica
MRz3	Realização de auditorias de modernização energética em empresas de elevada intensidade em carbono	Elemento de procura de per si e também de indução de nova procura
MRz4	Mobilização de potencial de investigação científica e tecnológica	Tirar partido da intensidade de atividade colaborativa já existente
MRz5	Envolvimento dos clusters representados no contínuo liberal Leiria-Coimbra-Aveiro para difusão de apoios	A intermediação dos clusters pode revelar-se decisiva para alcançar um número mais elevado de empresas e criação de efeitos de difusão
RLz - RSt		
MRs1	Aprovação de projetos estruturantes em termos de criação de novos empregos com possibilidade de absorção de desemprego induzido pelo encerramento	O conteúdo de criação de emprego dos projetos é crucial
MRs2	A formação profissional de reciclagem e de abertura de novas condições de empregabilidade é definida em articulação com necessidades de competências identificadas	Uma condição a estabelecer na engenharia da formação a montar neste processo
MRs3	Atividades de I&D com maior potencial e rapidez de transferência de conhecimento são apoiadas	Uma questão de seletividade
MRs4	A clusterização ensaiada no processo gera efeitos de demonstração empresarial de elevadas proporções	
RSt - Impactos		
MI1	Complementaridades com outros instrumentos de apoio ao investimento e à formação contínua de ativos	Aplicável ao PTTJ do Médio Tejo
MI2	Massa crítica de resultados em matéria de descarbonização no tecido empresarial de maior intensidade em carbono	Aplicável ao PTTJ do Centro Litoral

Tabela 39 – Fatores críticos de transformação do FTJ Artigo 3º e artigo 4º

Código	Fatores críticos	Observações
A- RLz		
FRz1	Dificuldades de atração ao território de novos investidores	Aplicável ao PTTJ do Médio Tejo
FRz2	Baixo potencial de empreendedorismo designadamente tecnológico	Aplicável ao PTTJ do Médio Tejo
FRz3	Perceção da relação custos da descarbonização versus apoios do FTJ por parte das empresas desfavorável à extensão dos processos	Aplicável ao PTTJ do Centro Litoral
FRz4	Investigação científica e tecnológica com níveis de TRL desfavoráveis a uma rápida transferência de conhecimento	Aplicável ao PTTJ do Centro Litoral
RLz - RSt		
FRs1	Atomização de projetos	Aplicável ao PTTJ do Médio Tejo
FRs2	Fraca receptividade às auditorias tecnológicas e organizacionais para a descarbonização	Aplicável ao PTTJ do Centro Litoral
RSt - Impactos		
FI1	Descoordenação e desarticulação de processos	Aplicável às duas situações
FI2	Insuficiência de recursos financeiros para gerar impactos	Idem

8.3. Desenvolvimentos analíticos sobre a consistência do diagnóstico

Tabela 40 - Desenvolvimentos por OP em torno do diagnóstico de necessidades e desafios

OP	Elementos de análise	Observações
OP1	O elemento de diagnóstico central aponta para a permanência do desvio entre potencial de I&D revelado pela Região e a sua não repercussão em matéria de produtividade, competitividade regional e rendimento <i>per capita</i>	Pode, entretanto, dizer-se que não existe, assumida e validada na Região, uma explicação cabal para esse desvio, sendo ainda relativamente interrogado se estamos perante um problema de maturação temporal de efeitos ou de deficientes rumos da investigação científica e tecnológica regional. Essa interrogação pode ter efeitos perversos nas opções de programação do PR.
	O diagnóstico do <i>gap</i> digital da Região é penalizado pela informação disponível a nível nacional e territorializada. O <i>gap</i> digital da cidadania (famílias e indivíduos) e empresarial não é suficientemente distinguido com reflexos na consistência de colocar os objetivos específicos 1.1. e 1.5 neste OP centrado na inovação e na competitividade.	Pode dizer-se que o desafio do <i>gap</i> digital, mesmo com a dificuldade de diferenciação entre o que é fator limitador da vida das empresas e da cidadania em geral, pode ser imperfeitamente coberto pelo conceito de custos de contexto e assim ligar à questão da produtividade total dos fatores da economia regional. De qualquer modo, a diferenciação entre os dois <i>gaps</i> com uma bateria de indicadores mais robusta seria melhor opção. Para além disso, o estudo da evolução da produtividade total de fatores na economia regional é senão nulo pelo menos muito escasso.
	A continuidade do acompanhamento da evolução na Região do número de empresas gazela representa uma diferença positiva na programação do Centro.	Justificar-se-ia um tratamento mais aprofundado do universo seguido das empresas gazela, sobretudo do ponto de vista do estudo da sua relação com os apoios do PR, o que traria mais conhecimento sobre o chamado “efeito pedra no lago” do PR em matéria de produtividade e competitividade.
	Das dimensões do diagnóstico regional mobilizadas pelo PR não é perceptível o que fundamenta a continuidade da geração de ações coletivas preconizadas no OE 1.3., uma vez que as do OE 1.1. estão bem justificadas em termos de desafios de transferência de conhecimento.	Um estudo mais aprofundado dos resultados de ações coletivas para a qualificação e internacionalização em períodos de programação anteriores permitiria melhorar consideravelmente o diagnóstico de suporte ao PR
OP2	A prioridade estratégia P5 — “Adaptar proactivamente a região à emergência climática e à descarbonização” faz referência à eficiência energética como instrumento para a transição da economia e sociedade para um modelo hipocarbónico, alterando o paradigma energético. Contudo, não é demonstrado, em sede de diagnóstico, o estado atual da eficiência energética da AP regional e local.	Dever-se-ia apresentar um estudo/diagnóstico com os consumos de energia dos principais ativos da AP regional e local, a fim de perceber qual o estado atual e as necessidades de investimento, promovendo a definição de uma trajetória de redução de consumo de energia e de emissão de gases com efeito de estufa, em linha com os objetivos nacionais e europeus.
	A dimensão <i>autoconsumo e comunidades de energia renovável</i> , do OE2.2, aparece refletida na prioridade estratégica P5, em articulação com a prioridade estratégica P2 — “Valorizar e densificar o sistema urbano regional”. Semelhantemente ao tratamento dado à questão da eficiência energética, peca por defeito em questão de diagnóstico regional.	Dever-se-ia apresentar um estudo/diagnóstico com os consumos de energia da região Centro (consumos estimados através dos dados disponibilizados pela DGEG), a fim de perceber as necessidades de redução de consumo de energia primária e, por conseguinte, a necessidade de redução emissões de gases de efeito de estufa. Este diagnóstico permitiria dimensionar, de uma forma mais precisa, as necessidades de investimento, a nível financeiro e técnico, das comunidades de energia renovável e de autoconsumo a instalar.

OP	Elementos de análise	Observações
	A <i>adaptação às alterações climáticas e prevenção de catástrofes</i> , tendo em conta <i>abordagens baseadas em ecossistemas</i> (OE2.4) assume na Visão Estratégica para a Região Centro. A prioridade estratégica P5 estabelece que a região pretende desenvolver uma estratégia ambiental diferenciadora de largo espectro, através de novos instrumentos de ordenamento e gestão da paisagem e do ordenamento agroflorestal. Define várias dimensões essenciais de intervenção, nomeadamente: (i) planos para a mitigação e combate às alterações climáticas, (ii) promover práticas de serviços de ecossistema e de promoção da biodiversidade, (iii) ações de valorização de recursos hídricos e (iv) melhoria das condições do uso racional da água.	O diagnóstico deveria detalhar mais as questões de fundo, nomeadamente quais os territórios com maior vulnerabilidade em termos de risco de catástrofes (como por exemplo riscos de inundação, incêndio e de outra natureza). Em relação à questão da agricultura e da floresta regional, a Estratégia define, como domínio essencial de intervenção, <i>projetos e boas práticas de inovação nos sistemas de produção agrícola/modernização e digitalização agrícola</i> . Contudo, a esfera de intervenção nesta área não é responsabilidade direta do PR.
	Os investimentos relativos ao <i>acesso e gestão sustentável da água</i> aparecem identificados na estratégia regional, através da prioridade estratégica P5.	Embora haja referência aos principais desafios da gestão sustentável dos recursos hídricos, nomeadamente ao domínio estratégico do ciclo urbano da água, o diagnóstico é omissivo ao estado atual da região em relação a estas questões.
	A economia circular assume um lugar de destaque na estratégia regional, que define na sua prioridade estratégica P5, a execução da agenda regional para a economia circular, juntamente com a disseminação de práticas de circularidade nos territórios de baixa densidade. Por sua vez, a prioridade estratégica P3 — “Valorizar e densificar o sistema urbano regional” da Estratégia Regional, defende a promoção de planos estratégicos exemplares de cidades circulares.	A estratégia regional poderia fazer um diagnóstico/ <i>benchmarking</i> da região quanto: (i) ao estado de gestão de resíduos a nível regional e (ii) às dinâmicas de circularidade e fomento de simbioses industriais a nível regional.
	A mobilização do OE 2.7 pelo PR é justificada no diagnóstico e estratégia regional através da sua prioridade estratégica P5.	Sugere-se, contudo, uma especificação, ao nível do diagnóstico e da estratégia, em relação às áreas/territórios-chave, em termos de: (i) <i>hotspots</i> de biodiversidade, (ii) setores da <i>bioeconomia</i> e capital natural mais relevantes, (iii) principais passivos ambientais da região e grau de severidade, (iv) estado atual do ambiente em relação à qualidade do ar.
	A temática da <i>mobilidade urbana sustentável</i> , mobilizada pelo PR através do OP 2.8, é explicitada pelas prioridades estratégicas P3 e P5 (nomeadamente pela linha de intervenção. “ <i>Reforçar as condições infraestruturais urbanas para o incremento substancial da mobilidade sustentável, designadamente elétrica</i> ”)	
OP3	A mobilização do OE 3.2 por parte do PR está de acordo com a prioridade estratégica P2: melhoria do posicionamento geoestratégico da região através da melhoria das infraestruturas e das ligações com o exterior (transportes e sistemas de infraestrutura)	Esta prioridade estratégica tem como dimensão essencial de intervenção a definição de redes de infraestruturas de transporte competitivas para superação dos défices de mobilidade. O PR regional identifica, como principal resultado esperado, a “promoção da coesão territorial por via de melhoria de oferta de mobilidade pesada (ferrovia) de passageiros em bacias de emprego e, simultaneamente, oferecendo uma alternativa mais sustentável de transporte entre centros urbanos com relevância global (...)”, estando de acordo com o estabelecido na estratégia regional.

OP	Elementos de análise	Observações
OP4	O elemento de diagnóstico central aponta para o decréscimo da população residente e do duplo envelhecimento da pirâmide etária , mais visível nas sub-regiões do interior, como Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa. De acordo com os dados preliminares dos censos 2021 a população da região Centro decresceu -4,3% nos últimos 10 anos (-17% a população jovem e +15% a população com 65 ou mais anos)	Em que medida as ações preconizadas pelo PR contribuem para contrariar o declínio demográfico e o envelhecimento da população, sobretudo das sub-regiões do interior? A abordagem do PR poderia ter declinado o problema do declínio demográfico em dimensões-problema mais finas para lograr alcançar uma maior consistência de respostas. A formulação genérica do problema não favorece essa consistência de intervenções, antes induz uma abordagem mais difusa a analisar criticamente na dimensão 4.1.2 desta questão de avaliação
	Aumento da taxa de desemprego jovem (15-24 anos) com evolução desigual nos territórios do litoral e do interior. Níveis pouco elevados de desemprego podem gerar escassez de recursos humanos e novos padrões de desajustamento entre oferta e procura de trabalho	
	Persistem os baixos níveis de qualificação da população ativa. Se por um lado, na região Centro a proporção de população entre os 25 e os 64 anos com pelo menos o ensino secundário se mantém abaixo do valor de referência nacional, por outro lado, a proporção da população com o ensino superior encontra-se acima da média nacional. No entanto apesar do potencial do sistema de educação e formação da região existe um claro desfasamento entre as necessidades das empresas e a qualificação dos ativos, especialmente quando estamos perante processos de mudança e inovação, sendo fundamental investir na adaptação dos trabalhadores a novos processos organizacionais ou produtivos (de que é exemplo a digitalização).	Este desfasamento está relacionado com um problema de maturação temporal de efeitos ou com a incapacidade da Região reter e atrair recursos humanos altamente qualificados ou com o deficiente número de empresas com processos de mudança ou inovação?
	Persistem ainda necessidades não satisfeitas de técnicos e quadros intermédios devidamente qualificados por parte do tecido empresarial, e desajustamentos significativos entre as necessidades das empresas e do mercado de trabalho e as qualificações proporcionadas pela qualificação inicial	Um estudo mais aprofundado dos resultados da implementação dos TESP permitiria melhorar consideravelmente diagnóstico de suporte ao PR.
	Necessidade de complementar respostas mais tradicionais já prestadas pela OES e pelo Estado como soluções inovadoras.	Necessidade de se fazer um levantamento das necessidades de capacitação das OES
	No âmbito do combate ao abandono escolar e promoção do sucesso educativo importa reforçar a articulação das intervenções municipais com as escolas e as comunidades envolvidas ao contexto escolar, mas também ao nível da articulação intermunicipal	Na Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens é reconhecido o potencial dos PIICIE na produção de mudanças na resposta aos desafios dos territórios em matéria de promoção do sucesso educativo, sobretudo ao nível básico através de abordagens preventivas. Desta forma é fundamental criar as condições para que se possa dar continuidade para manter e aperfeiçoar às ações iniciadas. No entanto, é igualmente fundamental ter resultados de uma avaliação externa ou de monitorização “externa” dos projetos em curso.
	Em 2021, 46,3% da população com idade entre os 30 e os 34 anos da Região Centro tinha o ensino superior completo. A região posicionava-	Justificar-se-ia um mapeamento das infraestruturas de ensino superior e da sua dotação em termos de equipamentos e

OP	Elementos de análise	Observações
	se acima da média nacional (de 43,7%) e apresentava o segundo melhor desempenho na hierarquia regional, depois da Área Metropolitana de Lisboa. Pretende-se reforçar competências nos domínios de especialização regional, nomeadamente aumentando os alunos nas áreas das ciências e tecnologias (C&T).	identificação das necessidades de requalificação de infraestruturas e de equipamentos e materiais pedagógicos.
	Desigual cobertura territorial das instalações e equipamentos hospitalares. Existência de menos infraestruturas para cuidados de saúde, a falta de médicos e as necessidades decorrentes de população mais envelhecida em algumas áreas de interior da região.	
OP5	O diagnóstico pondera as diferenciações territoriais, sociais (com destaque para a demografia) e económicas no espaço regional, fundamentando o recurso aos instrumentos territoriais previstos no âmbito do OP5.	É expectável que o desenho das abordagens territoriais (ITI ou outras), incluindo objetivos, metas, prioridades, tipologias e dotações financeiras, possam também ser devidamente diferenciadas, em função dos desafios mais relevantes em cada território sub-regional.
	O declínio demográfico é identificado a dois níveis: o envelhecimento (que coloca pressão sobre os sistemas de cuidados sociais e de saúde) e a baixa fecundidade.	Estas dinâmicas, que são gerais, mas com cambiantes territoriais, impactam o tipo e a intensidade das respostas necessárias que, de uma forma muito marcada, estão no âmbito dos ITI (rede escolar, inovação social, qualificação urbana, habitação...)
	Ao nível do desenvolvimento social, o diagnóstico assinala as disparidades regionais, mas, de uma forma geral, os bons índices de dotação nas regiões de baixa densidade (dinamismo institucional e respostas sociais para grupos mais vulneráveis).	Como o próprio diagnóstico assinala, estes indicadores colocam às ITI o desafio de valorizar estes recursos para o reforço das condições de resiliência e de redução das vulnerabilidades dos territórios de BD, com especial atenção à inovação social.
	O diagnóstico identifica a necessidade crucial de difundir a inovação, alargando a base territorial da competitividade através da criação de condições para que novos focos de inovação possam emergir na região.	Os instrumentos territoriais criados no âmbito do OP5 podem mobilizar tipologias do OP1.
	O diagnóstico assinala as dinâmicas já existentes em territórios de baixa densidade (marcas associadas à valorização de recursos endógenos e patrimoniais, presença de IES em toda a região)	Atendendo à focagem territorial do OP5, a valorização destas dinâmicas é central no desenho dos instrumentos (ITI, PROVERE).
	O diagnóstico identifica um sistema policêntrico formado por cidades médias distribuídas equilibradamente por todo o território regional, nas quais reside cerca de metade da população da região, pontuando um sistema territorial marcado pela diferença entre os territórios da faixa litoral e do interior bem como das diferentes dinâmicas entre os meios urbanos e os rurais, mas que, globalmente, desafia a sustentabilidade demográfica da região.	A formulação de <i>ITI CIM</i> e <i>ITI Centros Urbanos e respetivas articulações</i> parece em linha com uma estratégia territorial baseada no reforço das articulações urbano-rurais.

8.4. Comparação com o PO Centro 2014-2020

Tabela 41 – Quadro financeiro PO Centro 2014-2020

Objetivo temático/Prioridade de investimento	Dotação Fundo (M €)	% no PO	% na dotação do Fundo	Taxa de compromisso em 2020
OT1. Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEIAS)/ Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	185,9	8,7	10,2	98,1
1a - infraestruturas	77,5	3,6	4,3	64,4
1b - empresas	108,4	5,1	6,0	122,2
OT3. Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)/ Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola	649,0	30,3	35,8	120,4
3a. Espírito empresarial	37,80	2	2,1	82
3b. Novos modelos empresariais (internacionalização)	109,20	5	6,0	107
3c. Novos produtos e serviços	502,00	23	27,7	126
OT10. Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER) FEDER Ensino, formação, formação profissional, competências	173,7	8,1	9,6	60,8
OT10. Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER) FSE	198,1	9,2	60,0	75,1
Abandono e insucesso escolar	65,8	3,1	19,9	78,7
Qualidade e eficiência do acesso ao ensino superior	117,7	5,5	35,7	72,6
Melhoria dos sistemas de educação e formação para o mercado de trabalho	14,6	0,7	4,4	78,8
OT8. Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR) / Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores FEDER	117,1	5,5	6,5	93,1
8a. Viveiros de empresas e microempresas	88,0	4,1	4,8	90,8
8b. Apoio ao autoemprego e recursos endógenos	29,0	1,4	1,6	100,3
OT8. Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR) FSE	51,2	2,4	15,5	83,2
8i -acesso ao emprego desempregados	3,0	0,1	0,9	206,7
8iii – emprego por conta própria e empreendedorismo	6,3	0,3	1,9	111,1
8v – adaptação à mudança trabalhadores, empresas e empresários	41,9	2,0	12,7	70,2
OT9. Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)/ Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação FEDER	105,1	4,9	5,8	81,7
9a – Saúde e infraestruturas sociais	85,1	4,0	4,7	82,7
9d - DLBC	20,0	0,9	1,1	77,5
OT9. Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)/ Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	69,9	3,3	21,2	50,8
9i – Inclusão ativa	39,9	1,9	12,1	81,2
9iv. Melhoria de acesso a cuidados de saúde e serviços sociais	5,0	0,2	1,5	0,0
9vi - DLBC	25,0	1,2	7,6	12,4
OT4. Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR) - Apoiar a transição	81,64	3,8	4,5	39,9

Objetivo temático/Prioridade de investimento	Dotação Fundo (M €)	% no PO	% na dotação do Fundo	Taxa de compromisso em 2020
para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores				
4b. Eficiência energética e renováveis nas empresas	1,10	0,1	0,1	
4c- Eficiência energéticas na administração pública	36,80	1,7	2,0	43
4e. Descarbonização de territórios, designadamente urbanos	43,70	2,0	2,4	38
OT6. Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)/ Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	191,01	8,9	10,5	72,0
6c. Património natural e cultural	100,3	4,7	5,5	57,2
6e. Ambiente urbano	90,7	4,2	5,0	88,3
OT2. Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)/ Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	25,5	1,2	1,4	83,8
2c. TIC e administração em linha	25,5	1,2	1,4	83,8
OT11. Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)/ Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública	10,8	0,5	3,3	37,2
11i – Capacitação da administração	7,0	0,3	2,1	
11ii. Capacitação de agentes	14,5	0,7	4,4	27,6
Reforçar a rede urbana (CIDADES)	231,5	10,8	12,8	78,2
OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores				
4e – Estratégias de baixo carbono para os territórios	44,0	2,1	2,4	57,3
OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos				
6e – Ambiente urbano	164,9	7,7	9,1	84,4
OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação				
Regeneração de comunidades desfavorecidas	22,6	1,1%	1,2	73,5
Assistência técnica	54,24	2,5	3,0	82,4